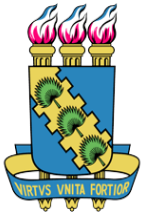


UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

PEDRO JORGE CHAVES MOURÃO

A SOCIOANÁLISE DA FORMAÇÃO DE UM DEPUTADO ESTADUAL: O CASO TOMÁS FIGUEIREDO FILHO

Fortaleza
2012

PEDRO JORGE CHAVES MOURÃO

A SOCIOANÁLISE DA FORMAÇÃO DE UM DEPUTADO ESTADUAL: O CASO TOMÁS FIGUEIREDO FILHO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará como requisito para obtenção do título de mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Domingos Sávio Abreu

Fortaleza

2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

s Mourão, Pedro Jorge Chaves.
A socioanálise da formação de um deputado estadual : o caso Tomás Figueiredo Filho / Pedro Jorge Chaves Mourão. – 2012.
129 f. : il. color., enc. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2012.
Área de Concentração: Sociologia específica.
Orientação: Prof. Dr. Domingos Sávio Abreu.

1.Figueiredo Filho,Tomás,1981-. 2.Deputados estaduais – Ceará – Biografia. 3.Câmaras legislativas – Ceará. 4.Poder legislativo – Ceará. 5.Elites(Ciências sociais) – Ceará. I. Título.

CDD 923.2098131

PEDRO JORGE CHAVES MOURÃO

A SOCIOANÁLISE DA FORMAÇÃO DE UM DEPUTADO ESTADUAL: O CASO TOMÁS FIGUEIREDO FILHO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Sociologia.

Aprovada em ___ / ____ / _____.

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Domingos Sávio Abreu
Universidade Federal do Ceará - UFC

_____

Profª. Drª. Lucili Grangeiro Cortez
Universidade Estadual do Ceará - UECE

_____

Prof. Dr. Jakson Alves de Aquino
Universidade Federal do Ceará - UFC

A todos que morreram, que fugiram, que perderam, que venceram, que lutaram, mas que viveram, depressa demais.

Para Francisca Chaves Mourão *In Memoriam*.

AGRADECIMENTOS

Aos excelentíssimos deputados estaduais Tomás Figueiredo Filho, Dedé Teixeira, Lula Morais, Sérgio Aguiar e seus familiares. Sem eles este trabalho não seria possível.

Aos professores Crístian Paiva, Domingos Abreu, e às professoras Alba Pinho, Isabelle Braz, Linda Gondim, Rejane Vasconcelos, Andrea Leão, Peregrina Campelo, Irlys Barreira, pelas disciplinas ministradas que marcaram definitivamente a minha trajetória.

Aos colegas de turma: Daniel Valentim, André Mindoso, Gabriel Andrade, Ricardo Gadelha, Edgar Braga Neto, Aglailton Oliveira Magalhães, Alberto dos Santos Barros Filho, Marco Aurélio de Andrade Alves. Com todos aprendi algo e também deixei um pouco.

Aos Professores Jakson Alves de Aquino e Lucili Grangeiro Cortez pela gentileza de aceitarem o convite para a leitura desse trabalho.

Ao professor Domingos Abreu, por ter feito da minha luta a dele também, pela orientação e por me instigar à reflexão contínua da minha posição como sociólogo.

Às mulheres da minha vida, Francisca (mãe), Geórgia (irmã), Helena (meu amor e grande companheira), Tia Dedé (Angelita), por terem me dedicado cuidados, atenção e carinho nesta trajetória.

A todos os assessores da Assembleia Legislativa do Ceará, cujos nomes permanecerão escritos na minha memória. Para mim, eles foram muito importantes. A todos que pararam para contar de seus caminhos, gostos e desgostos na política.

Ao Amigo Aimberê Amaral e a Dona Socorro, pela paciência e simpatia com que auxiliaram a todos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará.

A meus amigos Jesus Marmanillo, Miguel Barrientos, Thiago Sampaio, Diego Gomes (Tchesco), Wanessa Lopes, pela amizade que perdura por distâncias e tempos que marcam o itinerário da vida. Aos meus amigos Rodrigo Gatti, por compartilhar as espertezas que só os bons jogadores possuem, José Danilo Cunha, por me ajudar a pensar novas interpretações, novos significados, novos caminhos e novas estratégias durante a pesquisa, e Everardo Montenegro, por ser fiel, ever hard.

Qual é o parasita mais resistente que existe? Uma bactéria? Um vírus? Não. É uma ideia! Resistente e altamente contagiosa. Uma vez que uma ideia se apodera da mente, é quase impossível erradicá-la. Uma ideia que é totalmente formada e compreendida permanece. (Dom Cobb)

RESUMO

Como se constrói socialmente um deputado estadual? Este trabalho discute o processo de formação social de um deputado estadual da 27ª Legislatura (2007-2010) no Ceará através do relato biográfico, da análise documental e da observação direta do trabalho desse parlamentar, a fim de compreender como se deu o seu aprendizado político. Quais são as influências sociais que o posicionaram no campo político e como essas influências se manifestaram em suas ações políticas? Essas são as principais perguntas a que busco responder nesta pesquisa. As bases desse trabalho estão na descrição e análise das disposições adquiridas pelo pesquisado em sua trajetória de socialização. Portanto, essa pesquisa tem como objetivo analisar os mecanismos de formação do *habitus* político e da relação do binômio indivíduo/sociedade.

Palavras-chave: Poder legislativo. *Habitus*. Trajetória. Elite.

ABSTRACT

How is socially constructed a state deputy?This study discusses the process of social formation of a state deputy of the 27th Legislature (2007-2010) in Ceará through biographic account, documental analysis and direct observation of the work of parliamentary to understand how he gave his political apprenticeship.

What are the social influences that have positioned in the political field and how these influences manifested themselves in his political actions?These are the principal questions I seek to answer in this research. The groundwork of this study are the description and analysis of the provisions acquired by the researching in his trajectory as socialization.Therefore, this research intends to analyze the mechanisms of formation of the habitus and political relationship of the binomial individual / society.

Keywords: legislative power. habitus. trajectory. elite.

SUMÁRIO

1. Introdução 10
1.1 O caminho para a escolha do deputado 14
1.2 Instrumental para análise da formação sócio-histórica 18
1.3 Das estratégias da pesquisa 20

2. Contexto relacional:
o legislativo estadual e a sociedade cearense (2007-2010) 28
2.1 A institucionalização do papel do deputado estadual 28
2.2 O perfil do deputado estadual no Ceará (2007-2010):
a relação dos capitais entre o deputado estadual e os cearenses 32

3. A socioanálise da formação do *habitus* político de Tomás Figueiredo Filho 42
3.1 O contato inicial 42
3.2 Os ancestrais e a infância:
elementos primários da formação do *habitus* político 44
3.3 O "despertar" para a política: interiorização das regras do jogo 54

4. A eleição e os apoiadores: as bases para as disputas eleitorais 61
4.1 Campanha eleitoral, herança política e territorialidade 63
4.2 Entre o candidato e o anfitrião:
o caráter individual e coletivo no aniversário de um político 75

5. Partido, Gabinete e Assembleia: três lógicas da política 83
5.1 O partido político 83
5.2 O gabinete 96
5.3 A Assembleia 109

6. Conclusão 118

7. Referências 123

8. Apêndice 128

1. Introdução

Era sábado, dia 1º de outubro de 2006, véspera da eleição, possivelmente os candidatos a deputado estadual do Ceará já estavam exaustos, alguns deles sequer conseguiram dormir. O dia das eleições era domingo e não havia mais o que fazer para alterar o resultado da eleição, restava apenas esperar a contagem dos votos no comitê da campanha, na sede do partido ou em casa com a família. Havia 46 vagas para 568 candidatos, a concorrência era de 13 candidatos por vaga[1].

Por trás de cada um deles havia uma trajetória que os colocava naquele momento como possíveis deputados estaduais. Parte deles passou pela militância política, através de articulações para formar coligações, envolvimento em palanques, reuniões, carreatas. A maior parte dos deputados eleitos já estava envolvida no *campo* político anos antes da campanha eleitoral de 2006.

O conceito de *campo* aqui utilizado é extraído da teoria reflexiva de Pierre Bourdieu (2007). Tal categoria visa definir um espaço simbólico socialmente construído, dotado de estrutura e dinâmica própria, cujo principal motor de suas transformações é a disputa dos indivíduos (agentes) por meio de instrumentos (capitais).

O objetivo desta pesquisa é analisar o processo de formação do *habitus* político de um deputado estadual da Assembleia Legislativa do Ceará (AL-CE) da bancada eleita no pleito de 2006, para a 27ª legislatura (2007-2010) através do processo de acumulação dos capitais necessários para atuar no *campo* político. Neste trabalho, procuro analisar o processo de interiorização de determinados saberes que adquirem importância para o pesquisado como ferramentas dentro do *campo* político. Esse processo vai da infância até o período em que o pesquisado ocupa o cargo de legislador.

Bourdieu define *habitus* político da seguinte forma:

> Toda uma aprendizagem necessária para adquirir o *corpus* de saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados econômicos, etc.) produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado ou capacidades mais gerais, tais como o domínio de uma linguagem e de uma certa retórica política, a do *tribuno*, indispensável nas relações com os profanos, ou a do debatedor, necessária nas relações entre os profissionais. (2007a, p.169)

[1] Dados retirados do *site* do Tribunal Superior Eleitoral. Ver http://www.tse.gov.br/sadEleicao2006DivCand/

Quais foram as condições que possibilitaram um indivíduo, com uma trajetória de vida específica, ser eleito no ano de 2006 para a vaga no parlamento cearense? A pesquisa trata do processo de construção do *habitus* político de um parlamentar cearense para a 27ª legislatura (2007-2010) através de entrevistas sobre sua trajetória de vida, da análise documental e da observação direta do seu cotidiano político. Ele é conhecido como Tomás Figueiredo Filho (PSDB), oriundo de família com tradição política, cujos pais exerceram os cargos de ex-prefeito e ex-deputada estadual.

Fotografia 1: Tomás Antônio Albuquerque de Paula Pessoa Filho (Tomás Figueiredo Filho, PSDB-CE). Fonte: http://blog.opovo.com.br/blogdoeliomar/files/2010/06/tomass1.jpg

Esse trabalho compreende a análise de uma realidade historicamente datada, é o estudo de uma possibilidade dentre várias, que pode ser entendida "como um caso particular do possível" dentre as inúmeras possibilidades de um universo analisado. Aqui avalio como essa trajetória pode revelar a diversidade normativa do jogo político no Ceará. Portanto, pode expor diferenças entre as formas de agir dentro das estruturas e nas formas de perceber, sentir e atuar (os *habitus*) cuja lógica deve ser procurada nas peculiaridades de histórias coletivas diferentes entre si (BOURDIEU, 1997). Obviamente existem diversas formas de interpretar o *campo* político, logo há um espectro diverso de maneiras de agir, pensar, falar e se portar possíveis.

Segundo o perfil disponível no *site*[2] da AL-CE, o agora ex-deputado estadual Tomás Figueiredo Filho (PSDB) é advogado e empresário e se elegeu em 2006 com

[2] Informações preliminares sobre as biografias foram retiradas do perfil dos deputados no *site* da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará http://www.al.ce.gov.br/Deputados/perfil.php?tabela=Deputados&codigo=48

42.264 votos. Nasceu em 25 de agosto de 1981 em Fortaleza, é Filho de Tomás Figueiredo, ex-prefeito de Santa Quitéria, e de Cândida Figueiredo, ex-deputada estadual (PSDB). Seu avô paterno é Chico Figueiredo, ex-deputado estadual e seu tio paterno, Alexandre Figueiredo, é ex-deputado estadual (PMDB), que até 2009 foi conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

Nem todos os deputados vêm de famílias com tradição na política institucional. Exemplo disso é o deputado Lula Morais (PC do B-CE). O deputado Lula Morais é médico, nasceu em 6 de abril de 1955 em Fortaleza, Ceará, e se elegeu em 2006 com 19.397 votos, tendo ficado na primeira suplência, assumindo o mandato por mais de 80% do período de 2007 a 2010. Teve forte influência na sua formação política ao militar o movimento estudantil no Centro Acadêmico de Medicina e no Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Ceará (UFC). Ingressou no PC do B em 1979 e, com Inácio Arruda (atual senador pelo Ceará), ajudou a criar a Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza. Médico concursado da Prefeitura Municipal de Fortaleza e da CAGECE (Companhia de Água e Esgoto do Ceará), em 1983 foi um dos fundadores do Sindiágua (Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Ceará). Foi também diretor do Sindicato dos Médicos e vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT - CE). Também foi eleito vereador por dois mandatos consecutivos, nas eleições de 2000 com 5.356 votos e de 2004 com 5.679 votos.

No ano de 2006, Lula Morais (PC do B) e Tomás Figueiredo Filho (PSDB) foram eleitos pela primeira vez deputados estaduais, enquanto o primeiro tinha 51 anos e o outro 25 anos. As diferenças de idade revelam o tempo percorrido por cada um até ser eleito. Esse tempo é distinto para todos e é diretamente influenciado pelos capitais[3] acumulados no decorrer das trajetórias e das condições sociais nas quais se desenvolveram[4].

---

[3] Capitais acumulados no decorrer da sua trajetória e condições sociais para desenvolvimento podem ser compreendidos de forma semelhante às categorias V*irtù e fortuna*. Esses são dois dos principais conceitos utilizados por Maquiavel em sua obra "O Príncipe". V*irtú* é a capacidade individual dos indivíduos para se adaptar, instrumentalizar, o meio político onde estão inseridos. Podemos entender *virtú* como a habilidade de lidar com momentos políticos adversos. *Fortuna* pode ser compreendida como a condição posta onde esses indivíduos estão dispostos. Maquiavel utiliza a metáfora da deusa romana *Fortuna*, sendo ela a responsável pela boa e má sorte dos homens. Assim, *Fortuna* seriam as condições ou os fatos históricos que os seres humanos em suas trajetórias não podem alterar, como as condições do seu nascimento por exemplo.

[4] Podemos observar o caso da deputada Lívia Arruda, dos deputados Tomás Figueiredo e Téo Menezes, que nasceram em famílias de tradição política e são os mais novos dentre esses deputados estaduais eleitos no Ceará em 2006.

Os dados apresentados sobre a idade dos deputados sugerem que o fato de pertencer a uma família de tradição política pode encurtar o caminho para alcançar um mandato. Pode-se ressaltar também que os próprios políticos utilizam o simbolismo dessa tradição para representar a si mesmo, buscando de certa forma legitimar a habilidade na política através da tradição da família.

A resposta para a pergunta de partida dessa pesquisa pode ser encontrada na trajetória de vida do político. A intimidade com o saber político é desenvolvida historicamente, seja na vida pública, como nos sindicatos, movimentos populares, ou através dos vínculos de parentesco. Os instrumentos para poder agir dentro do *campo* político são diversos: as relações de lealdade com o partido político, a mediação dos conflitos de interesse, a fidelidade ao grupo de origem ao qual pertence o político, a busca por ampliar sua rede de contatos, a "obrigação" de distribuir benesses e favores aos eleitores e políticos.

A construção do *habitus* político de um deputado estadual não ocorre do mesmo modo, pois cada lugar, cada época, cada *campo* da política têm suas características próprias, elaboradas dentro de um processo de negociação e disputa entre os agentes envolvidos. A posição do parlamentar lhe proporciona uma série de prerrogativas, deveres, modos de agir mais ou menos pré-definidos pela cultura política. Dentro destes parâmetros é que irá se estabelecer o *habitus* do deputado estadual. É no decorrer do jogo político que os agentes aprendem a atuar e se adequar às regras formais e informais. Utilizo a categoria do *habitus* para buscar compreender a relação entre o indivíduo e a sociedade, mas para isso é necessária uma socioanálise da trajetória deste agente, que priorize a observação dos detalhes do cotidiano e dos pontos em comum em cada desempenho, das regularidades, e do que se constitui como excepcionalidade.

Na presente pesquisa, o *habitus* é o instrumento para compreender o processo de "aprendizagem" de normas, pensamentos e formas de conduta de um agente social que, após se engajar no *campo* político, incorpora as regras de conduta características desse meio, ao mesmo tempo em que as reelabora.

O *habitus* político, tal como está configurado, é reconfigurado pelos agentes sociais, tem uma forma ampla de se apresentar e pode ser analisado através das negociações que o político constrói com os seus colegas, com as lideranças que o apoiam e com a população. É através dessas relações sociais que os parlamentares

atuam como mediadores entre o poder público e privado, assim como sugere Karina Kuschnir:

> [...] os parlamentares atuam também como *mediadores* fundamentais entre diferentes níveis de cultura servindo como tradutores e agentes entre os valores, projetos e dramas da população, de um modo geral, e as esferas constituídas do poder público (2007, pp.37-38).

Para finalizar essa seção, é necessário deixar claro que a perspectiva da pesquisa é de buscar compreender a lógica do jogo político como ela é e não trazer uma concepção *a priori* de *como deveria ser* ou *como deve ser* a conduta dos políticos. É importante para a compreensão plena da intenção dessa pesquisa a busca pelo olhar não normativo sobre o deputado. Neste sentido argumenta Christine Chaves da seguinte maneira:

> Nós só teremos condições de entender o que está em jogo nas condenações populares da política e dos políticos – tão enfatizadas pela impresa e, paradoxalmente, pelos próprios políticos – se formos capazes de conhecer a(s) concepção(ões) de política que preside(m) essas avaliações. Sem isso, nos arriscaríamos, em nome da ética ou de uma pretensa identificação democrática com a "opinião pública", a fazer coro com aqueles que trabalham, ainda que inconscientemente, contra o projeto de uma sociedade democrática, recusando qualquer política que não a dos seus sonhos ou, pura e simplesmente, rejeitando a política de modo geral (1996, p.159).

1.1. O caminho para a escolha do deputado

> [...] Gostaria de dizer, de passagem, que entre as várias atitudes que eu desejaria poder inculcar, se acha a de ser capaz de apreender a pesquisa como uma atividade racional – e não como uma espécie de busca mística, de que se fala com ênfase para se sentir confiante – (...). (BOURDIEU, 2007a, p.18).

Bourdieu (1997) avalia que a lógica do mundo social não pode ser compreendida em sua profundidade a não ser pelo estudo das minúcias de uma realidade circunscrita no tempo e no espaço, fazendo dela conforme sugere Bachelard "um caso particular do possível" (1995, apud BOURDIEU, 1997, p.15). Esta reflexão norteia essa pesquisa pela hipótese de que dentro de um universo de possibilidades, a essência da realidade social não pode ser apreendida em sua plenitude, e o mais próximo que podemos chegar dela seria o estudo delimitado e

relacional do corpo social. Partindo dessa reflexão, sustento a possibilidade de pesquisar um caso particular de formação do *habitus político*. A escolha do pesquisado também pode ser compreendida pela origem e pela lapidação metodológica do recorte empírico.

A sociedade humana se constitui de vários agrupamentos, sejam eles países, estados, províncias, cidades, bairros, aldeias, clãs ou famílias. Tais grupos têm sua dinâmica pautada nas relações entre os membros que as compõem e essas relações estão baseadas nas diversas lógicas de interação dos agentes. Cada um desses agentes carrega em si uma "parcela" razoável da lógica dinâmica do grupo a que pertence. Nesse sentido Weber afirma que:

> [...] todos somos políticos 'ocasionais' quando votamos ou consumamos uma expressão de intenção semelhante, como aplaudir ou protestar num comício 'político', ou ao pronunciar um discurso 'político', etc" (2002, p.59).

Aristóteles (2006) afirmou que o homem é um animal político (do grego, *zoon logikon*), ou seja, o homem é um ser que armazena em si as lógicas da interação do grupo onde habita, portanto as narrativas sobre a trajetória de vida de um único indivíduo podem ser fonte fecunda para a análise da lógica política da sociedade.

O mecanismo de escolha desse *caso particular do possível* está pautado pelo recorte inicial da pesquisa. Originalmente, idealizei uma pesquisa baseada no estudo da trajetória política de quatro deputados. Entretanto, no decorrer das primeiras visitas e observações do cotidiano desses parlamentares, durante as rotinas e a ventura da campanha eleitoral de 2010, comecei a compreender que a densidade e intensidade de um recorte deste porte não estavam ao meu alcance naquele momento. Aos poucos surgiram perguntas que me fizeram refletir sobre o foco da pesquisa. Como analisar e sintetizar quatro vidas em dois anos[5]? Como captar informações sobre quatro biografias distintas, filtrar os dados sobre os fatores que colaboraram para a formação desses políticos, interpretar os dados e tecer uma análise comparativa destas trajetórias? E o mais importante: como conseguir do pesquisado a proximidade e confiança necessária para analisar as práticas políticas que muitas vezes são escondidas da vista da sociedade e ao mesmo tempo recriminadas? Essas questões me levaram a optar por um pesquisado que mostrasse maior disponibilidade para conceder informações para a pesquisa. O

[5] Dois anos é o tempo estimado para a conclusão do curso de mestrado.

tempo despendido para captar os dados sobre as trajetórias dos demais parlamentares, com observações do cotidiano das atividades no parlamento, não foi em vão. Esses dados serviram como base para a compreensão do cenário político de atuação do deputado pesquisado, bem como subsidiou elementos para uma análise comparativa, para localizar o investigado no espaço social da política estadual.

Um dos fatores que influenciaram a escolha inicial dos quatro deputados foi a disponibilidade dos pesquisados para concederem entrevistas. No caso de uma pesquisa que pretende estudar fatos da vida particular, a colaboração é algo fundamental ao se tratar de um método qualitativo. A cumplicidade do deputado para com a pesquisa é nossa *pièce de résistance*, pois não seria possível e nem desejável que o convívio para observação das rotinas e as entrevistas fossem forçadas. Ao longo das incursões e pré-entrevistas observei que dentre os quatro escolhidos havia alguns mais disponíveis que os outros, e isso foi uma determinante para eleger o pesquisado.

A análise dos *capitais simbólicos herdados* e instrumentalizados por um determinado agente político são significativos para interpretar a formação do *habitus*. Esses *capitais simbólicos herdados* e instrumentalizados podem encurtar o caminho para um determinado bem socialmente construído. A herança política pode assegurar que os bens (materiais e imateriais) acumulados por um grupo possam ser mantidos na família através da passagem do tempo e repassados para os novos membros na forma de bens materiais ou simbólicos. (BOURDIEU, 2007a).

Utilizo a noção de herança como categoria nativa, que busca descrever uma ferramenta de um determinado agente social que a recebeu na forma de um dado *capital cultural, social ou material* do grupo onde foi socializado. Existem casos em que o candidato ao cargo político teve influência de alguém que não tinha vínculo de parentesco, que o influenciou na carreira política, como é o caso dos apadrinhamentos políticos (ou patronos) descritos por Kuschnir da seguinte forma:

> Através das trajetórias de Fernando e Marta, notamos que a entrada na carreira política está relacionada a certas condições sociais específicas. Por um lado, é preciso ter alianças com pessoas já estabelecidas, de preferência em posições de destaque e prestígio (o ministro, no caso de Fernando, e o prefeito, no de Marta) (2000, p.55).

Surge a questão de verificar como o parlamentar elabora a ideia de apoio-influência oriundos de parentes, familiares ou padrinhos que já operaram na política

institucional (deputados, prefeitos, governadores, vereadores e outros cargos políticos) e que de alguma forma foram considerados importantes para entrar no jogo político institucional. Para diferenciar os parlamentares que se dizem "herdeiros", fiz um levantamento de dados sobre os deputados estaduais da 27ª legislatura (2007-2010) através dos perfis publicados no site da Assembleia Legislativa do Ceará (2009), no *Anuário do Ceará 2007, 2008, 2009 e 2010*, e consultei professores da área de Ciência Política da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e da Universidade Federal do Ceará (UFC). Depois de assinalar os parlamentares que utilizam a "herança familiar" como ferramenta política busquei selecionar um dentre o grupo dos ditos "herdeiros" e um do grupo dos "não herdeiros". Vale salientar que a "herança familiar" aqui instrumentalizada no discurso dos parlamentares citados é somente uma dentre várias formas de utilização da "herança". A relação entre a instrumentalização da herança simbólica e um determinado agente revela diversos detalhes que necessitam de uma análise interpretativa que relativize a maneira como elas são acionadas no campo político.

Outro critério para a escolha utilizado para eleger o pesquisado foi que fosse estreante no parlamento estadual. Este crivo excluiu todos aqueles que já exerceram cargos de deputado estadual no Ceará, no entanto, não rejeitou a possibilidade de experiências em outros cargos políticos, como é o caso de Lula Morais, que se candidatou a deputado estadual quando ainda era vereador em Fortaleza. A escolha de um novato no parlamento se justifica pela necessidade de analisar um *habitus* parlamentar em formação, cujo aprendizado estivesse em formação e cujas experiências de iniciação política como deputado estivessem, por assim dizer, "frescas" na memória do pesquisado. As trajetórias dos demais estreantes não fazem parte dessa pesquisa pelo fato da maioria contatada não ter mostrado interesse nem disponibilidade para tal.

Um ponto de profunda relevância que pretendo abordar mais adiante é a utilização de *capitais simbólicos incorporados* no passado e reutilizados no *campo* político do presente, com, por exemplo, o favorecimento de eleitores, colegas, parentes, através de uma rede de contatos sociais previamente construídas ou herdadas, a instrumentalização de conhecimentos prévios no jogo político atual. Portanto, foi de suma importância pesquisar essas ações através da observação desses parlamentares em *campo*.

A opção por ocultar ou revelar o nome verdadeiro dos pesquisados inicialmente trouxe dilemas. Quando se trabalha com seres humanos, os resultados são difíceis de serem previstos, e a revelação de dados deste tipo pode prejudicar tanto o pesquisado como o pesquisador. Como afirma Karina Kuschnir:

> É fundamental, portanto, que a divulgação dos resultados inclua uma reflexão sobre o processo de obtenção (dos dados). Assim, devem estar explicitadas nos relatos da pesquisa questões como a forma de entrada do pesquisador no *campo*, os acordos realizados e os laços sociais acionados e evitados (2007, p.59).

Por outro lado, abrir mão de certas informações pode acarretar no empobrecimento da facticidade na pesquisa. Desta forma, com a permissão do pesquisado, torno público seu nome com a intenção de esclarecer que os políticos são tão comuns quanto nós. Eles vivem em sociedade, podendo influenciar e serem influenciados por ela, e pelo fato de os pesquisados serem pessoas públicas, os próprios detalhes presentes na pesquisa tornariam o anonimato inválido. Com a exposição do nome do pesquisado busquei “dar um rosto” aos fenômenos sociais carentes de fisionomia.

1.2 Instrumental para análise da formação sócio-histórica

A maneira como se faz a pergunta é o que determina o tipo de resposta que se irá obter. Através da pergunta: *como se dá a formação de um deputado estadual?*, podemos entender que existem duas dimensões distintas que atuam juntas no processo: os saberes e os bens materiais que são necessários para ser um deputado.

O processo de formação social do indivíduo traz em si uma dimensão material e outra imaterial. A dimensão material permeia o universo concreto que o cerca, e a dimensão imaterial é composta pelos saberes que ele irá adquirir durante a formação. O indivíduo adquire informações ou bens materiais os quais irá utilizar da maneira que julgar adequada. Como afirmam Berger e Luckmann (1974), a sociedade é uma realidade ao mesmo tempo objetiva e subjetiva, e qualquer tentativa de explicar tal realidade social deve abranger ambos estes aspectos. Até o julgamento dos indivíduos é passível de ser julgado por também se tratar de uma construção social.

Durante a vida de uma pessoa, é normal recebermos diversas influências e inspirações, mas não necessariamente iremos seguir a tendência que nos foi imposta em nossa infância. Na medida em que a pessoa vai se desenvolvendo social e psicologicamente, essas redes de significados e de valores vão sendo construídas. A forma de perceber o mundo passa a ser influenciada pelos estímulos que o indivíduo interiorizou, ou ainda como afirmam Berger & Luckmann:

> O mesmo corpo de saberes é transmitido à geração seguinte. É aprendido como verdade objetiva no curso da socialização, interiorizando-se assim como realidade subjetiva. Esta realidade por sua vez tem o poder de configurar o indivíduo. Produzirá um tipo específico de pessoa, a exemplo do caçador, cuja identidade e biografia enquanto caçador tem significação somente num universo constituído pelo mencionado corpo de conhecimento em totalidade (por exemplo, em uma sociedade de caçadores) ou em parte (digamos em nossa própria sociedade, na qual os caçadores se reúnem em um subuniverso próprio) (1974, p. 95).

Da mesma forma, esse corpo de saberes próprios da política pode ser transmitido através das gerações, sendo absorvidos e ressignificados pelos novos agentes no decorrer de suas trajetórias. Assim, surge o processo de “reprodução” e reelaboração da estrutura social de um determinado grupo.

Aos poucos o universo simbólico das pessoas que mais influenciaram o jovem passa a ser o dele também, e esta troca de saberes torna-se dinâmica e mútua. A forma natural como nos é apresentado um mundo socialmente construído anterior a nossa existência é uma ferramenta poderosa para definir quais posições os indivíduos devem ocupar dentro da sociedade.

Até o presente momento, não se pode provar que exista uma vontade divina ou fator biológico que determine a posição social que uma pessoa terá. O que se pode avaliar de fato é a existência da influência da cultura sobre o indivíduo. Os indivíduos que nascem imersos em uma determinada cultura e mudam do ambiente social de origem no decorrer da vida, levarão consigo para o resto da vida a afinidade com o *ethos* cultural no qual foi inicialmente socializado.

A relação entre estrutura social e indivíduo já é abordada há muitos anos por diversos estudiosos. Dentre eles podemos citar as recentes Pierre Bourdieu (2007a), Anthony Giddens (2003), Norbert Elias (1994), Jon Elster (1994), Alfred Schultz (1979), Jean Claude Passeron (2008), Bernard Lahire (2004), Berger e Luckmann (1974). O importante é entendermos que a essência dessa pesquisa é a relação entre o deputado e o meio social onde se desenvolveu.

Quando se atribui o sucesso ou fracasso social de alguém ao destino ou a alguma força metafísica, estamos subtraindo e menosprezando a interferência que a estrutura social tem sobre os indivíduos. Porém, ao falarmos em uma estrutura social que manipula o indivíduo como marionete, podemos cair no erro de menosprezar a força do próprio indivíduo. Talvez seja mais aceitável para as pessoas acreditar em uma força divina que dirige suas vidas na terra do que acreditar que existam grupos sociais com interesse em reter para si o poder de gerenciar a sociedade em prol do seu próprio bem-estar.

Ao refletir sobre o dilema da estrutura *versus* ação, do individual *versus* coletivo, aproximei-me do pensamento de autores que observaram que essas antinomias presentes nas obras clássicas da sociologia na verdade são dualidades complementares dentro da sociedade. Assim como não podemos pensar em uma casa sem os tijolos, também não podemos pensar na sociedade que não seja construída a partir de indivíduos (ELIAS, 1994). Para buscar uma solução entre essa falsa antinomia, Pierre Bourdieu resgatou a categoria *habitus* do pensamento aristotélico (*hexis,* no grego). Na época medieval, o termo ressurgiu na obra *Summa Theologiae* de Tomás de Aquino. Ao longo da história, outros autores utilizaram esta categoria, mas, nos anos de 1960, Bourdieu notabilizou o conceito de *habitus* por tê-lo definido com maior detalhamento na busca de construir uma teoria que revelasse a falsa antítese entre indivíduo e sociedade. (IZQUIERDO, 2008).

O instrumental teórico aqui empregado tem a função de buscar apreender o sentido das relações sociais no jogo político estadual, observando a lógica subjacente ao conhecimento vivenciado e adquirido no cotidiano da política (KUSCHNIR, 2000).

1.3 Das estratégias da pesquisa

Absorva o que for útil, rejeite o que for inútil. Acrescente o que é especificamente seu. A criatividade do homem é sempre mais importante que qualquer estilo ou sistema estabelecido.
(Lee Jun Fan)

O primeiro passo foi construir uma base de dados sobre os possíveis pesquisados. Iniciei a coleta de artigos de jornais disponíveis na *internet* sobre eles e sobre a Assembleia Legislativa no período de 2006 a 2010. A maioria das matérias sobre o parlamentar pesquisado estava disponível na *internet* e foi organizada em um banco de dados por mim em ordem cronológica. As buscas também se deram através das redes sociais, como *Orkut* e *Facebook*, e nas páginas eletrônicas do perfil do pesquisado pude obter muitas pistas a partir das fotos e informações publicadas por ele e seus assessores.

No decorrer dos primeiros momentos da pesquisa precisei de informações gerais sobre o objeto de estudo e busquei fazer uma pesquisa histórica sobre a Assembleia Legislativa, buscando documentos, jornais, atas de sessões parlamentares. Em seguida, necessitei de informações a respeito dos atuais parlamentares e logo pesquisei informações sobre as biografias no próprio *site* da Assembleia, onde há um registro dos dados iniciais dos deputados, tais como: nome completo, profissão, número de votos obtidos na última eleição, canais para contato (*e-mail*, telefone, número de gabinete na Assembleia) e um breve perfil descrevendo a biografia.

Notei que, no que diz respeito a instituições governamentais e de pessoas públicas, predominava a apresentação de ações legais e de dados “estranhamente” harmoniosos. As “coisas” e as ações pareciam sempre ter uma lógica discursiva coerente e adequada aos interesses e valores instituídos pelos agentes envolvidos. Por vezes, quando analisei documentos oficiais, pouco ou quase nada da subjetividade podia ser observada neles. A legalidade, a racionalidade, e a burocracia tentavam varrer desses documentos as peculiaridades de seus criadores. Observei que, entre os antropólogos, era corrente a utilização de técnicas qualitativas e certo repúdio a técnicas quantitativas. Já entre os cientistas políticos era o inverso, havia um apreço pelas técnicas quantitativas e recusa às técnicas qualitativas. Soares afirma nesse sentido que:

> [Parte dos cientistas sociais] deixaram o rigor que deve existir na antropologia e a tradição de pesquisa de *campo* na ilusão de que, não sendo quantitativos, seus trabalhos seriam antropológicos (2009, p.29)

Como sugere Queiroz (1992), as técnicas de pesquisa devem captar o modo de ser do elemento analisado. A partir desta reflexão entendi que deveria “utilizar a isca de acordo com a caça” e não “usar ratoeiras para caçar elefantes”. Decidi

permitir que a necessidade de informações durante a pesquisa orientasse as técnicas empregadas, em outras palavras, que o tipo de questionamento que me propunha a desenvolver no decorrer da pesquisa exigisse por si mesmo técnicas de investigação afinadas com as particularidades da analise de trajetória de vida. Busquei documentos, jornais, atas de sessões parlamentares e entrevistas. Entrei em contato com a assessoria de alguns parlamentares para fazer uma pré-entrevista com o intuito de confirmar as informações já obtidas, analisar se o perfil do parlamentar estava dentro da perspectiva da pesquisa, esclarecer o deputado sobre a investigação, saber da disponibilidade deles para ceder entrevistas e perguntar se permitiam que eu fizesse registros audiovisuais e um levantamento histórico da biografia[6]. Depois de algumas recusas, longas esperas em gabinetes da Assembleia e várias visitas frustradas, selecionei um político utilizando os critérios anteriormente mencionados: ser estreante no parlamento estadual, apresentar em seus discursos a instrumentalização de formas diferenciadas da herança simbólica no campo político.

Após ter escolhido quatro possíveis pesquisados (dois principais e dois substitutos) busquei através de suas assessorias sondar a disponibilidade para cederem entrevistas e participarem da pesquisa. Frequentei os gabinetes, comitês de campanha, escritórios dos parlamentares entre abril de 2010 a junho de 2011. Obtive algumas recusas durante a escolha dos possíveis pesquisados. No entanto também existiram aqueles que estavam mais do que dispostos a participar da pesquisa, como candidatos que informaram através de redes sociais eletrônicas ou amigos em comum que estariam dispostos a participar de bom grado. Um recurso que apresentou relevância no decorrer da pesquisa foi o desejo dos parlamentares de serem vistos e retratados nesse trabalho. Esse desejo de exposição na pesquisa expressado por alguns deles pode ser interpretado como uma necessidade implícita na função política que os agentes ocupam. Tal atividade poderia aperfeiçoar uma imagem pública de pessoa solícita ou uma ação altruísta.

Nesta fase da pesquisa, empreguei abordagem mais participativa no *campo* para observar eventos e práticas sociais e para que no próximo momento da pesquisa pudesse me ocupar da captação dos dados específicos sobre a trajetória de vida de um deputado. Obtive uma boa inserção no *campo* e uma relação amistosa com a maior parte dos assessores e deputados pesquisados. Acredito que

[6] A autorização para pesquisar, filmar e gravar nos gabinetes foi feita através de documento assinado em duas vias por cada deputado. Uma das vias está em minha posse e a outra com o pesquisado.

por eu aparentar pouca idade[7], os pesquisados e assessores não enxergaram em mim uma “ameaça”. Como afirma Kuschnir:

> No caso de pesquisas junto a universos de prática política de base clientelista, é muito provável que o pesquisador seja identificado pelas pessoas estudadas como parte de um grupo acusatório, identificado com um universo mais intelectualizado, urbano e elitista. Isso pode ser observado pelo tom defensivo que muitas vezes se explicita em falas e comportamentos ‘nativos’. (2007, p.53).

Adotei uma postura cordial e afável com o deputado e com os assessores, para estes levei ocasionalmente caixas de bombons para presenteá-los. Fui aos festejos de aniversário de dois deputados em 2010, almocei com seus assessores na ocasião das visitas ao campo e conversei sobre trivialidades. Dispus-me, ainda, a ajudá-los sempre que possível, com o intuito de estreitar os laços afetivos, estabelecendo assim uma troca simbólica com eles. Esta metodologia afetiva assumida teve influência do caminho metodológico de Alba Zaluar (1985) em sua obra *A máquina e a revolta*, quando relata sobre a relação entre as estratégias de pesquisa e a afetividade.

Iniciei uma série de visitas aos gabinetes, acompanhei os trabalhos rotineiros no parlamento, entrevistei assessores, observei a interação entre o público que frequentava o gabinete e a assessoria parlamentar, entre o parlamentar e os seus assessores e entre os outros parlamentares. O levantamento de dados eleitorais, como em quais localidades obtiveram mais votos, também se mostrou útil na identificação das bases de atuação política.

Durante as visitas aos gabinetes e nas conversas com os assessores, percebi que muito do registro sobre a trajetória do deputado não se encontra somente na pessoa do parlamentar, ou propriamente em suas memórias, mas também nas memórias daqueles que compartilharam com ele os momentos da vida. Esses registros perpassam as trajetórias de vida de outras pessoas que estiveram em determinados momentos com o pesquisado.

Reservei para o final as entrevistas sobre a trajetória com o intuito de preparar adequadamente as perguntas e construir uma base sólida de confiança. Deixei que o parlamentar ficasse à vontade em escolher o local das entrevistas, e a sua escolha foi o escritório onde trabalhava. Busquei deixar que o pesquisado relatasse sua

[7] Eu tinha 23 anos quando iniciei o mestrado em Sociologia na Universidade Federal do Ceará.

trajetória de acordo com a ordem cronológica e na medida em que relatava suas vivências, eu o questionava sobre os temas propostos. A opção de examinar as trajetórias de vida de um deputado do universo de 46 eleitos foi feita pela necessidade de pesquisar os detalhes em profundidade. Dessa forma, partilho da perspectiva de Bernard Lahire ao afirmar que:

> De alguma maneira cada indivíduo é o 'depositário' de disposições de pensamento, sentimento e ação, que são produtos de suas experiências socializadoras múltiplas, mais ou menos duradoras e intensas, em diversos grupos [dos menores aos maiores] e em diferentes formas de relações sociais (2004, p.10).

A história de vida pode ser considerada como interpretações individuais das experiências sociais vividas pelo investigado, portanto, pautada em um conjunto de forças construídas socialmente. Como argumenta Bourdieu:

> Sem dúvida, cabe supor que o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito a causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário. E é provável que esse ganho de coerência e de necessidade esteja na origem do interesse, variável segundo a posição e a trajetória, que os investigados têm pelo empreendimento biográfico. Essa propensão a tornar-se o ideólogo de sua própria vida, selecionando, em função de uma intenção global, certos acontecimentos significativos e estabelecendo entre eles conexões para lhes dar coerência, como as que implicam a sua instituição como causas ou, com mais freqüência, como fins, conta com a cumplicidade natural do biógrafo, que, a começar por suas disposições de profissional da interpretação, só pode ser levado a aceitar essa criação artificial de sentido (1996, p.184).

Tendo em vista a advertência de que o relato autobiográfico feito pelo deputado tende a ser expresso de forma a dar coerência e sentido lógico a sua trajetória, devemos analisar a lógica por trás dos relatos do pesquisado. Essa sem dúvida foi a maior preocupação da pesquisa durante a análise das narrativas referentes ao período de socialização primária e secundária. A tendência do narrador de traçar ou ressignificar o discurso autobiográfico deve ser sempre avaliado pelo pesquisador. Nesse sentido afirma Elias:

> Para se compreender alguém, é preciso conhecer os anseios primordiais que este deseja satisfazer. A vida faz sentido ou não para as pessoas, dependendo da medida em que elas conseguem realizar tais aspirações. Mas os anseios não estão definidos antes de todas as experiências. Desde os primeiros anos de vida, os desejos vão evoluindo, através do convívio com outras pessoas, e vão sendo definidos, gradualmente, ao longo dos anos, na forma determinada pelo curso da vida; algumas vezes, porém, isto

> ocorre de repente, associado a uma experiência especialmente grave. Sem dúvida alguma, é comum não se ter consciência do papel dominante e determinante destes desejos. E nem sempre cabe à pessoa decidir se seus desejos serão satisfeitos, ou até que ponto o serão, já que eles sempre estão dirigidos para outros, para o meio social. (1995, p.13)

Entendendo que a narrativa sobre a própria trajetória de vida é pautada nos valores e objetivos construídos socialmente, no decorrer da pesquisa, foram analisados os significados dos objetivos, das conquistas e das derrotas descritas pelo paramentar nas entrevistas, em relação ao meio social onde se desenvolveu. As entrevistas de história de vida podem ser analisadas sobre diversos pontos de vista: da circunstância da entrevista, da maneira como o entrevistado constrói sua narrativa e dos significados que podem ser extraídos a partir dos relatos. A história de vida tem um sentido interno próprio, e cabe ao pesquisador apreender e descrever estes significados (KOFES, 1994).

A narrativa biográfica pode ser utilizada como uma fonte para a interpretação do meio social do biografado. A análise das narrativas biográficas pode ser uma ferramenta para a interpretação das relações entre o indivíduo e o meio onde foi socializado e da lógica que permeia a relação entre a objetividade e subjetividade. A utilização da técnica das entrevistas para a compreensão e interpretação da história de vida se justifica por se entender que a partir da realidade particular podem-se observar os fatores condicionantes e condicionados socialmente no processo de formação do agente social. Na medida em que os agentes interagem com a sociedade, essa sociedade age sobre os agentes a ponto de, sutilmente, internalizar nos seus membros maneiras de falar, sentir, ver e pensar que aos poucos se transformam em costumes. Apesar de ser possível achar que a trajetória de vida seja construída pela vontade individual, as narrativas de história de vida são relevantes pelo que têm de comum e trivial e raramente são percebidas no primeiro olhar, pois, como afirma Lahire:

> Não há nada mais social, mais compartilhado por todos, do que os “problemas” ditos “pessoais” (consciência de culpa, incompreensão, frustração, mal-estar, depressão): produtos das numerosas defasagens entre o que somos (o que o mundo social refletiu em nós) e o que as situações exigem de nós (e que nem sempre estamos dispostos a “dar”); produtos dos diversos enfrentamentos, confrontos ou acomodações (mais ou menos forçados). [...] O mundo social está tão dentro de nós como fora de nós (2004, p.12).

Deixar claro do que se tratava a pesquisa foi um dos primeiros passos tomados por entender que a relação entre o pesquisador e os pesquisados deve ser permeada pela honestidade, para que posteriormente não haja “mal entendido” entre as partes envolvidas[8]. Como afirma Lakatos e Marconi (2009, p.84), “O pesquisador deve entrar em contato com o informante e estabelecer, desde o primeiro momento, uma conversação amistosa, explicando a finalidade da pesquisa, seu objetivo, relevância e ressaltar a necessidade da colaboração”.

No momento em que apresentei a pesquisa e os seus objetivos aos assessores e deputados, percebi que, para a maioria, minha pesquisa não era interessante, ou eles não entendiam a sua finalidade. Então desconfiei que a linguagem acadêmica estivesse limitando o entendimento das intenções da pesquisa e, com o passar das apresentações, fui tentando sintetizar o projeto, por meio de uma linguagem informal e acessível. Transformar as ideias contidas em 15 páginas de projeto em um monólogo de três minutos se tornou uma tarefa árdua no inicio, mas que no final das últimas exposições passou a ser mais fluente.

Uma obra que contribuiu para a pesquisa foi *Retratos sociológicos* (LAHIRE, 2004), voltada para a socioanálise da formação cultural de oito pessoas, sendo esta obra o resultado de uma pesquisa constituída basicamente por um trabalho de levantamento de dados através de uma série de entrevistas temáticas. Três características da pesquisa de Lahire foram apropriadas por mim: a descrição subjetiva dos sujeitos da pesquisa, a organização do conteúdo de acordo com a ordem cronológica da biografia do investigado e a pesquisa de dados através de entrevistas semiestruturadas.

A perspectiva da subjetividade do campo político pode revelar a lógica do *habitus* em sua forma incorporada nas maneiras de se comportar e na forma de agir no cotidiano, apreendida nos círculos de socialização do parlamentar. A exposição dessa subjetividade pode ser útil para a pesquisa na medida em que pode revelar o “objetivo de vida” do deputado como um objetivo construído socialmente e principalmente, como se deu o processo de formação deste “projeto de vida” e qual relação tem com os fatores sociais vivenciados por ele.

A pesquisa de dados em documentos escritos pelo próprio deputado se mostrou muito frutífera, posto que, nesse tipo de escrita feita de próprio punho, com

[8] Da mesma forma que um químico deve ter cautela com as reações químicas em suas pesquisas, um cientista social deve tomar cuidado com as reações sociais provenientes de sua investigação.

o intuito de registrar e expor sua vida, existe uma carga de subjetividade a ser considerada através de seus significados sociais. *Sites* como *Facebook* e *Orkut* se mostraram como uma valiosa fonte de dados sobre os pesquisados, sobre suas rotinas e seus hábitos. Obviamente, devemos ter cautela ao utilizar tais meios de obtenção de dados para não cometer o erro de captar informações incorretas ou acreditarmos que o perfil virtual do agente social corresponde ao que ele é e faz de fato, ou que os dados virtuais são "puros e imunes" à manipulação. A manipulação da própria identidade (GOFFMAN, 2009), a forma como este deputado quer ser visto, ou a forma como ele se apresenta pode ser algo esclarecedor para a pesquisa e ter um significado que deve ser interpretado.

Um *site* que se tornou uma ferramenta útil na pesquisa é *Transparência Brasil*[9]. Nele há um detalhamento dos nomes dos apoiadores e dos valores utilizados nas campanhas eleitorais dos políticos do Brasil nas ultimas eleições. Tais informações foram úteis para averiguar quem são as pessoas que apoiam financeiramente o deputado e quais as relações entre o político e os apoiadores e principalmente, quais foram os capitais acionados pelos pesquisado para entrar no *campo* da política institucional.

A organização do conteúdo dissertativo está disposta de acordo com a ordem cronológica da biografia. A pretensão é que no corpo de texto da dissertação a trajetória fique segmentada e que cada tópico esteja relacionado com um período relevante da trajetória do agente político, culminando com reflexões teóricas a respeito do processo de socialização e formação dos saberes e das práticas usadas no jogo político. Já a conclusão será utilizada para uma análise avançada das questões debatidas nesse trabalho.

[9] Veja o site no endereço: http://www.transparencia.org.br/index.html

2. Contexto relacional: o legislativo estadual e a sociedade cearense (2007-2010)

2.1 A institucionalização do papel do deputado estadual

Segundo a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2004), deputado estadual é o detentor de cargo político, que tem a incumbência de representar o povo na esfera estadual. As atividades do parlamentar estadual são designadas pela lei, (BRASIL, 2004) (CEARÁ, 2009) da seguinte forma: legislar, criando, alterando e revogando leis estaduais, fiscalizar as contas do governo estadual, criar Comissões Parlamentares, dentre outras atribuições referentes ao seu posto. Pela norma legal (CEARÁ, 2010), para ser um deputado estadual no Ceará, é necessário que o candidato tenha a nacionalidade brasileira, esteja de pleno exercício dos direitos políticos, tenha alistamento eleitoral, tenha domicílio eleitoral na localidade que deseja representar, tenha filiação partidária há pelo menos um ano antes da disputa eleitoral e possua 21 anos na data da posse. Para ser eleito, “basta” obter o número de votos de acordo com o coeficiente eleitoral proporcional à vaga disputada[10]. Obviamente, a escolha de um candidato que tenha uma reputação reconhecida e notoriedade entre os eleitores é um fator fundamental para qualquer eleição, pois não é somente um "acordo de gabinete", entre os partidos, que conseguiria equacionar uma eleição. Em outras palavras, a escolha daqueles que podem ou não ser candidatos passa primeiro pelo crivo dos dirigentes partidários e dos interesses daqueles que investem na política institucional. Entretanto, podemos perceber que a

[10] Para um candidato ser eleito, por lei, é considerado o número de votos de seu partido político ou coligação de partidos, além da votação recebida pelo candidato. Na política, coeficiente eleitoral equivale ao numero de votos válidos dividido pelo número de vagas do cargo de deputado estadual em seu estado. Por exemplo, se no Ceará, em 2006, havia 460.000 votos válidos e havia 46 vagas para deputado estadual, o coeficiente eleitoral é igual a divisão entre 460.000 por 46, que é igual a 10.000. Este é o coeficiente eleitoral para um parlamentar estadual no Ceará neste ano. Para saber quantos candidatos o partido ou a coligação elegeu, basta dividir o numero de votos válidos que este partido ou está coligação obteve pelo coeficiente eleitoral. Por exemplo, se o coeficiente partidário é igual 3.2, são eleitos 3 deputados estaduais. Se um partido ou coligação tiver um coeficiente eleitoral menor que 1, ele não elegerá nenhum dos candidatos a deputado estadual.

crença na escolha eleitoral e a “liberdade” de votar podem ser entendidas como parte do *illusio* eleitoral. O conceito de *illusio* na perspectiva de Bourdieu (2004b, 2007a) é a crença em um determinado jogo social, é crer que “vale a pena participar do jogo” e crer que o jogo é “justo”, e isso faz com que aqueles que atuem nesse jogo se disponham a fazer investimentos econômicos, sociais e psicológicos para alcançar os objetivos.

Para atuar no jogo político, o deputado incorpora durante sua trajetória política certos saberes sociais que são fundamentais para sua atividade e efetividade no campo. Os parlamentares adquirem a capacidade de atuar dentro da política, na medida em que incorporam os parâmetros de conduta, as maneiras de fazer e pensar a política. As condições legais são bem mais simples do que as condições sociais para se tornar um deputado.

A institucionalização das normas da política antecede esses deputados, sendo o próprio jogo político um processo histórico, social e cultural. A institucionalização do papel social dos deputados estaduais como líderes políticos mostra sua eficácia no decorrer do curso da história política do Ceará.

O *habitus* do parlamentar pode ser apresentado ao mesmo tempo como um "ofício", um acervo de técnicas, de códigos, um composto de "valores" e referências, como a propensão de usar diversos meios para mediar os conflitos de interesse entre os grupos locais e os grupos que ocupam os demais níveis do poder público, para articular a retórica de maneira eficaz em prol de determinados interesses e a capacidade de angariar apoiadores. Mais do que um legislador ou fiscal do Poder Executivo, o deputado estadual atua como um mediador entre a esfera pública e privada, pois, como afirma Kuschnir (2007, p. 50), “é comum que a população procure o político – em especial o parlamentar local – para intermediar seu contato com as diversas esferas do poder público”. Porém, não há necessariamente altruísmo em exercer esta função, pois o mediador busca usufruir dos privilégios de sua posição no *campo* social valendo-se do poder que as influências de suas ações podem ter sobre os demais agentes no seu *campo* de ação.

O poder social da Assembleia Legislativa do Ceará foi construído e mantido sócio-historicamente pela interação social entre as gerações de líderes políticos locais e as gerações da população cearense. A história da política no Ceará passou por diversos períodos desde o principio da colonização até os dias atuais com diferentes formas de institucionalização da política. No entanto, a Assembleia

Legislativa e o posto de deputado estadual são instituições mais recentes e têm origem nas Assembleias Legislativas provinciais do período imperial. A eleição para o posto de deputado provincial foi marcada pelos mecanismos de distinção como ferramenta de legitimação das instituições políticas, através das exigências legais para poder votar. Assim descreve Jairo Nicolau:

> Votavam homens com pelo menos 25 anos (21 anos, se casados ou oficiais militares, e independentemente de idade, se clérigo ou bacharel). Apesar de a Constituição de 1824 não proibir explicitamente, mulheres e escravos não tinham direito ao voto. Os libertos podiam votar nas eleições de primeiro grau. Existia ainda uma exigência de obtenção de uma renda anual para se ter direito ao voto: 100 mil réis por ano para ser votante e 200 mil réis para ser votado; valores que foram atualizados em 1846 para 200 mil e 400 mil réis, respectivamente. A Constituição de 1824 não condicionou o direito de voto à alfabetização, mas entre 1824 e 1842, a legislação exigia que a cédula fosse assinada, o que limitou na prática o voto dos analfabetos. Entre 1842 e 1881, os analfabetos puderam ser votantes e eleitores. Por exemplo, um levantamento de lista de votantes de 1876, feito em oito paróquias da cidade do Rio de Janeiro, revela um contingente significativo de votantes que não sabiam ler e escrever: um em cada quatro (2002, p.11).

Seja através da idade, do grau de escolaridade, da função social, do gênero, da renda, os assuntos da *polis* foram historicamente tratados como assunto de poucos. As barreiras impostas pela classe política para entrar no campo político foram se transformando no decorrer da história, no entanto sem perder sua função, fazendo da política um espaço reservado para poucos. As diferenças mantidas nas relações entre os representantes locais e a população representada é o que sustenta as instituições políticas no Ceará da maneira como as conhecemos.

Durante o processo histórico de lutas pela participação popular na política institucional, houve mudanças na forma como estes mecanismos de distinção para a participação política ocorressem. As exigências legais se tornaram menores, no entanto outros requisitos se tornaram mais fortes para atuar no campo político estatal. É necessário cumprir algo mais do que as condições legais exigidas para ser eleito e exercer de maneira eficaz o papel social de deputado. Nesse processo, o voto popular funciona como ferramenta que institucionaliza e legitima socialmente as escolhas construídas previamente entre os agentes políticos. Os eleitores escolhem os candidatos dentre as opções pré-definidas pelos acordos entre os políticos, os apoiadores e os interesses partidários. Estas escolhas feitas pelos grupos políticos se tornam obscuras para os eleitores, por existir uma escolha prévia, feita dentro dos

partidos políticos, distante do olhar da população em geral, para definir quem poderá ou não ser escolhido como candidato antes mesmo da eleição popular em si.

A institucionalização da relação entre os líderes políticos e os eleitores carrega em si uma anterioridade histórica, pois ela foi construída e formada antes no nascimento do indivíduo que irá participar dela no presente e não é acessível a partir da sua lembrança biográfica (BERGER & LUCKMANN, 1974). A objetividade dessas instituições tem o poder coercitivo sobre os agentes que se envolvem com elas, influenciando diretamente suas rotinas. Segundo Berger e Luckmann (*idem*) o processo de institucionalização é uma decorrência da *tipificação* recíproca entre os agentes sociais decorrentes de interações anteriores, fazendo com que a *tipificação* dos elementos da política seja percebida pelo outro de maneira concreta, t*ipificação* essa que pode ser entendida como o acervo de significados construídos sócio-historicamente sobre um determinado objeto. Em outras palavras, a história do jogo político é construída através das formas de fazer, pensar, agir e crer de seus agentes e passa a fazer parte do acervo coletivo de significados da política. Essas formas de pensar e agir na política se sedimentam na consciência e tornam-se habituais, as *tipificações* fornecem direção e sentido para objetos sociais reconhecidos, "tornando desnecessário que cada situação (ou papel dos agentes) seja definida de novo, etapa por etapa" (*idem*. 1974, p.78).

A influência mútua entre os deputados estaduais e as formas de fazer política consolidadas na história das práticas é a mola mestra da formação do *habitus* do parlamentar estadual, pois não podemos pensar um sem o outro, sendo a partir desta interação entre o agente social e o *campo* que ambos se desenvolvem e se transformam. Este sistema simbólico é o que dá forma à estrutura social que orienta o cotidiano dos agentes do campo político.

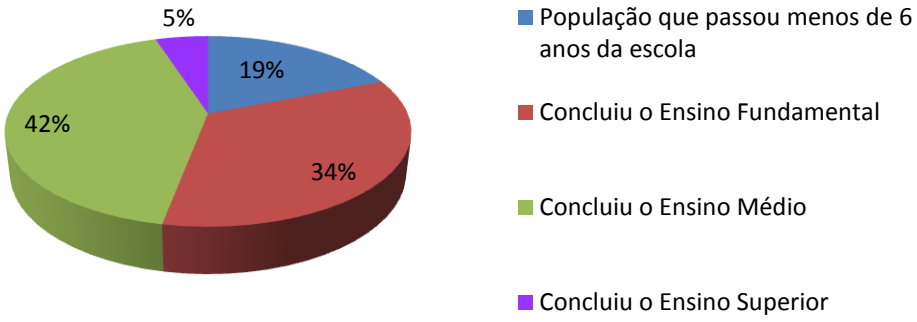
2.2 O perfil do deputado estadual no Ceará (2007-2010): a relação dos capitais entre o deputado estadual e os cearenses

São todos iguais e tão desiguais.
Uns mais iguais que os outros.
(Humberto Gessinger)

É importante salientar, antes de mais nada, que os dados apresentados abaixo estão confinados geo-historicamente e dizem respeito ao período histórico de 2007 a 2010, no Ceará. Os significados dos dados aqui apresentados têm sua lógica diretamente ligada às relações sociais construídas nesse espaço e período histórico delimitado. Tais elementos estatísticos não dizem nada por si mesmos, mas os significados contidos neles só se revelam no decorrer das relações que guardam entre si. Sua utilização se deve pela importância da percepção da posição social ocupadas pelos parlamentares na sociedade cearense de 2007 a 2010.

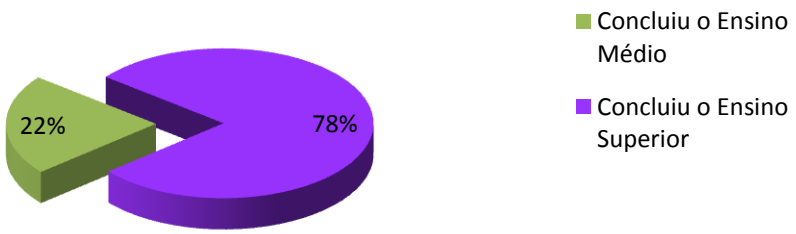
Segundo o *Anuário do Ceará* (2010), 19% da população do estado era analfabeta, 34% estudaram menos de cinco anos, 42% concluíram o Ensino Médio e 6% tinha o Ensino Superior completo. Dos candidatos que assumiram o cargo de deputado estadual entre 2006 e 2010, 78% tinham o Ensino Superior completo, e 22% concluíram somente o Ensino Médio.

Gráfico 1: Grau de escolaridade percentual da população cearense em 2010



Fontes: Anuário do Ceará 2010-2011 (2011)

Gráfico 2: Grau de escolaridade percentual dos deputados estaduais no Ceará em 2010



Fontes: Anuário do Ceará 2010-2011 (2011)

No mesmo ano, o salário mínimo[11] do cearense era de, aproximadamente, R$ 510,00, e o salário dos deputados estaduais[12] era de, R$12.384,07[13]. Podemos perceber através da comparação entre as remunerações do cidadão e dos deputados que existe uma discrepância entre o valor atribuído as funções exercidas. As justificativas apresentadas durante a pesquisa de campo pelos deputados na defesa do valor salarial se baseiam na argumentação de que o posto político de destaque como deputado estadual necessita de estabilidade, condições econômicas para que o político possa exercer a sua função com "dignidade" e afastar com isso a possibilidade de corrupção. De certa forma, essa argumentação implica que, na visão dos deputados, o salário popular não garante estabilidade para a ação política efetiva. Estes dados se tornam relevantes para essa pesquisa por carregarem um significado valorativo sobre as funções sociais desempenhadas, revelando o grau de importância atribuído à função do legislador estadual em relação ao cidadão comum.

Esta estratégia discursiva foi vista durante a pesquisa de campo nos relatos da maioria dos políticos. No entanto, a disparidade dos valores salariais apresenta outra face, na medida em que marca uma distinção entre os representantes políticos da população e seus representados, além de separá-los. Essa diferença pode se tornar uma barreira para a própria representação política quando distancia o representante da realidade social de seus representados. Por estarem separados tanto na perspectiva econômica como simbólica, os agentes políticos passam a não compartilhar plenamente os valores e a lógica dos representados, adquirindo dessa forma um *habitus* próprio de quem está inserido no *campo* político.

Através da apresentação do percentual de deputados por faixa etária, gênero e profissões predominantes entre os parlamentares (2007-2010), observam-se os seguintes dados:

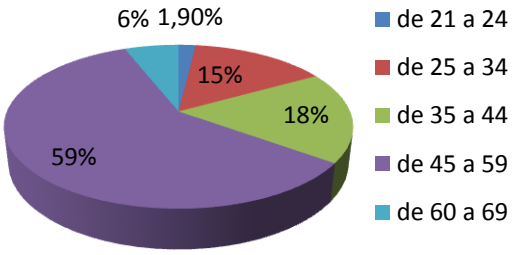
---

[11] Ver em http://www.portalbrasil.net/index.php/layout/indices-financeiros/122-salario-minimo-brasileiro-2010 .

[12] Ver em http://www.opovo.com.br/app/politica/2010/12/22/noticiacolunapolitica,2081211/deputados-estaduais-reajustam-proprios-salarios-em-61.shtml.

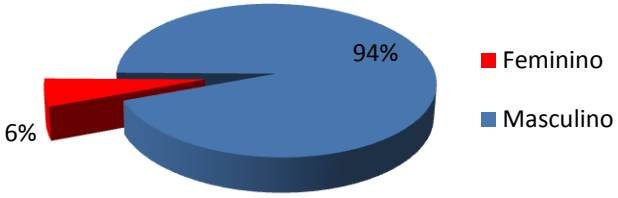
[13] Vale salientar que, de acordo com o Regimento interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, a remuneração e a ajuda de custo dos deputados é fixada por eles próprios através de votação. (CEARÁ, 2009)

Gráfico 3: Percentual de deputados estaduais por faixa etária (2007-2010)



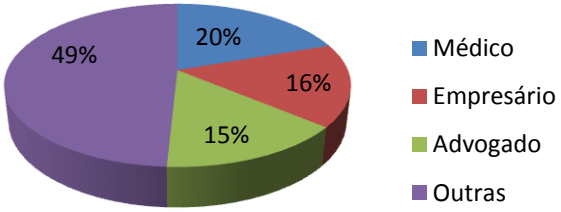
Fontes: Anuário do Ceará 2010-2011 (2011)

Gráfico 4: Percentual de deputados por gênero (2007-2010)



Fontes: Anuário do Ceará 2010-2011 (2011)

Gráfico 5: Percentual de deputados por profissão (2007-2010)



(Alguns parlamentares declararam mais de uma profissão)
Fonte: Anuário do Ceará 2010-2011 (2011)

Os gráficos acima revelam dados importantes para a pesquisa, a relação entre os candidatos e formações profissionais, gênero e faixas etárias. Pode ser observado que as profissões predominantes são médico, empresário e advogado, e pode ser deduzido que essa predominância no fator profissional tem influência na capitação de uma rede de contatos para o pretendente a cargo político, como confere *status* de distinção simbólica e econômica por serem profissões consideradas popularmente de "prestígio". Caso o agente político tenha uma profissão liberal (ou nível superior de ensino) e tenha um consultório ou um

escritório, ou um comércio, ele terá um campo de contato social maior para acumular capital econômico e construir uma rede de contatos, que pode ajudar na obtenção de votos. A faixa etária predominante de 45 a 59 anos indica que maturidade é um fator que influencia na construção do instrumental simbólico do político e talvez indique que a própria candidatura exija um certo nível de maturidade social e econômica. Já o fator gênero surge como um forte indício do patriarcalismo remanescente no campo político e (ou) como um desinteresse socialmente construído para os temas da política.

Algo relevante para esse trabalho é o fato de que, dentre os 46 deputados estaduais e os seis suplentes que ocuparam vagas durante a 27ª legislatura (total de 52 deputados), pude averiguar, através dos perfis disponíveis no Anuário do Ceará (2007, 2008, 2009, 2010), que 34 deles informaram ter "herança política[14]". Entre eles estão: Domingos Filho, Adahil Barreto, Ana Paula Cruz, Antônio Granja, Augustinho Moreira, Cirilo Pimenta, Ely Aguiar, Gony Arruda, Heitor Férrer, Hermínio Resende, João Jaime, José Albuquerque, José Teodoro Soares, Julio César Costa Lima, Lívia Arruda, Luiz Pontes, Manoel Castro, Moésio Loiola, Nenen Coelho, Neto Nunes, Osmar Baquit, Rachel Marques, Roberto Cláudio, Rogério Aguiar, Sérgio Aguiar, Sineval Roque, Téo Menezes, Tomás Figueiredo Filho, Wellington Landim, Ivo Gomes, José Ilo Dantas, Marcos Cals, Mauro Benevides Filho e Idemar Citó.

Não se pode ignorar a disparidade na relação entre os dados do cidadão comum e dos parlamentares. O perfil do deputado estadual na bancada de 2007-2010 pode ser expresso na figura de um homem, com idade entre 45 e 59 anos, que concluiu o ensino superior (médico, advogado, administrador), possui uma renda elevada em relação ao restante da população do Ceará, uma carreira política pregressa[15]. Somente 9% dos deputados não tiveram cargos políticos eletivos anteriores, e estes mesmos parlamentares indicaram terem tido um "patrono" ou "padrinho" político (KUSCHNIR, 2000), que os introduziu na política institucional e os apoiou durante as eleições de 2006.

Certamente esses são indícios de que os deputados ocupam uma posição vantajosa em relação ao restante da população, fazendo parte de um grupo restrito de homens que tiveram acesso ao Ensino Superior durante sua formação. Portanto,

[14] A noção de "herança política" é parte do problema central desse trabalho. A herança política não é analisada aqui como um dado *a priori,* mas sim como uma categoria nativa que aos poucos adquire significados e é elaborada como ferramenta política.
[15] Ver "Anuário do Ceará" (2007) (2008) (2009) (2010), e "Deputados - Por Nome" (CEARÁ, 2009a).

não podemos considerar os parlamentares estaduais como cidadãos medianos[16], em relação ao contexto social, econômico e histórico em que se encontram. O perfil dos parlamentares chega a ter regularidades em termos de sexo, grau de escolaridade, faixa etária. É provável que estes dados sejam indicativos da intensidade do bacharelismo e patriarcalismo aristocrático presentes no jogo político estadual (HOLANDA, 2005), (FAORO, 1989) (FREYRE, 1995). Apesar de tais categorias terem surgido em outros contextos sócio-históricos e culturais, é possível afirmar que algumas características destas formas de dominação social estejam presentes no cenário atual da política cearense. As diferenças sociais apontadas somadas aos conhecimentos específicos sobre práticas, estratégias políticas e formas de percepção podem representar os limites simbólicos do "fazer político institucional", delimitando quem são os especialistas "dignos" de operar neste campo. Bourdieu descreve as barreiras impostas no campo político da seguinte forma:

> Dados que os produtos oferecidos pelo campo político são instrumentos de percepção e de expressão do mundo social (ou, se assim se quiser, princípios de di-visão) a distribuição das opiniões numa população determinada depende do estado dos instrumentos de percepção e de expressão disponíveis e do acesso que os diferentes grupos têm a esses instrumentos. Isso quer dizer que o campo político exerce de fato um efeito de censura ao limitar o universo do discurso político e, por este modo, o universo daquilo que é pensável politicamente (2007a, p.165).

Estes mecanismos de distinção dão sustentação à representação política instituída atualmente no Ceará. Esta forma de dominação social do *capital* é gerada na (e pela) diferença dos agentes social em um determinado *campo*, e tal *capital* confere ao seu portador (ator social, grupo social) a capacidade de exercer seu domínio sobre o outro de forma sutil, impondo a ideologia e fazendo com que os grupos socialmente subjugados aceitem os ideais do dominante, convencendo assim o outro da legitimidade da posição social de dominado. Desta forma podemos entender a dominação simbólica como uma força de classificação e reclassificação das posições sociais, gerada através da disputa pelo discurso legítimo. O poder de convencimento de que uma determinada relação social é legítima é o fator que embasa a dominação simbólica. Na medida em que o outro é convencido de seu papel social em determinada relação, ele passará a aceitar as condições que são impostas (BOURDIEU, 2008).

[16] Mediano, no sentido de estatisticamente mais frequente.

O conceito de *capital* aqui empregado está no sentido que Bourdieu (2007a) utiliza: uma categoria que significa qualquer força social (econômica, política, religiosa, linguística, jurídica, etc.) de um *campo* específico. Podemos compreender o conceito de *capital simbólico* como sendo o acúmulo de determinados símbolos (saberes, formas de fazer, pensar e agir) distintivos que podem ser instrumentalizados em *campo*s específicos (política, religião, economia, *etc*). Estes mesmos indicadores de *capitais* utilizados para analisar a relação entre líderes políticos e a população perdem parte do seu significado quando são reutilizados para avaliar as relações entre os próprios parlamentares. No caso, é necessário acrescentar novos indicadores dos mecanismos de distinção entre eles.

Através da análise do *campo* parlamentar, podemos observar que dentro da lógica estabelecida*,* a distinção entre os parlamentares cearenses pode ser compreendida não só pela diferença de capital econômico, idade ou gênero, mas também pelo seu "poder de influência política". Em pesquisa feita pelo Jornal O POVO para a elaboração do Livro Anuário do Ceará 2009-2010 (2009) na matéria intitulada "Que poder é este", veiculada no caderno "Especial Eleições 2010" de 23 de setembro de 2010, o critério de diferenciação utilizado pela pesquisa é o "nível de influência do parlamentar" na opinião de seus companheiros. Foi feita a escolha dos mais influentes em consulta entre os próprios parlamentares cearenses através de votação secreta, de modo que cada deputado foi convidado a indicar três nomes de colegas que considerassem mais influentes, não sendo permitido o voto em si mesmo.

Fazendo uma interpretação do significado do "nível de influência" aqui relatado, podemos compreender que tais influências são a materialização do *capital simbólico* acumulado por estes deputados. O poder de influência avaliado pelos parlamentares está pautado na possibilidade de articular os interesses dos seus aliados de maneira satisfatória através de acesso aos serviços dos órgãos públicos para os eleitores, indicação de empresas terceirizadas para prestação de serviços ao governo, indicação de apoiadores para cargos públicos, etc. As alianças entre os deputados estaduais considerados "influentes" e o governador do estado se caracterizam pela mútua dependência política e econômica entre as partes (BEZERRA, 1999). O governo necessita do apoio dos deputados estaduais para aprovar no parlamento estadual as leis do seu interesse, representar o governante nas comunidades e, dessa forma, a garantir governabilidade e governança. Já os deputados estaduais

necessitam do apoio político, das verbas, dos recursos e das benesses provenientes do governo concedidas para atender às demandas do público que compõem sua base eleitoral.

Sobre a estrutura e hierarquia das relações entre agentes políticos institucionais, Valmir Lopes, baseado nos estudos da Rejane Carvalho, faz a seguinte afirmação:

> Segundo afirma Carvalho (1998), até a década de 1980 a política do Ceará se caracterizava pela presença do chefe político como principal agente da política tradicional. Este chefe reúne características para comando de um grupo de indivíduos a ele ligado que atua na época da eleição em total confiança e solidariedade às suas definições. Há uma hierarquia de controle de votos de determinada área, município ou distrito sob o controle de um chefe político local, o qual, por sua vez, mantém com outros chefes políticos do mesmo nível laços de solidariedade e confiança em torno de um único grande chefe político que define e controla a política estadual. Os chefes políticos municipais controlam suas áreas municipais formadas por um ou mais municípios, enquanto o chefe político do grupo político controla a distribuição e o contato com todos os outros chefes políticos municipais para a definição de candidatos e chapas eleitorais. Já os colégios eleitorais são rigorosamente definidos de acordo com o controle existente por parte de cada chefe político local (LOPES, 2005, p.113).

Baseado nos dados obtidos para esse trabalho e conforme a afirmação de Valmir Lopes, a confiança e a fidelidade entre o chefe político, outras lideranças políticas e o grupo que o apoia não é total, mas circunstancial, e está diretamente ligada aos objetivos que os agentes sociais têm em comum. De fato existe uma “confiança em torno de um único grande chefe político que define e controla a política estadual” (LOPES, 2005, p.113), no entanto essa fidelidade é mediada pelos interesses dos chefes políticos estaduais e os interesses do grupo que os apoiam.

A posição dos parlamentares no *ranking* dos mais influentes muda nos quatro anos de mandato, por isso apresento a relação dos mais influentes de 2007 a 2010.

Tabela 1: Ranking dos deputados mais influentes (2007-2010)

Posição	2007	2008	2009	2010
1º	Marcos Cals(PSDB)	Domingos Filho(PMDB)	Domingos Filho(PMDB)	Domingos Filho(PMDB)
2º	Ivo Gomes(PSB)	Nelson Martins(PT)	Nelson Martins(PT)	Nelson Martins(PT)
3º	Nelson Martins(PT)	Wellington Landim(PSB)	José Albuquerque(PSB)	José Albuquerque(PSB)
4º	Adahil Barreto(PR)	Heitor Férrer(PDT)	João Jaime(PSDB)	Roberto Cláudio(PSB)
5º	Domingos Filho(PMDB)	Fernando Hugo(PSDB)	Fernando Hugo(PSDB)	Fernando Hugo(PSDB)
6º	Heitor Férrer(PDT)	Roberto Cláudio(PHS)	Heitor Férrer(PDT)	Heitor Férrer(PDT) e Wellington Landim(PSB)
7º	Arthur Bruno(PT)	José Albuquerque(PSB)	Roberto Cláudio(PHS)	João Jaime(PSDB)
8º	Fernando Hugo(PSDB)	Moésio Loiola(PSDB)	**Tomás Filho(PSDB)**	Moésio Loiola(PSDB)
9º	Moésio Loiola(PSDB)	João Jaime(PSDB)	Moésio Loiola(PSDB)	Dedé Teixeira(PT)
10º	Gony Arruda(PSDB)	Arthur Bruno(PT)	Wellington Landim(PSB)	Arthur Bruno(PT), **Tomás Filho(PSDB)**, Tomaz Holanda(PMN), Adahil Barreto(PR), Téo Menezes(PSDB) e Osmar Baquit(PSDB)

Fonte: Anuário do Ceará (2007, 2008, 2009, 2010)

Vale salientar que o critério de "poder de influência" pode ser questionado, pois nem sempre os parlamentares podem reconhecer a influência dos adversários e podem preferir indicar colegas de partido ou outros de uma posição aliada a eles. Nesse caso, a pesquisa do Anuário do Ceará (2007, 2008, 2009, 2010) pode criar o que Bourdieu (1996a) chama de efeito de real. O efeito de real sugere a indução de veracidade sobre uma narrativa literária, produzindo assim um efeito de credibilidade sobre determinada coisa dita e trazendo um novo significado sobre a narrativa ou o fato exposto, que passa a ser aceito ou manipulado como fato real. Outro fator a ser pensado são os significados do conceito de influência atribuído pelos deputados. Influência pode ser entendida aqui como sendo a capacidade de mobilizar um grupo social específico, sejam estes grupos as lideranças governistas, as bases aliadas, a população através da mídia, o próprio partido político ou a coligação a que pertence, *etc*. Desta forma o conceito nativo de "influente" está diretamente ligado ao que podemos chamar de *capital social.* Bourdieu afirma que *capital social* pode ser entendido como:

> O conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados a posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de

> interconhecimento e de interreconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis (1998b, p. 67).

De 2008 para 2010, a primeira e segunda posições da lista são Domingos Filho e Nelson Martins. Ambos fizeram parte da bancada política governista do então governador Cid Gomes. Durante o mandato de 2007 a 2010, Domingos Filho foi presidente da Assembleia, indicado pelo governo. Em 2010 Domingos Filho foi candidato à vaga de vice-governador na coligação que reelegeu Cid Gomes no Ceará. O filho de Domingos Filho, Domingos Neto, foi eleito com apoio direto do pai e do governador um dos deputados federais com mais votos no estado. Ele tinha apenas 22 anos e nunca havia sido candidato antes. Durante os quatro anos da 27ª legislatura, poucos foram os deputados que não fizeram alianças de apoio e fidelidade ao governo. Existem dispositivos legais que possibilitam ao governador do estado do Ceará o envio de mensagens e projetos de lei para a Assembleia Legislativa avaliar e sancionar, sendo necessária a chancela dos membros da casa (CEARÁ, 2004, 2009). Através destes dispositivos, o governador pode garantir a efetivação de determinados interesses, atuar também como legislador e dar andamento aos projetos do seu interesse e de seus aliados.

Na legislatura de 2007 a 2010, a hegemonia governamental na AL-CE foi tal que a maioria das mensagens e dos projetos de lei do governador foram aprovadas sem grandes debates ou discussões a respeito. Durante os quatro anos da legislatura, “de 300 mensagens enviadas pelo governo à Assembleia, todas foram aprovadas – com exceção de duas, retiradas de tramitação pelo próprio Poder Executivo” (DUTRA, ALVES, 2010, p.22). As alianças entre os parlamentares e o governador durante esse período garantiram que o PSDB, partido político com a maioria dos parlamentares na Assembleia e que rompeu com a base governista no meio do ano de 2010, não conseguisse efetivar uma oposição forte.

Em relação à legislatura anterior, 25 dos deputados foram reeleitos, representando uma “renovação” de 46% na composição do parlamento. Essa renovação pode ser questionada, na medida em que se pode avaliar o histórico social de cada parlamentar, pois parte dos “novos” parlamentares já haviam sido eleitos em outras legislaturas ou eram parentes dos antigos deputados, como é o caso de Lívia Arruda, Téo Menezes, Tomás Filho, Rachel Marques. Essa estratégia

gera a ideia de renovação na bancada legislativa estadual apenas aparente, tendo em vista que os novos parlamentares podem representar os mesmos interesses da bancada anterior por haver vínculos de fidelidade política adquiridos através das relações de parentesco.

Para encerrar esta breve análise, afirmo que as informações apresentadas até aqui não esgotam as dimensões interpretativas das relações de poder entre os deputados e o cenário político em que estavam inseridos. Parafraseando, o antropólogo Roberto DaMatta: a política cearense, de fato, não é para principiantes.

3. A socioanálise da formação do *habitus* político de Tomás Figueiredo Filho

As estruturas cognitivas utilizadas pelos agentes sociais para conhecer praticamente o mundo social são estruturas sociais incorporadas.
(Pierre Bourdieu)

3.1 O contato inicial

No período da pesquisa Tomás Filho morava em Fortaleza, tinha 28 anos e estava no último ano da sua primeira legislatura como deputado estadual no Ceará. Ele é formado em Direito pela Universidade de Fortaleza[17] (Unifor) e em Administração de empresas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e é proprietário de uma empresa do ramo de transporte e manutenção automotiva.

Ele vem de uma família relativamente abastada, seu avô paterno era dono de várias "empresas rurais, empresas agrícolas na região noroeste do Ceará, nas imediações de Sobral e Santa Quitéria, entre elas algumas que tiveram destaque até nacionalmente na produção de gado de corte, na produção também de algodão, da década de 1970 e de 1980[18]". Seu avô paterno, tio paterno, pai e sua mãe ocuparam cargos eletivos no Ceará em momentos anteriores, desde o cargo de prefeito ao de deputado estadual. Seu pai cursou o Ensino Primário em um colégio de Sobral que era frequentado pelos filhos das famílias abonadas da cidade, havendo concluído em Fortaleza o que na época era chamado de Curso Científico[19] em outro colégio afamado pela clientela da classe média e alta da época. Já sua mãe tem uma trajetória similar a de seu pai. Ela nasceu em Fortaleza, mas ainda jovem se mudou com os pais para Camaçari, na Bahia. Cursou o Ginasial[20] no Colégio Estadual da Bahia, conhecido na época como Colégio Central, uma escola pública conceituada na época, que exigia um rigoroso teste de seleção (SANTOS; LEITÃO, 2002). Ambos são engenheiros civis formados pela Unifor, e os dois se conheceram quando cursavam a faculdade.

[17] A Universidade de Fortaleza (Unifor) é uma das mais requisitadas Universidades privadas do Ceará.
[18] Trecho de uma fala de Tomás extraída de uma entrevista concedida a mim, em janeiro de 2010.
[19] Atual Ensino Médio.
[20] Equivalente ao atual Ensino Fundamental II.

> T: A mamãe tinha vindo para o Ceará, da Bahia para cá, de férias para a casa de uma tia, tia Turmalina, e esse ano era o primeiro vestibular da UNIFOR. [..] Ela se inscreveu e fez o vestibular durante as férias e passou, e nessa época papai também já tinha feito vestibular para engenharia civil, e ela começou a estudar e, em vez de volta para Salvador quando terminou as férias, ela continuou aqui e iniciou o curso de engenhara civil [...], e ele começou a cursar junto com ela, então eles se conheceram na faculdade, começaram a namorar na faculdade e foi ai que meu avô disse: volte para a Bahia, ai ela pediu transferência para lá, e ai, quando ela se transferiu, o papai transferiu a faculdade dele também e foi morar na Bahia, isso lá na década de 70, não lembro bem qual o ano, mas foi por ai.

Seu avô paterno, Chico Figueiredo (Francisco Figueiredo de Paula Pessoa), foi uma figura de referência nos relatos do neto Tomás Filho. O avô é apresentado como articulador dos objetivos da família, e é corrente a menção sobre ele nos relatos de Tomás Filho sobre a política. Tomás é o filho do meio, sua irmã Fátima é mais velha 4 anos e trabalha como advogada. Sua irmã Joana é a mais nova, ela tem 4 anos a menos e é estudante de medicina.

Conheci Tomás após cinco tentativas de marcar um encontro, mas antes tive que agendar esses encontros com seu chefe de gabinete. Na primeira visita à sua sala na AL-CE, eu me apresentei à atendente que prontamente me apresentou ao chefe de gabinete do deputado Tomás Filho. O nome dele é Gustavo Queiroz, amigo do deputado há 12 anos. Eles se conheceram na época em que os dois cursavam a faculdade de Direito na Unifor e administração na UECE, simultaneamente. Ele disse que iniciou seus trabalhos com o deputado de maneira informal, trabalhando na campanha do pai de Tomás Filho para prefeito na cidade de Santa Quitéria (CE).

Entreguei-lhe uma cópia do meu projeto e falei sobre o objetivo da pesquisa. Depois desse encontro ainda houve 19 visitas ao gabinete com duração média de 4 horas, nas quais pude formalizar[21] a pesquisa com o deputado e fazer importantes observações a respeito da lógica de funcionamento do gabinete. No primeiro ano da pesquisa foi muito difícil conseguir fazer as entrevistas, pois a informação que sua assessoria me passava era a de que o parlamentar estava ocupado com suas atividades políticas, que era ano de eleição para presidente da república e governador, do legislativo estadual e federal. Nesse momento Tomás Filho se candidatou à vaga para deputado federal. Pude observar que aos poucos a agenda de Tomás Filho se transformava: cada vez mais viagens, reuniões com as bases. Ele relatou que esse ano seria difícil para me dar atenção, porém informou que eu

[21] Essa formalização se deu através da negociação das datas para entrevistas e da aceitação da pesquisa através de uma declaração feita por documento assinado pelo pesquisado. Declaração em anexo.

poderia frequentar seu gabinete no parlamento e fazer as observações para a pesquisa.

As visitas ao gabinete na AL-CE e ao comitê eleitoral aconteceram entre janeiro e dezembro de 2010, e as entrevistas foram feitas em janeiro e fevereiro de 2011.

As entrevistas ocorreram em um escritório de advocacia na torre comercial do Shopping Del Paseo, localizado em um trecho do corredor comercial de alto nível econômico da Aldeota, bairro da cidade de Fortaleza conhecido pela fama de abrigar o centro de negócios das elites locais. As entrevistas duravam entre uma e três horas, e Tomás Filho mostrou ser solícito com o projeto desde o inicio. Sua empatia comigo pode ser entendida pelo fato de termos idades aproximadas e haver uma identificação, conforme declarou: “Se formos buscar sobre nossos conhecidos, vamos terminar tendo pessoas conhecidas em comum ou conhecido de conhecido, Em algum momento nós vamos ter algum conhecido em comum.”

3.2 Os ancestrais e a infância: elementos primários da formação do *habitus* político

Setton (2002, p. 61), referindo-se ao conceito de *habitus*, afirma que “é uma noção que nos auxilia a pensar as características de uma identidade social, de uma experiência biográfica, um sistema de orientação ora consciente ora inconsciente.”. Bourdieu descreve o *habitus* como sendo:

> “[...] um sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores, e gerador de estratégias que podem ser objetivamente afins aos interesses objetivos de seus autores sem terem sido expressamente concebidas para este fim” (1983, p.198).

Podemos entender o *habitus* como condutas básicas que são reproduzidas e ressignificadas através de normas, costumes, incorporadas de forma mais ou menos pensadas e mais ou menos irrefletidas pelos indivíduos. O *habitus* é a história materializada nos corpos e nas mentes dos agentes sociais, sendo um conjunto de valores que orientam a forma de percepção e de ação do sujeito no dado *campo* social.

Durante a pesquisa sobre Tomás Filho na *internet*, pude ver que existem várias *homepages* descrevendo sua ancestralidade e suas ligações com senhores com títulos de distinção, bacharéis, doutores e senhores de posses[22]. Durante as entrevistas, quando indagado por mim sobre sua ascendência, Tomás Filho narrou com orgulho o passado de sua família, os Figueiredo de Paula Pessoa:

> PJ: Quantos parentes seus estão na política ou tiveram contato com a política ou foram políticos?
> T: Foram políticos o meu pai que foi prefeito de Santa Quitéria por três mandatos, a minha mãe foi deputada estadual também por três mandatos, meu tio Alexandre Figueiredo foi deputado estadual por dois mandatos e o meu avô Chico Figueiredo, que foi também deputado estadual por dois mandatos, por duas legislaturas. Além deles, nossos antepassados já fizeram parte também, desde nosso antepassado mais antigo. O senador Francisco de Paula Pessoa, que era conhecido como "Senador dos bois", foi senador do império. Desde ele que a família tem uma participação política até chegar a nossa área da família e não só o nosso ramo da família como outro também, como a senadora Patrícia Sabóia é parente nossa. A gente tem ascensão comum com outras figuras políticas aqui também do estado do Ceará.
> PJ: Você pode citar mais algum?
> T: Não me recordo dos mais antigos. A mais recente que eu tenho contato é a senadora Patrícia Sabóia, até porque os Figueiredo de Paula Pessoa e os Sabóia têm uma ascensão bem próxima ainda recente, mas há conexões familiares que ligam também a outras figuras de destaque político aqui no estado do Ceará que não me recordo o nome agora.

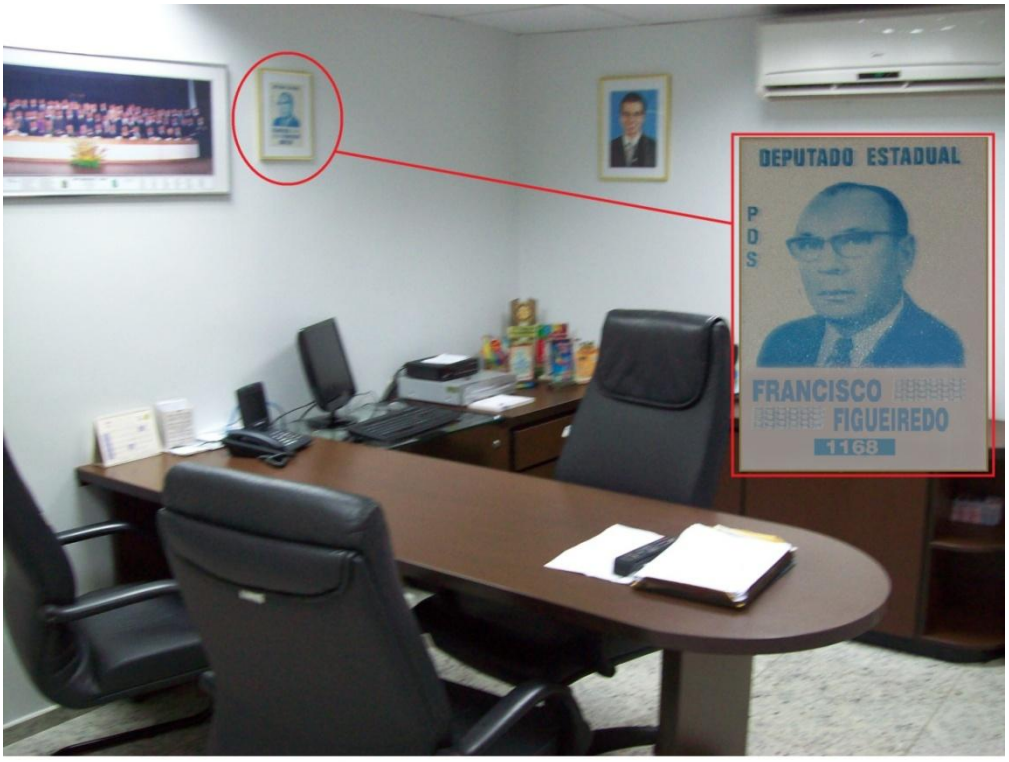
A lembrança dos antepassados é forte na estrutura cognitiva do pesquisado, uma vez que ele citou até um senador do período imperial brasileiro. A história da família adquire força na fala do entrevistado. A transmissão dos saberes e das tradições familiares propiciam que os novos membros articulem essas ferramentas simbólicas através dos seus discursos em determinados *campo*s sociais. Como sugerem Berger e Luckmann (1974, p.85): "A objetividade do mundo institucional 'espessa-se' e 'endurece' não apenas para os filhos, mas (por um efeito de espelho) para os pais também.". A relação entre a história incorporada e os agentes sociais desenvolve neles um senso prático sobre as condições e possibilidades de mudança e estabelecimento nos postos sociais, e uma relação de pertença na qual as "estruturas estruturadas" dialogam com as "estruturas estruturantes", e aos poucos os agentes se apropriam da história na medida em que a história se apropria dos agentes. Essa apropriação entre o passado e os agentes pode ser percebida na trajetória de Tomás Figueiredo Filho através da utilização do sobrenome Figueiredo por ele. Basta observarmos que seu nome de batismo é Tomás Antonio Albuquerque

[22] Ver em http://www.genealogy.com/users/a/u/g/Joseph-B-Augeri/FILE/0001page.html e http://pt.scribd.com/doc/55997890/A-Familia-Paula-Pessoa .

de Paula Pessoa Filho, não existindo, portanto, em seu sobrenome o “Figueiredo”. Tanto seus pais, seu tio, como ele utilizaram o sobrenome Figueiredo oriundo do seu avô paterno, Chico Figueiredo, Francisco Figueiredo de Paula Pessoa, que, por sua vez herdou de seu pai, João Figueiredo de Paula Pessoa. A utilização da herança simbólica através do nome dos ancestrais trouxe benefícios e complicações para Tomás Figueiredo Filho. Sobre isso ele fez a seguinte afirmação:

> T: Primeiro de tudo a maior dificuldade que tive foi deixar de ser filho da Cândida e do Tomás e passar a ser deputado Tomás Figueiredo ou Tomás Figueiredo Filho ou Tomás Filho, dependendo muito [...] o principal é Tomás Figueiredo Filho porque fica mais identificado e tudo. Mas assim mudava muito porque os colegas que chegavam junto comigo que não conheciam a deputada Cândida, minha mãe, nem conhecia o prefeito Tomás Figueiredo, me chamavam de Tomás Figueiredo, aqueles que haviam convivido com eles nas origens políticas anteriores chamavam de Tomás Filho, então variava muito. Assim, para deixar de ser “filho” deles e passar a ser o deputado, tive que mostrar que eu tinha um pensar próprio. Que eu tenho autonomia, que eu tinha meu próprio ideal, que eu tinha meus próprios fundamentos e que mesmo sendo filho deles eu tinha meu CPF, minha identidade política diferente. Então esse era o primeiro desafio, deixar de ser o filho Tomás, o filho da Cândida, e passar a ser o Tomás Filho para mim foi o momento crucial.

A relação com a herança política trouxe dificuldades na própria construção da identidade política de Tomás. Se por um lado a influência dos pais não pode ser completamente negada, por outro as singularidades e diferenças entre o modo de fazer política dele e dos pais não pode ser descartado. A manipulação da identidade política por parte de Tomás é uma ferramenta importante que é acionada ou desligada em determinadas situações para ativar redes sociais, relações de poder, e desempenhar um papel de prestígio. Cada escolha gera uma exclusão, e cada tomada de posição ocasiona uma situação de vantagem relativa, que pode aproximar Tomás Filho de determinado agente ou grupo e ao mesmo tempo afastá-lo de outros agentes no *campo* político. A questão da própria autonomia de Tomás Filho em relação à tradição política da família se mostra como um bom exemplo material da relação conflituosa entre o indivíduo e a estrutura social na qual atua.



Fotografia 2: Retrato de Chico Figueiredo exposto na parede da sala de Tomás Filho na AL-CE.

Os seus pais eram engenheiros civis. Eles iniciaram o curso na Unifor e posteriormente se mudaram para o estado da Bahia, transferindo-se para a Pontifícia Universidade Católica da Bahia, onde concluíram o curso. Quando Tomás Filho nasceu em 1981, seus pais haviam se mudado de volta para Fortaleza e estavam morando na residência de seu avô paterno, Chico Figueiredo, que nessa época tinha sido eleito deputado estadual no Ceará. Tomás Filho apresentou a figura do avô como uma pessoa expressiva na sua trajetória de vida e na trajetória de sua família.

> T: Eu nasci em Fortaleza no dia 25 de agosto de 1981, nasci na casa do meu avô que era na época dep. estadual Chico Figueiredo e era em um momento de mudança. Meus pais se casaram na Bahia, meu pai mudou-se do Ceará para lá em 76, por volta dessa época da década de 70, 75, 76 e em 81 eles voltavam ao Ceará e logo quando voltou foi o período que eu vinha a nascer ainda na casa dos meus avôs, que era onde eles estavam morando provisoriamente. Ele [pai] estava retomando a administração das empresas que pertenciam ao meu avô ele iria passar a ser o executivo principal, tava deixando o ramo da construção civil lá na Bahia, havia sido empregado em grandes construtoras como a OAS e entre outras construtoras menos famosas que também havia trabalhado na Bahia.

Chico Figueiredo é descrito não só pelo neto como sendo uma figura proeminente. Para elucidar a posição social que ocupou Chico Figueiredo, apresento um trecho do livro *História de Santa Quitéria*:

> Foi funcionário do Banco do Brasil, onde, durante 26 anos, foi engenheiro agrônomo da Carteira de Crédito Rural, Diretor do Tiro de Guerra de Sobral pelo período de 10 anos. Iniciou sua lide política nas hostes do grande líder político cearense deputado Francisco de Almeida Monte. Secretário de Agricultura e Obras, a pasta mais importante à época do Governador Parsifal Barroso, quando criou a Secretaria de Agricultura, Obras, Indústria e Comércio, que, pelas inequívocas importâncias, desdobraram-se, posteriormente, em três pastas autônomas. [...] Fundou e presidiu a empresa Laticínios Sobralenses SA., quando sob sua direção, chegou a produzir 30 mil litros de leite pasteurizado, [...] Fundou e presidiu a Associação dos Criadores da Zona Norte. [...] fundou a Escola de Veterinária do Estado do Ceará, onde hoje é o Campus Universitário do Itaperi (UECE), [...] instalou uma das mais antigas empresas agropecuárias do Nordeste, a Empresa Rural Caraúbas SA. - ERCASA, em Santa Quitéria, ainda hoje em pleno funcionamento, fazendo parte de um complexo de empresas que compõem a maior fonte de empregos da região. Fundou e dirigiu até os últimos dias de vida as empresas Piabas Agropecuária S A. - PIASA Santa Quitéria), Empreendimentos Rurais de Sobral S A. -ERSSA (Sobral), Conceição Agropecuária SA. - CONASA (Canindé), Companhia Produtora de Algodão e Suínos - COPAS e o Posto Balança Ltda., tendo chegado a ser o maior produtor de algodão arbóreo do Estado do Ceará e o maior criador de gado zebu, alcançando as cifras de 30 mil arrobas de algodão e 7 mil cabeças de gado. Foi eleito deputado estadual por duas vezes: 1978-1983 e 1983-1987, elegendo e reelegendo um filho para sucedê-lo na Assembleia Legislativa do Ceará. Considerado um dos maiores benfeitores da Zona Norte do Estado, criou a Fazenda Experimental Paula Rodrigues, em Santa Quitéria e foi o responsável pela execução da construção do Açude Edson Queiroz, [...]. Inúmeras são as suas conquistas, podendo-se citar grandes redes de eletrificação da região, construção de açudes, escolas, postos de saúde, conjuntos habitacionais, estradas, agências de banco, inclusive o Banco do Brasil de Santa Quitéria (graças à interveniência do Inspetor Duarte), e patrocinou a estadualização da Universidade Vale do Acaraú. Intransigente na defesa do que acreditava, lutou e venceu contra a violência no campo, desmistificando as invasões de terra promovidas por movimentos espúrios que deflagrou no Ceará, o processo de esclarecimento das questões agrárias (PAIVA MORORÓ, 1996, p.222) (grifos meus).

A forma intercalada que o autor apresenta Chico Figueiredo é feita de forma a exaltar os feitos de sua trajetória, surgindo assim a *tipificação* do administrador, do político, do “doutor”, do empresário e, acima de tudo, a *tipificação* do líder e do bem feitor local, ressaltando seu capital escolar (engenheiro agrônomo), seu *capital social* (afilhado político do deputado, secretário da pasta mais importante) e de seu capital econômico (grande agricultor, pecuarista e empresário).

O sistema simbólico é o que dá suporte à estrutura social que orienta o cotidiano dos indivíduos. Essas *tipificações* ou categorizações funcionam como mecanismos de ancoragem referencial das posições sociais ocupadas em dado

momento (BERGER & LUCKMANN, 1974). Durante o processo de interação social, os agentes categorizaram uns aos outros, que no sentido grego da palavra (*kathegoresthai)* refere-se a apontar publicamente. A distinção simbólica que é utilizada para categorizar outras pessoas pode ser compreendida como um instrumento de conservação ou transformação da percepção da realidade social, e possivelmente esta categorização é recíproca entre as pessoas. Como indica Berger e Luckmann:

> A realidade social da vida cotidiana é, portanto, apreendida num contínuo de tipificações, que se vão tornando progressivamente anônimas à medida que se distanciam do "aqui e agora" da situação face a face. [...] A estrutura social é a soma dessas tipificações e dos padrões recorrentes de interações estabelecidas por meio delas (1974, p.52).

Podemos também averiguar que Chico Figueiredo negociou a continuidade da tradição política da família através dos filhos Alexandre Figueiredo, que em 1986 é eleito deputado estadual com o seu irmão Tomás Figueiredo (pai do pesquisado), coordenando sua campanha eleitoral. Tomás Figueiredo pai trabalhou em campanhas eleitorais do irmão e do próprio pai na década de 70 e 80. Foi nesse processo que o aprendizado do saber prático da política começou a se aproximar de Tomás Filho. Em um relato sobre a sua infância, Tomás descreve uma das suas primeiras experiências com a política:

> PJ: Qual foi o seu primeiro contato com o campo político?
> T: Meu primeiro contato [pausa] foi desde muito novo, meu pai ainda não era político na época, porém com meu avô... em virtude do desempenho dele empresarial e também do setor público, ele foi funcionário do Banco do Brasil junto à carteira de crédito agrícola, ele terminou entrando na política, ele foi secretário de agricultura e desenvolvimento econômico e infraestrutura do estado do Ceará na época do governador Parsifal Barroso, era uma super secretaria que envolvia essas três áreas importantes da administração publica, terminou candidatando-se a deputado, quando eu era pequeno...
> PJ: Em torno de quantos anos?
> T: Em torno de 10, 9 anos de idade. O deputado da família era o meu tio Alexandre Figueiredo, ele hoje é conselheiro do Tribunal de Contas do Estado e professor de Direito Administrativo na UNIFOR. Quando me dei por gente, ele já era candidato, nem meu pai e nem minha mãe eram militantes políticos, não tinham carreira política, ajudavam dos bastidores, e foi aí minha primeira experiência política, nessas campanhas lá em Sobral, na casa dos meus avôs, naquela vivência de criança, a gente brincando no meio e participando de comícios e tudo mais, sempre de qualquer forma que fosse, mesmo criança estava sempre ligado nos acontecimentos à nossa volta e também um pouco apaixonado. Tinha até uma coisa engraçada que em uma determinada campanha para prefeito de Sobral eu era bem pequeno e o meu avô apoiava o Zé Prado[23], mas eu e um primo muito

[23] José Parente Prado, prefeito de Sobral de 1973 a 1977 e 1989 a 1992.

> pequeno, 6 anos, 7 anos de idade, gostávamos das músicas do candidato adversário, ai nós passávamos o dia gritando “Quinca, Quinca, Quinca[24]!!!” que era o adversário do meu avô. Então foram essas as primeiras experiências, ligações e contatos com a política (grifos meus).

Na primeira infância, ele foi familiarizado com o jogo político, e esta socialização proporcionou o primeiro contato com os valores e as práticas deste meio. O fato contado por Tomás traz à tona os sentidos e significados das posições e posturas simbólicas na campanha política adquiridos por ele. O momento em que Tomás se recorda de cantar o *jingle* do adversário político do avô com seu primo se torna algo cômico, pois revela o desconhecimento momentâneo das regras do jogo, e, ao se lembrar do evento, este se torna risível pelo fato de o pesquisado atualmente possuir o conhecimento dos significados sociais que estão embutidos no gesto de cantar a música do adversário na casa do opositor.

Os discursos de Paiva Mororó e Tomás Filho sobre Chico Figueiredo seguem no mesmo sentido de elaborar a imagem de um líder, e no decorrer de sua carreira Tomás vai se utilizar do *capital simbólico* do avô para buscar sua legitimação no *campo* político. Exemplo desse tipo de discurso está disponível no perfil do deputado Tomás Figueiredo Filho no *site* da AL-CE na seguinte frase: “O dom para a política já vem de longe, seu avô foi o bem sucedido Deputado estadual Chico Figueiredo, idealizador de vários projetos importantes [..].” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ, 2009a) [25]. Outro ponto de relevância está na fala de Tomás a respeito do “deputado da família”, essa sentença não descreve só um cargo político, além disso, descreve um posto *institucionalizado* na família, uma *disposição* que adquire um significado patrimonial para Tomás Filho.

Tal disposição retorna a se apresentar na fala do pesquisado quando ele se refere à política como uma paixão, um gosto interiorizado na estrutura cognitiva que passa no percurso de sua trajetória a adquirir força de “dom” natural para a política. Bernard Lahire (2005) afirma que podemos caracterizar as disposições, enquanto propensões, inclinações da trajetória de vida, através da narrativa sobre algo que é expresso com “é mais forte do que eu”. Tais disposições podem tomar ocasionalmente a forma individual de uma “paixão”.

Ao retornarem para Fortaleza, os pais de Tomás Filho foram orientados por Chico Figueiredo para posições de prestígio. O pai foi designado para assumir as

[24] Joaquim Barreto Lima (Quinca), prefeito de Sobral entre 1971 e 1973.
[25] Ver no link: http://www.al.ce.gov.br/Deputados/perfil_completo.php?tabela=Deputados&codigo=44

empresas do avô e ajudá-lo na política, e a mãe foi conduzida por ele para uma vaga em uma empresa do governo do estado.

> T: Ela era engenheira também, trabalhava na Bahia como engenheira e quando veio para cá, como já veio grávida, no primeiro momento ela não trabalhou porque estava no período que, se estivesse trabalhando, estaria de licença. Logo que eu nasci, passados alguns meses, ela passou a integrar o quadro da Companhia de Habitação do Estado do Ceará – COHAB, da qual foi engenheira até a data de extinção da mesma, nos idos da década de 90.
> PJ: Ela era concursada?
> T: Não, na época não havia concurso, na época em que ela ingressou ainda não havia concurso, foi antes da constituição de 88, ela entrou na empresa pública, foi contratada, inclusive no regime da CLT [Consolidação das Leis do Trabalho], porque depois os concursados passaram a ser regidos por regime estatutário, ela ainda era funcionaria celetista e, depois da constituição de 88, ela foi recepcionada e passou a integrar os quadros como concursada, como servidor efetivo e desempenhou... E era uma figura muito apaixonada pela área dela, gostava principalmente na área das urbanizações de favela, das adequações das pessoas aos conjuntos habitacionais, ela teve um trabalho muito importante junto às assistentes sociais nessa questão do remanejamento de famílias, eu lembro pouco quando criança desse trabalho dela em algumas áreas, inclusive em conjuntos importantes, como Nova Metrópole, ela participou da construção e do remanejamento das famílias para aquelas áreas.
> PJ: No caso, esse cargo que foi conferido a ela, houve um auxilio familiar no sentido de um encaminhamento do teu avô?
> T: Com certeza, eu não tenho um conhecimento mais apurado, mas com certeza deve ter havido, as épocas eram extremamente diferentes, hoje ao contrário do que no passado, quanto menos próximo do político, mais saudável para que o sujeito exerça a função de servidor público. Na época não, o sujeito só ingressava no serviço público se tivesse apadrinhamento de algum político, e, tendo um sogro que solicitou a vinda dela da Bahia para cá, com certeza, pela circunstância da época, ele deve ter interferido para que ela assumisse.
> PJ: Mais foi seu avô que interveio para que eles viessem para cá?
> T: Foi, era exatamente 81. Um ano antes da eleição que ele seria candidato a deputado estadual mais uma vez e ele precisava deixar o rumo das empresas na mão de uma pessoa que ele confiasse e tivesse competência para gerir os negócios, no caso o meu pai, e ele fez todos os esforços para que eles se mudassem aqui para o Estado do Ceará. Então dada essa circunstância toda, eu não sei, não tenho conhecimento oficial da história, mas com certeza ele deve ter intervindo para que ela pudesse assumir esse cargo.

Sobre o retorno para Fortaleza, Cândida Figueiredo relatou o seguinte:

> Meu primeiro emprego foi como estagiária na Prefeitura Municipal de Salvador, no departamento da comissão de numeração métrica linear. Depois fui trabalhar como engenheira na construtora MARSAL Engenharia. Foi quando o pai de Tomás, deputado Chico Figueiredo, esteve em Salvador e nos convidou para voltar ao Ceará e tomar conta das empresas. Em Fortaleza, trabalhei na Companhia de Habitação do Estado do Ceará – COHAB (SANTOS; LEITÃO, 2002, p.134).

Com a vinda do filho e da nora, Chico Figueiredo os abrigou em sua residência por um breve período e articulou sua família em torno de um objetivo comum, a candidatura política dele e de seu filho, Alexandre Figueiredo. A mãe, Cândida Figueiredo, surge na fala do filho como outra referência no *campo* político. Através da narrativa de Tomás Filho, sua mãe aparece como alguém disposta a exercer o cargo público. Ele apresenta a "paixão" da mãe para as obras públicas voltadas para urbanização e deslocamento de famílias. Essa paixão de Cândida Figueiredo traz uma coerência lógica ao discurso do filho, legitimando o rumo que sua mãe irá traçou na vida pública. Cândida Figueiredo, questionada sobre como descobriu a vocação política, explicou da seguinte forma:

> Primeiro, eu detestava política, pois meu pai passou dois anos desaparecido durante a Ditadura Militar, mas como membro da família, ajudei na eleição do Dr. Chico Figueiredo, em 1982. Já havia participado de atividades políticas no interior, em 1974, quando conheci Tomás e fiz minha primeira viagem a Santa Quitéria (SANTOS & LEITÃO, 2002, p.135).

Durante a maior parte da infância, Tomás Filho viveu na casa dos seus pais. O apartamento pertence a seus pais até hoje e se localiza no bairro da Aldeota, como já referido acima. Ao se lembrar de como era o local, Tomás assim o descreveu:

> T: Fica na Aldeota próximo às torres de televisões, próximo à praça da imprensa. Lembro que tinha muitas crianças mais ou menos da mesma idade, tanto minha como da minha irmã que tem quatro anos de diferença para mim, sou o do meio, a mais velha tem quatro anos a mais e a mais nova tem quatro anos a menos, e eu lembro que tinha muitas crianças e muita área de lazer. Era um apartamento que tinha piscina, era um ambiente muito bom, foi muito importante para o meu crescimento ter contato com muitas pessoas, e a gente fez muitos amigos, e esses amigos se multiplicaram ao longo da vida, é tanto que hoje já adulto e participando da política isso foi muito importante, e meu círculo de amizades sempre foi muito vasto por conta da quantidade de jovens e crianças que havia no meu prédio. [...] Nossa! Os amigos do prédio... Eu me lembro do nome de todo mundo e ainda encontro direto, e a gente se relaciona com todo mundo, o [...] lá do tio Airton da Geísa, Aliana, os meninos, o vizinho de porta deles que era o Marcelo Neto, a Ana Maria, a tia Marcia, o tio Marcelo, a Iracilda, João de Deus, a tia Inês, a Mariana, o Gugo, o Léo [...] no outro apartamento era o Daniel e o Alexandre Damasceno que inclusive foi vereador lá no Trairi, o tio Leoman, a tia Rita, no quinto andar era a tia Sandra, e o tio Luis que era os pais da Marcela e do Beto, e no 502 era a tia Celis [...] que era mãe da Lu, da Paula e da Natalia, no sexto andar tinha a dona Meire que mora lá até hoje [...] com o seu Bardawil...
> PJ: O Alberto Bardawil?
> T: O Alberto Bardawil que é pai do Alberto da [proprietário da] TV União. Ai no sétimo morou o Garibalde, a tia Elza que era mãe do Marcelo e da Mirela, e no oitavo andar o seu Claudino Sales que foi deputado estadual, secretário de Segurança lá da região do Crateús, Novo Oriente, ele mora lá até hoje, não, ele faleceu. Mora a esposa dele lá. Tinha o Claudino Filho, tinha a Vanda Claudino que é [professora] lá da UFC, que é geóloga.

A importância política da família e do círculo de amizades construído na infância (todos os adultos são chamados de tio e tia) é apresentada na fala do pesquisado, “[...] a gente fez muitos amigos, e esses amigos se multiplicaram ao longo da vida, é tanto que hoje já adulto e participando da política isso foi muito importante...”. Este *capital social* aos poucos foi convertido em *capital político* por ele. Segundo Bourdieu, a definição de capital político se categoriza como sendo:

> Uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os poderes que eles lhes reconhecem (2007a, p.187).

O capital político herdado tem o potencial de conferir distinção aos agentes sociais, seja de maneira positiva com um determinado *capital simbólico* que age de maneira benéfica em determinado *campo*, ou negativa, como um estigma social. No caso aqui analisado, a herança política familiar é um fenômeno que se relaciona com a lógica de atuação do *campo* em questão. A instrumentalização da herança atesta uma relação social que consegue romper com as normas do tempo, no sentido de passar um legado de uma geração a outra, e assegura uma ligação entre o agente e o *campo*, certificando os bens culturais do grupo a qual pertence, garantindo uma continuidade da linhagem e, por conseguinte, influenciando diretamente sua identidade política. Tal herança é uma condição para a continuidade do grupo social no campo político e também contribui de maneira prática para sua reprodução cultural, ou seja, contribui para a transferência dos valores, das virtudes e habilidades socialmente construídas (BOURDIEU, 2007b).

Dessa forma, Tomás Filho ocupou em sua infância uma posição singular e confortável onde foi possível ter uma *socialização primária* muito próxima de pessoas que ocupavam posições importantes, detentoras de um capital simbólico específico.

3.3 O “despertar” para a política: interiorização das regras do jogo

No percurso das socializações, Tomás começa a perceber o significado que a política tinha entre os membros de sua família. O *campo* político se manifesta como uma realidade que é dada *a priori* para Tomás Filho. A política foi se tornando

permeada de significações subjetivas, na medida em que o agente social interage através do instrumental simbólico que adquiriu por meio das experiências vivenciadas. Quando questionei sobre a sua relação com seus pais na infância, Tomás Filho revelou o papel que a política teve como elemento agregador e divisor entre eles:

> T: Assim, até os 10 anos, 11 anos de idade, o papai foi sempre muito presente, apesar de ele viajar muito, a gente sempre tava acompanhando ele nos finais de semana na fazenda, e durante a semana ele sempre estava por casa, e foi aquela presença paterna mesmo, porque não era um sujeito de poder acompanhar muito, porque ele trabalhava muito, mas ele sempre dava uma atenção, às vezes dava uma olhada nas tarefas da gente. Eu, quando era mais novo, era ruim de comer, não gostava muito, só gostava de determinadas comidas, feijão, arroz, era cheio de frescura, e era ele quem ficava do meu lado forçando a barra, "Bora você tem que comer", mas era uma figura que tinha uma autoridade diferente, a mamãe acompanhava o dia a dia, e ela já tinha um pulso diferente, porque, como ela acompanhava o dia a dia, ela estava sempre presente quando tinha alguma implicância com uma irmã, nessas horas mais difíceis tinha que por fim àquelas crises, ele não, ele já não participava tanto dessas coisas, mas ele tinha uma autoridade diferente, mas ele sempre foi próximo (grifos meus).

Essa distinção na forma como Tomás Filho percebe as autoridades dos pais é fundamental para que possamos compreender a lógica dos papéis sociais desempenhados por cada um. Para Tomás, o pai tinha uma autoridade diferente da mãe, devido ao pouco tempo que tinha para acompanhar a rotina doméstica dos filhos.

> Então ele se elegeu prefeito de Santa Quitéria, passou a morar em Santa Quitéria, vinha para Fortaleza com muita frequência, mas passou a morar lá, e a gente ia pra lá, nos fins de semana para estar mais próximo a ele, mas mesmo assim era difícil porque tinha as atribuições dele do cargo. Então assim, a partir dos [meus] 11 anos ele se distanciou mais e eu senti mais uma ausência da presença dele que só veio diminuir quando eu ingressei na política. Até eu ingressar na política havia sempre esse distanciamento porque a política o consumiu muito, e ele sempre foi uma pessoa muito devotada, mas sempre procurou viajar conosco, sempre procurou estar próximo, arranjar alguma programação para que a gente pudesse estar. [pausa breve] Um almoço de domingo. Ele sempre procurou estar próximo da gente, ele sempre gostou muito de estar próximo da gente e também não só da gente como dos amigos também, ele sempre foi uma pessoa aberta nesse sentido.

Com a divisão social do trabalho doméstico na família Figueiredo de Paula Pessoa, quem exerceu o papel de mediadora dos conflitos na infância de Tomás é Cândida Figueiredo. Ela é quem tem o poder de orientar de forma mais próxima a conduta, a moral e os valores dos filhos através da *socialização primária*. Segundo

Peter Berger e Thomas Luckmann (1974), a socialização primária e secundária pode ser interpretada da seguinte forma:

> O processo ontogênico pelo qual isto se realiza (interiorização das regras e valores de uma dada comunidade) é a socialização, que pode assim ser definida como a ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou setor dela. A socialização primária é a socialização que o indivíduo experimenta na infância, e em virtude da qual se torna membro da sociedade. A socialização secundária é qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade (1974, p.175).

Em 1990, o avô de Tomás, deputado Chico Figueiredo, faleceu. Podemos entender o impacto desse evento sobre a estrutura social da família através do relato de Cândida Figueiredo:

> A política foi um grande desafio para quem nunca sonhou em ser política. Quando o deputado Chico Figueiredo era vivo, comandava a política e nós nos sentíamos orientados. Depois tivemos que fazer política sozinhos, sem ter apoio de grupos políticos... E isso é muito mais difícil. As campanhas sempre foram duras e acirradas, características da Zona Norte, e tudo me chocava muito. (SANTOS; LEITÃO, 2002, p.135)

Fotografia 3: Retrato de Tomás Filho e os pais, Tomás Figueiredo e Cândida Figueiredo, exposto no gabinete do pesquisado na AL-CE.

Cândida Figueiredo expressou seu medo em relação a se candidatar, e revela o significado da posição social de seu sogro para ela. A ausência de Chico deixou o posto de liderança política da família vago, e, com o seu falecimento, parte das redes sociais e dos vínculos com “grupos políticos” se perdeu, gerando a perda de *capital político* para o clã dos Figueiredo de Paula Pessoa.

A eleição de seu pai para a prefeitura da cidade de Santa Quitéria, em 1992, e a de sua mãe para a vaga de deputada estadual, em 1994, foram pontos marcantes na trajetória de Tomás Filho, que até então não tinha nenhum parente eleito mais próximo do que o tio Alexandre e o avô Chico. Essa incursão significou a busca pela

restauração de alguém “representando a família Figueiredo” na política. Sobre a eleição para a vaga de deputada estadual, Cândida Figueiredo assim descreveu:

> Em 1992, Tomás [pai] lança sua candidatura a prefeito de Santa Quitéria elegendo-se. Nessa época Alexandre Figueiredo não queria concorrer ao terceiro mandato legislativo e houve uma pesquisa entre os amigos de Santa Quitéria, Sobral, Frecheirinha, Hidrolândia, Catunda[26] sobre quem deveria suceder ao Alexandre na política. Qual foi o meu espanto em saber que, além de ter o nome citado, aparecia como preferencial. Hesitei muito em aceitar a missão, por traumas da minha adolescência, mas repensei e, em 1994, me lancei como Deputada estadual representando a família Figueiredo (SANTOS; LEITÃO, 2002, p.134) (grifo meu)

No discurso de Cândida, surge o papel dos “amigos” como sendo os apoiadores políticos da “família Figueiredo” na questão da sucessão ao posto de “político da família Figueiredo”. O relato de Dona Cândida expõe a regularidade das posições sociais dentro do corpo familiar e a relação de *cordialidade* entre a família Figueiredo e os “amigos”, o que pode ser interpretado como sendo suas bases políticas. Em 2002, a rede de amizades angariada pela família somada à sua reputação não foi suficiente para transpor a barreira do déficit no capital econômico necessário para investir na campanha eleitoral. No relato acima citado, a credibilidade no jogo político é apresentada por Cândida como uma das ferramentas para a captação dos votos. Segundo Bourdieu (2007a), devido ao fato de que o agente político instrumentaliza um capital específico, o capital político, ele depende da representação, da opinião pública e da crença que recai sobre os agentes envolvidos. O agente político é um ser dotado de moralidade e é suscetível de ações que possam comprometer sua “honra”. Deste modo, a calúnia e o escândalo podem ameaçar a relação de confiança entre ele e seus representados.

A candidatura dos pais do pesquisado causou certo distanciamento, tanto físico quanto simbólico durante sua infância, que foi amenizada quando Tomás Filho começou a ter participação no *campo* político na adolescência, alguns anos depois, durante as campanhas eleitorais, como ele próprio afirmou. Durante a infância, a política já fazia parte do cotidiano de sua família, no entanto o pesquisado ainda não tinha participação plena nesse universo. A proximidade dos interesses entre o pai e o filho na adolescência propiciou o fim da lacuna que existia entre os dois.

[26] Todos são municípios do interior do estado do Ceará.

Surgiu a possibilidade de Tomás aprender como se dá o *habitus* político através da prática de seus pais. No percurso da infância para a adolescência, Tomás Filho passou a compreender os significados da prática política para seus pais, de modo que ele passou a se apropriar desses saberes práticos para si na medida em que esse *habitus* se tornou significante para ele. Quando Tomás Filho foi questionado se teve alguma influência dos pais para entrar na política, ele relatou da seguinte forma:

> T: Meus pais não disseram “entre na política!”. Eu sempre fui de ajudar muito nos bastidores e eu fui um adolescente muito tímido e, até mesmo na faculdade, só mesmo com o passar do tempo e vislumbrando a necessidade de me expor em público, foi que eu comecei até a apresentar trabalho de grupo, eu tive inclusive até de apresentar trabalhos tipo teatros, essas questões no colégio para mim sempre foi difícil. Na faculdade eu só despertei para apresentar trabalhos mais para o final da faculdade quando eu vi que iria ter a necessidade de apresentar minha monografia de graduação, então foi a partir desse momento, e, sabendo disso, meus pais nunca forçaram, incentivaram a partir do momento que eu mostrei interesse para enveredar para área política e para o ativismo político. Foi um despertar meio de momento, de circunstância. A candidata Cândida Figueiredo decidiu no fim do terceiro mandato não ser mais candidata, ela acha que cumpriu o seu papel, não vislumbrou nada além dessa candidatura de deputada estadual. Ela argumentou: não serei candidata federal porque não irei para Brasília sem a companhia da família, não desejo ser candidata a prefeita então eu acho que encerro aqui o meu período de política exercendo cargos eletivos. Quando ela decidiu isso foi no final de 2005, setembro de 2005.
> PJ: Houve algum motivo específico?
> T: Não... O motivo especifico dela foi exatamente “fui três vezes deputada estadual, eu acho que já cumpri o meu papel junto à política nesses três mandatos. Eu não desejo concorrer a nenhum outro cargo político que me faça... E eu acho que daqui pra frente eu não terei a mesma disposição e a mesmo entusiasmo que tive até agora exercendo esses 3 mandatos...”. Eu acho que ela tomou uma decisão extremamente lúcida, teve uma clareza muito grande, essa posição dela é uma coisa que me inspira muito na política, até porque eu vejo colegas que estão a mais mandatos, alguns com o mesmo entusiasmo do primeiro mandato, mas muitos também já cansados daquela lida do dia a dia da política que é muito fatigante, que esgota mesmo. Então quando ela chegou nessa decisão, a gente começou a imaginar quem é que teria o perfil parecido, quem é que poderia emprestar o nosso apoio, até porque, tendo em pessoas da família uma representação, é uma responsabilidade quase que dobrada você transferir esse apoio a uma terceira pessoa, e a gente começou a cogitar o nome de algumas pessoas para apoiar como deputado estadual, e nessa dúvida, nessa busca, e eu em um papel totalmente secundário, até porque os grandes orientadores dessa questão eram a deputada Cândida, até porque era ela que deixava de disputar essa eleição, e meu pai Tomás Figueiredo. Foi nessa busca que surgiu em mim o despertar e uma vontade de disputar uma eleição, eu enxerguei uma oportunidade e ao mesmo tempo em que essa oportunidade me encheu de vontade, e foi ai então que eu comecei a expor essa minha vontade, e a gente consultou as diversas pessoas que nos apoiaram.

Tomás Filho revelou que não era habituado a falar em público na infância e na adolescência, mas a necessidade de adquirir competências se tornou uma força que o levou a buscar o aprendizado das práticas usadas na política. Essa necessidade que Tomás descreveu é uma força eminentemente social, que surge pelas demandas do ambiente social no qual ele foi socializado, tanto pela relação que sua família mantinha com o *campo* político, como pela carreira de advogado e de administrador que "escolheu" para si. Até mesmo nas escolhas das profissões o pesquisado pode ter sido influenciado para profissões, que tivessem afinidades com o campo político. Todas essas inserções em espaços de sociabilidade exigem o domínio de determinados saberes e práticas específicas, que no caso do pesquisado têm um ponto em comum: a instrumentalização do discurso falado.

A necessidade aqui descrita por Tomás Filho pode ser compreendida como sendo a materialização das disposições sociais aprendidas para a ação no campo político, e dessa forma podemos identificar a instalação corporal do *habitus* no agente. Ao descrever se seus pais o incentivaram a entrar na carreira política, Tomás Filho avaliou com naturalidade o incentivo que lhe deram, na medida em que ele se mostrou disposto a tal. No discurso do pesquisado, essa "naturalidade" se apresenta permeada por uma força que não dá outra opção a não ser o engajamento na política, ao mesmo tempo em que isenta seus pais da escolha que seu filho faz. Tomás trás em seu discurso uma lógica para justificar as suas escolhas. Certamente, os anos em que Tomás Filho conviveu com o universo dos símbolos da política contribuíram para sua escolha. A vacância da mãe na disputa eleitoral suscitou uma nova busca para a família de Tomás Filho: "quem é que teria o perfil parecido, para quem é que poderíamos emprestar o nosso apoio?".

A justificativa de Cândida Figueiredo para sair da disputa eleitoral foi o distanciamento da família. Entretanto, podemos interpretar que este argumento revela um ponto de tensão para o político, a preocupação constante do representante com distanciamento entre ele e suas bases. Os políticos que decidem operar na política em nível nacional correm o risco de perder os vínculos com a política local, e surgem os conflitos entre esses dois campos de atividade. Na medida em que o político transfere seu foco de ação para a política nacional, ele se distancia de suas *bases eleitorais.* Segundo Marcos Otávio Bezerra:

> Este distanciamento abre espaço para que políticos concorrentes realizem seu próprio trabalho na *base* do parlamentar. Por conseguinte, isso constitui para este último – daí a necessidade da *assistência* – uma ameaça à

> manutenção ou ampliação do apoio político que possui na localidade (1999, p.47).

Surge no discurso do entrevistado a relação de empréstimo do apoio político ou transferência de apoio político. Esse empréstimo remete diretamente a uma relação de troca entre os detentores do capital político e o possível receptor, além disso, ele prevê um retorno em forma de retribuição para os que o afiançaram. O valor desse pacto de confiança entre apoiadores e o candidato é proporcional ao valor da crença em um determinado poder reconhecido entre as partes envolvidas. O poder de um político para arregimentar pessoas em torno de uma causa está diametralmente ligado às suas potencialidades como candidato, como político, e ao *capital* disponível para ser aplicado pelos apoiadores. Os saberes e interesses políticos adquiridos por Tomás na infância e adolescência agora adquirem significado com a sua "entrada na política". Tomás Filho descreve o momento de entrada na política eleitoral da seguinte forma:

> T: [A minha entrada na política] foi um processo, não havia dos meus pais uma pressão para que eu fosse ou para que qualquer uma das minhas irmãs fosse ingressar na vida política, então isso eles sempre respeitaram. Eu me formei em Direito, antes de me formar iniciei a vida empresarial, então sempre respeitaram essa minha vontade de enveredar para o mundo empresarial, para o mundo do Direito, e ao longo desse processo da deputada Cândida decidir não se candidatar, abrir mão de se candidatar, porque o natural seria ela se candidatar ao quarto mandato, e ela já com a experiência poderia dar continuidade. Nesse caso, com uma continuidade salutar, porque de qualquer forma é com o passar do tempo é que as pessoas vão criando uma relação de confiança, que na política é extremamente importante para que assim você passe a cada vez mais desfrutar de um número maior de eleitores e de apoiadores, então nada mais natural do que ela ser candidata a um quarto mandato. Com a não candidatura dela foi que abriu esse espaço, e, dentro dessa possibilidade e dessa prospecção de quem apoiar, foi que surgiu em mim esse interesse: porque não ser o candidato? Por que não ter a oportunidade de colocar o meu ponto de vista na vida pública do estado do Ceará?
> PJ: Esse momento foi em...
> T: Final de 2005 e inicio de 2006.
> PJ: Você estava formado em Administração pela UECE e Direito pela Unifor?
> T: Já, tinha me formado em 2004 [somente em Direito].
> PJ: E estava fazendo o que nesse momento?
> T: Eu era empresário do ramo de transporte e manutenção, então eu já tinha uma empresa que já vinha desde 2003. Nesse período eu tava na empresa desenvolvendo minhas atividades empresariais, e ela quando decidiu foi no fim de 2005 então a gente começou esse processo de busca de discussão em torno de quem apoiar para deputado estadual no final de 2005, essa decisão eu só fui expor isso no inicio de 2006, já bem tardiamente porque a eleição já era em outubro de 2006 (grifos meus).

Tomás Filho revelou a importância do tempo na construção da decisão de entrar na política e dos laços de fidelidade na política, como esses laços devem ser

mantidos para a manutenção da representatividade do candidato. O tempo é apresentado como um fator de consolidação das práticas políticas de sua família, de forma que, para Tomás Filho, a continuidade de sua mãe na política passa a ser visto como "natural". Indagado sobre os motivos de ter entrado na política institucional, Tomás Filho assim responde: "Eu já tinha a estrutura da minha mãe. Quando eleito, saiu no jornal um comentário que o deputado Tomás Figueiredo (Filho) se elegeu porque a mãe não concorreu. Ora, isso é óbvio. Se ela fosse candidata, jamais teria concorrido" [27]. Podemos deduzir que as condições básicas para a entrada do pesquisado no jogo político estavam diretamente ligadas ao poder-influência concedido a ele pela sua família, e uma ruptura com o modelo de fazer política de seus pais poderia representar a perda da estrutura e dos capitais investidos na sua campanha. Sendo assim, pode se entender o fato narrado como um exemplo do que Bourdieu chama de capital político *por delegação.* Sobre esse tipo de capital, o autor afirma o seguinte:

> A aquisição de um capital delegado obedece a uma lógica muito particular: *a investidura* – ato propriamente mágico de instituição pelo qual o partido consagra oficialmente o candidato oficial a uma eleição e que marca a transmissão de um capital político, tal como a investidura medieval solenizava a <<tradição>> de um feudo ou de bens de raiz – não pode ser se não a contrapartida de um longo *investimento* de tempo, de trabalho, de dedicação, de devoção à instituição (2007a, p.192).

Era final de 2005, inicio de 2006 e Tomás apresentava naquele momento determinadas qualificações especificas que sua família julgava favoráveis para a política: ter um "nome" de expressão na política, poder despender tempo e dinheiro para investir na política, ter determinado conhecimento prévio sobre os bastidores da política.

[27] COUTINHO**,** Thiago. De pai para filhos, irmãos, sobrinhos. O POVO, Fortaleza, 08 ago 2009. Disponível em <http://www.opovo.com.br/www/opovo/politica/899951.html>, Acessado em 20 mar. 2010.

4. A eleição e os apoiadores: as bases para as disputas eleitorais

Durante a pesquisa de campo, perguntei a Juliana Coelho, assessora de imprensa de Tomás filho, sobre como eu poderia conseguir o “santinho” que ele usou na campanha de 2006. Ela me disse que iria procurou, mas achava difícil conseguir. Em outra visita, perguntei novamente, e ela disse que não havia achado, porém encontrou um arquivo digitalizado do *folder* utilizado na campanha e me deu uma cópia. Essa cópia é um dos elementos que foi analisado na pesquisa.

Figura 1: *Folder* de Tomás Filho para a campanha eleitoral de 2006. (Acervo pessoal)

O *folder* de Tomás Filho utilizado em sua campanha eleitoral em 2006 contém elementos narrativos pertinentes sobre a forma como ele se apresenta e se representa perante os eleitores. No *folder* está escrito: “Tomás Figueiredo Filho, natural de Fortaleza, nascido em 25 de agosto de 1981, é filho do atual prefeito de Santa Quitéria Tomás Figueiredo e da deputada estadual Cândida Figueiredo, e neto de Chico Figueiredo”. No segundo parágrafo, são expostas suas origens familiares e como essa origem se relacionou com o campo político por gerações.

Além da fotografia com os seus pais (à direita) e da foto montagem com seu avô (à esquerda) já falecido, o discurso apresentado no material gráfico expressa a proximidade de Tomás com a política através dos vínculos familiares. No terceiro e quarto parágrafos, é apresentada a formação universitária e sua experiência como jovem empresário. No quinto parágrafo, é feita uma menção ao seu ingresso na Defensoria Pública Geral do Ceará (como estagiário) e à decisão de ingressar na juventude do PSDB e "seguir a tradição da família". Mais uma vez surgem em seu discurso os elementos de legitimação de sua candidatura: ter afinidade com a vida política através dos vínculos de parentesco (menção aos pais e ao avô), ter coragem e condições financeiras para ser um empreendedor (jovem de fibra e dedicação, que começou sua vida profissional trabalhando nas empresas da família e, com garra que tem, partiu para administrar seus próprios negócios como comerciante na área de renovação de pneus[28]), ter uma formação escolar valorizada para a política, (graduado bacharel em Direito). Através desses elementos, o pesquisado constrói um discurso de prerrogativas favoráveis para legitimar sua eleição. Segundo Gabriela Scotto:

> Durante o período de campanha, a política e suas representações se oferecem como um campo cruzado por relações personalizadas, no qual os candidatos devem não apenas oferecer programas, mas também a si mesmo como *pessoas* com um passado reconhecido e com uma *biografia* que permita situá-lo socialmente. (SCOTTO, 1996, p.165)

O panfleto de Tomás Filho pode ser interpretado como um exemplo material do que Scotto (1996) assinala a respeito da busca dos candidatos pelo (re) conhecimento dos eleitores. O conceito de *pessoa* apresentado aqui se contrapõe ao conceito de *indivíduo* ou pessoa anônima, que se encontra em situação de igualdade e "ofuscada" na coletividade. Os candidatos lutam pela distinção social e para serem reconhecidos como *pessoa,* diferente dos demais, e assim se legitimarem como agentes da política, distintos dos indivíduos comuns.

As propostas políticas de Tomás estavam voltadas basicamente para as questões agrárias, a juventude, os direitos do consumidor, o estabelecimento de dialogo por via institucional entre o poder executivo e a população, e a segurança pública. As propostas apresentadas no panfleto são importantes para perceber quais as estratégias usadas por Tomás Filho para a captação de votos. O pesquisado

[28] Citação extraída do *folder.*

defende propostas para apoio e ampliação de programas governamentais voltados para a agricultura, como credito fundiário, seguro safra, demonstrando assim que o pesquisado pode ter feito uma avaliação sobre a origem rural de sua base eleitoral. Tomás Filho pode ter interpretado na própria idade uma possibilidade de se colocar como representante de um grupo social, os jovens. Já a questão dos direitos do consumidor pode estar relacionada à própria formação acadêmica de Tomás Filho enquanto estudante de Direito e bacharel em Administração de Empresas.

4.1 Campanha eleitoral, herança política e territorialidade

Quando questionado sobre os apoiadores de campanha eleitoral, Tomás Filho narrou o seguinte:

> T: [...] foi ai então que eu comecei a expor essa minha vontade, e a gente buscou consultar as diversas pessoas que nos apoiaram...
> PJ: quem?
> T: Lideranças no interior do estado, pessoas que até hoje nos acompanham, como o Zé Romano do Nascimento, o Zezinho de Ubajara, que é um empresário lá da região de Ibiapaba que já foi candidato a prefeito, já foi vice-prefeito, os nossos próprios correligionários, que foi a base política em que meu pai ingressou na vida pública. Ele era fora da política e quando ele ingressou foi sendo candidato a prefeito e depois prefeito em Santa Quitéria, então a gente tem em Santa Quitéria a nossa principal base política apesar da família ser de Sobral, ter negócios em Sobral e ter se desenvolvido em Sobral e meu avô ter feito a vida política dele toda na política de Sobral. Já o meu pai ingressou [na política de] por Santa Quitéria, e a gente tem um carinho todo especial e tem hoje o nosso berço político em Santa Quitéria. Então a gente consultou nossos correligionários e os mais diversos amigos que nos orientam e que compartilham conosco das alegrias e das dificuldades, e a gente compartilhou isso e chegou à conclusão que eu seria uma boa opção, e eu abracei aquela causa com todas as minhas vontades, com todas as minhas forças (grifos meus).

Os apoiadores (lideranças no interior do estado) são uma peça-chave para compreender as condições que possibilitaram um determinado agente se tornar um deputado estadual no Ceará. As relações de troca que se estabelecem entre os apoiadores e o deputado têm como base a credibilidade, como sugere Bourdieu (2007a, p.188): “o homem político retira a sua força política da confiança que um grupo põe nele.”. Na fala do pesquisado, é possível perceber o sentido dessa ligação que o então candidato Tomás Filho tinha com os apoiadores, as lideranças políticas do Interior do estado, os prefeitos e os empresários (como, por exemplo,

Zezinho de Ubajara), e parte considerável dos apoiadores da campanha de Tomás Filho eram membros da base política de seus pais. Dessa forma, podemos observar o processo de empréstimo do apoio político ou transferência de apoio político anteriormente citados. Podemos interpretar que o *capital social* acumulado pelos pais na política passou a ser apropriado pelo filho em sua estreia. A construção sócio-histórica das bases eleitorais está diretamente ligada ao sucesso político da família do pesquisado, e foi através dessa relação de troca entre as bases e o político que, no decorrer de gerações, o papel de político local foi se estabelecendo socialmente.

No relatório da prestação de contas da campanha eleitoral de Tomás Filho em 2006 ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE), disponível no *site Às Claras*[29], foram publicados os nomes dos financiadores de sua campanha e os valores creditados.

Tabela 2: relação de nomes de doadores e de valores doados para a campanha eleitoral de Tomás Filho (2006)

Nome	CGC	Doações
TOMAS ANTONIO ALBUQUERQUE DE PAULA PESSOA FILHO	618.824.453	R$ 66.000,00
POSTO BALANÇA LTDA	076.048.530	R$ 16.000,00
TOMAS ANTONIO ALBUQUERQUE DE PAULA PESSOA	059.465.733	R$ 14.000,00
CANDIDA MARIA SARAIVA DE PAULA PESSOA	111.158.155	R$ 14.000,00
ANTONIO TORRES NETO	150.863.051	R$ 3.000,00
Total de doações		**R$ 113.000,00**
Doadores do comitê		
CGC inválido	000.000.010	R$ 2.129,33
DEUSIMAR LUCENA GOMES	131.662.304	R$ 2.000,00
TELMA CAVALCANTE MOTA	051.513.849	R$ 500,00
Total de doações ao comitê		**R$ 4.629,33**

Fonte: *Às Claras* 2006 – Perfil de Tomás Filho. Acessado em 27 de abril de 2010. Disponível em http://www.asclaras.org.br/2006/candidato.php?CACodigo=6392

No relatório, podemos observar quem foram os doadores oficiais[30] da campanha de Tomás Filho para a eleição de 2006. O maior doador foi o próprio Tomás Filho e, na sequência está a empresa Posto Balança LTDA, empreendimento anteriormente citado por Paiva Mororó como pertencente a seu avô, que após seu

[29] *Site* pertencente ao projeto da organização não governamental, **Transparência Brasil**.

[30] Durante a pesquisa de campo, um informante declarou que é comum não declarar o nome de todos os apoiadores da campanha ou creditar o apoio em nome de terceiros ocultando os verdadeiros nomes dos doadores. Isso é uma prática comum na política local. A ação de ocultar o nome dos apoiadores ou creditar a doação para terceiros (ou "laranjas") visa preservar os verdadeiros doadores de sanções, por questões legais e (ou) morais.

falecimento, passou a pertencer a seus herdeiros. Tal posto de gasolina está situado na margem da rodovia estadual CE-257, nas imediações de Santa Quitéria. Seus pais doaram, oficialmente, 14 mil reais[31] cada para a campanha do filho. Em entrevista como o pesquisado, ele afirmou o seguinte a respeito da doação da empresa Posto Balança:

> T: É da [minha] família.
> PJ: Mas pertence a alguém especificamente?
> T: Não sei quem são os sócios do posto, mas é uma empresa da família, que fica lá em Santa Quitéria...
> PJ: Você pediu esse dinheiro para eles?
> T: Claro.
> PJ: Mas para eles, quem?
> T: Como a empresa é familiar foi uma coisa natural...
> PJ: Mas a quem pertence?
> T: Acho que é do meu pai ou da minha mãe, não sei te dizer quem é o sócio, mas é da família.
> PJ: O doador seguinte é seu pai, depois sua mãe... E Antonio Torres Neto, quem é?
> T: Antonio Torres Neto é um contador que trabalha conosco e que sempre trabalhou ...

Segundo a folha de pagamento da AL-CE de 30 de janeiro de 2009, Antonio Torres Neto foi funcionário comissionado da AL-CE, tendo trabalhado na Procuradoria da casa, pois consta o seu nome no referido documento[32] do órgão público. Na prestação de contas da campanha para o parlamento estadual em 2002, Cândida Figueiredo apresenta como um doador em sua eleição o nome e o número de cadastro de pessoa física (CPF) iguais ao doador da campanha de Tomás, Antonio Torres Neto[33]. Esses dados podem indicar uma troca de favor material e simbólica entre o político e o apoiador que passam pela relação da prestação de contas, e um investimento na campanha do candidato em troca de cargo público. É importante salientar que durante a pesquisa de campo percebi que este tipo de ação era algo visto como rotineiro e trivial tanto por parte dos parlamentares, como para os funcionários da casa, e tal ação se configurava como uma ferramenta de legitimação e estreitamento de vínculos para o deputado junto aos seus aliados.

---

[31] Na época, o salário mínimo no Brasil era R$ 350,00. Ver http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Lei/L11321.htm

[32] Para ver a folha de pagamento, basta acessar: http://www.al.ce.gov.br/folha/ANEXO01.txt .

[33] Para ver a prestação de contas de 2002 de Cândida Figueiredo, acesse: http://www.asclaras.org.br/2002/candidato.php?CACodigo=1176&rs=true

Tanto Deusimar Lucena Gomes como Telma Cavalcante Mota aparecem nos documentos pesquisados no *site Às Claras*[34] como doadoras em 2006 de diversos candidatos do PSDB com valores iguais aos doados a Tomás Filho. Isso pode ser compreendido pela natureza deste tipo de doação feita ao comitê eleitoral partidário. Tais doações são direcionadas para apoiar o partido a financiar as campanhas de seus candidatos e não especificamente um candidato.

Durante a pesquisa, pude identificar por meio de documentos[35] digitalizados disponíveis na *internet* que Deusimar Lucena Gomes prestou serviço como contadora na Associação de Municípios e Prefeituras do Estado do Ceará (APRECE), instituição cujo presidente para o exercício do biênio 2005/2007 era Antonio Carlos Torres Fradique Accioly, filiado ao PSDB, sugerindo a possibilidade de ligação de fidelidade e apoio entre o partido, o presidente da APRECE filiado ao PSDB e a funcionária terceirizada Deusimar Lucena Gomes. Já Telma Cavalcante Mota é apresentada em documentos[36] do Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará (TCM-CE) como funcionária terceirizada que prestou serviço para a prefeitura de Horizonte. Por questão de prudência, pesquisei a numeração do cadastro de pessoa física (CPF) de ambas as doadoras e foi descartada a possibilidade de que as pessoas identificadas nos documentos pesquisados sejam homônimas das doadoras da campanha.

Através da tabela acima citada, podemos observar a materialização daquilo que Bourdieu (2007b) chamava de conversão de capitais, a conversão do capital econômico para capital político, do capital político para o *capital social* e vice-versa. As estratégias de reconversão do capital operam no sentido de buscar transformar um determinado capital em outro, passando a utilizá-lo como ferramenta em outro campo social distinto do campo inicial onde esse ferramenta era utilizado. Através do capital econômico acumulado por Tomás Filho para sua candidatura, ele sustenta uma estrutura logística articulando apoiadores para divulgar e balizar sua campanha

---

[34] Para ver os documentos acesse: http://www.google.com.br/search?sourceid=chrome&ie=UTF-8&q=%C3%A0s+claras+2006+Deusimar+Lucena+Gomes

[35] Ver os documentos de prestação de contas onde consta o nome de Deusimar Lucena Gomes nestes dois *sites*, http://www.aprece.org.br/site/downloads/BALANOMENSAL_25221260810465.pdf e http://www.aprece.org.br/site/downloads/julhoultima_19861251143861.pdf .

[36] Para ver os documentos do TCM-CE onde consta o nome de Telma Cavalcante Mota acesse este *site*: http://www.tcm.ce.gov.br/transparencia/index.php/municipios/nempenho/cod_neg/06131662304/mun/068/versao/2008/despesa/33903600/cod_dig/36/de_elemento_od/Outros+Servi%E7os+de+Terceiros+-+Pessoa+F%EDsica

eleitoral para assim angariar votos e instrumentalizá-los na forma de capital político. Uma reflexão deve ser feita: os valores gastos em campanha são maiores do que os valores acumulados na função de legislador? A relação entre o investimento feito na campanha eleitoral e o salário de deputado estadual é lucrativa? O cálculo para chegarmos às respostas é relativamente simples. Durante uma campanha, o candidato pesquisado informou oficialmente ter gasto R$ 113.000,00 somado aos R$ 4.629,33 vindos da doação ao comitê eleitoral, totalizando R$117.629,33. Entretanto, um informante alegou que os valores descritos nas prestações de contas não são compatíveis com a realidade da maioria das campanhas eleitorais, sendo o valor real gasto nas campanhas eleitorais até quatro vezes maiores do que o montante declarado oficialmente. Os gasto que o Estado tinha com um parlamentar estadual na época eram de R$12.384,07 mais auxílios e verbas referentes ao desempenho parlamentar. A soma total dos salários de um parlamentar durante um mandato é de aproximadamente R$643.971,64, valor que ultrapassa em muito a estimativa de investimento feito pelo pesquisado. No entanto, outros capitais estão em jogo aqui além do econômico, de modo que o prestigio, a distinção e o poder de influência são outros capitais agregados ao posto de legislador.

Para ser candidato, Tomás Filho apresentou a disposição, a forma de conduta, os saberes, as práticas e as determinadas características acumuladas durante as diversas socializações no decorrer do tempo de sua vida, que passaram a ser convertidas em moeda de confiança entre ele e os pais e entre ele e os “amigos da família”, para, dessa forma, poder entrar no campo político representando a família e suas bases políticas. Cândida Figueiredo questionada sobre a eleição de 2002, quando disputou a vaga de deputada estadual, relatou o seguinte:

> Em 2002, sonhei que poderia me eleger só com o apoio de amigos, mas isso não foi suficiente para novamente galgar uma cadeira na Assembleia Legislativa. Sabíamos das nossas dificuldades nas bases eleitorais, pois nos faltava o respaldo financeiro para montar uma estrutura mínima de campanha, E assim mesmo, sozinha, contando com os amigos fiéis, conseguimos 23.434 votos. O preço destes votos foi a amizade, o valor do conceito construído e da credibilidade. Isto é ou não é fantasia? (SANTOS; LEITÃO, 2002, p.136) (grifos meus).

Podemos avaliar o papel da transferência de *capital social* para capital político na fala de Cândida. Na ausência de capital econômico necessário para dar suporte a sua campanha eleitoral, Cândida diz ter buscado recursos em suas redes sociais, instrumentalizando a fidelidade como elemento agregador em torno de um objetivo

comum. A fidelidade e a credibilidade são as forças que irão substantivar a lógica do empréstimo do apoio político. Esse empréstimo é a peça de ligação entre os apoiadores e o candidato, fazendo surgir uma dívida moral entre as partes envolvidas e os apoiadores, os quais irão cobrar a dívida assim que julgarem necessário.

Através de uma entrevista com um político local que preferiu não ser citado na pesquisa, fui informado de que os valores gastos em campanha eleitoral geralmente extrapolam em até dez vezes os gastos descritos na prestação de contas enviadas ao TRE. A estrutura da campanha pode ser sustentada também pelos favores, através de empréstimos de veículos, de locações para instalação de comitês, de cotas de combustível em postos de gasolina, de ajuda de parentes e amigos, de estabelecimentos comerciais, de ONGs, dentre outros favores prestados ao candidato. Na fala de um informante, surgiu a frase: “É o que a fachada legal exige da gente”. Ao informar isso, ele se refere à imposição institucional que o Estado faz aos candidatos para que descrevam seus gastos na campanha eleitoral de acordo com as normas legais. Essas normas legais agem no sentido de regular as prestações de contas pelo espectro da moralidade legalizada. Não podemos somente julgar essas ações como algo socialmente recriminável. Por trás de cada ação existe uma estrutura de valores construídos e ressignificadas no decorrer da história política que aos poucos foi tomando forma de costumes e hábitos. Tal estrutura pode ser analisada através da fala de outro informante que narrava o mesmo tema: “O pecado de todos não é pecado de ninguém.” Quando determinadas práticas passam a ser vistas como “normais” por um grupo social, elas passam a ser institucionalizadas dentro do corpo de práticas socialmente aceitas. Exemplo disso são os mecanismos aqui descritos de prestação de contas utilizados pelos candidatos, nos quais podemos observar a distinção entre as normas legais e o modo de fazer política no cotidiano.

Durante a pesquisa de campo, pude observar um mapa do Ceará e um mapa de Fortaleza emoldurados na parede da sala do pesquisado na AL-CE. Nos mapas havia pontos azuis e pontos laranja e verde marcando localidades. Questionei Gustavo Queiroz, chefe de gabinete de Tomás, sobre o que significavam aqueles pontos, e ele respondeu que os pontos identificam “onde nós temos votos, onde temos lideranças que nos apoiam, em cidades ou em bairros”. A marcação simples com um círculo azul significaria a presença expressiva de eleitores de Tomás Filho,

e pontos duplamente marcados indicavam a presença de lideranças políticas apoiando o deputado.

Fotografia 4: Foto do mapa das bases eleitorais de Tomás Filho no Ceará[37].

Fotografia 5: Foto do mapa das bases eleitorais de Tomás Filho em Fortaleza.

[37] Detalhes em vermelho feitos por mim.

Alguns detalhes são relevantes nos mapas. Primeiramente, a preocupação em diferenciar as bases eleitorais somente em Fortaleza em relação ao Ceará. No mapa do Ceará, os pontos onde se localizam a maior quantidade de lideranças que apoiam Tomás estão localizados na região que tradicionalmente seus pais atuaram como políticos, Santa Quitéria e proximidades. Outro detalhe que pode ser observado é a diferença em relação ao número de pontos duplamente marcados, indicação de lideranças entre Fortaleza e o restante do Ceará. A quantidade de localidades que votam em Tomás fora da capital é de 33, ao passo que em Fortaleza é de 20. Já o número de lideranças no Interior é de 17 e em Fortaleza é de 7.

Tabela 3: Relação de localidades e lideranças em Fortaleza e em Interior do Estado que apoiaram Tomás Filho.

	Localidades votantes	Lideranças
Fortaleza	20	7
Interior do Ceará	33	17

Fonte: Mapas das bases eleitorais de Tomás Filho.

Os números apresentados são um indício de que a base eleitoral de Tomás Filho possivelmente está ligada à ação política dos pais no interior do estado. Podemos deduzir isto pelo fato de Tomás ter passado a maior parte de sua vida em Fortaleza e suas redes sociais estarem diretamente ligadas à suas atividades na capital. Podemos interpretar através dos mapas como o pesquisado pode ter instrumentalizado o *capital social* da família para afiançar sua incursão no campo político. Segundo o *Anuário do Ceará 2007-2008* (2007), podemos nomear as cidades do Ceará que compõe a base política de Tomás Filho da seguinte forma: Santa Quitéria, Camocim, Canindé, Carnaubal, Fortaleza, Frecheirinha, Hidrolândia, Ibiapina, Sobral, Tamboril, Tianguá, Ubajara e Varjota.

Questionado sobre quais são os municípios que compõem a sua base de atuação política, Tomás assim descreveu:

> T: Santa Quitéria, Sobral, Região da Serra de Ibiapaba, principalmente a zona Norte, a região do Vale do Acaraú, baixo Acaraú, município de Acaraú, Bela Cruz, Camocim, toda parte da Região Norte, essa é a atenção maior parte e também aqui na região metropolitana de Fortaleza. E como é que funciona? Em alguns lugares com apoio a vereadores e prefeitos do interior do estado fazendo essa intermediação, abrindo aqui as portas, recebendo aqui. Às vezes para um vereador do interior ou mesmo para um prefeito do interior vir a Fortaleza é um bicho de sete cabeças e nada melhor que um deputado com sua assessoria técnica para ajudar, facilitar a vinda de

> prefeitos e vereadores aqui, isso é uma forma também de por eles estarem lá no dia a dia com o eleitor, facilitar a vida política do deputado. O deputado está lá representado pelo prefeito e vereador que está lá no dia a dia com as pessoas, e também tenho uma atuação conceitual no que diz respeito a políticas publicas, agi muito na questão do desenvolvimento econômico, da segurança alimentar, são pilares de ideia do meu mandato, segurança publica [alimentar] foi um tema que eu abordei de forma muito contundente (grifos meus).

Existe uma diferença na dinâmica da relação que Dona Cândida e Tomás Figueiredo pai mantinham com suas bases que distingue da atuação política de Tomás Filho. O pesquisado logo buscou ampliar seus apoiadores na capital onde reside e onde tem maior rede de contatos, já as bases políticas de seus pais foram mantidas no Interior.

Podemos identificar a partir da narrativa de Tomás Filho a tentativa de ampliação dos apoiadores em Fortaleza. Ele traça uma descrição sobre a sua relação com os prefeitos do interior, e o papel que teve como mediador, o que confirma nas devidas proporções a análise feita por Marcos Otávio Bezerra sobre a dinâmica da relação entre parlamentares federais e prefeitos.

> O vínculo entre parlamentares e prefeitos não é uma relação de mão única. Os parlamentares têm expectativas em relação às lideranças políticas que contam com seu apoio e empenho. Socialmente produzidas, estas expectativas e obrigações mútuas que unem parlamentares e lideranças políticas locais estão, em grande medida, associadas às posições que estes agentes sociais ocupam no conjunto das relações políticas. [...] Em linhas gerais, os prefeitos esperam dos parlamentares que estes realizem pequenos favores, encaminhando seus interesses junto à burocracia governamental e, principalmente, consigam obter verbas [...] para a realização de investimentos nos municípios. [...] Parte da força do parlamentar frente aos prefeitos reside, assim, na possibilidade que o primeiro possui de viabilizar o acesso destes últimos às autoridades governamentais (BEZERRA. 1999, p.121-122).

A partir do caso aqui avaliado podemos agregar novos agentes na dinâmica das relações entre os campos políticos nacionais e locais. Na descrição de Tomás Filho, ele atua como mediador entre os políticos municipais institucionalizados (prefeitos e vereadores) e o poder executivo estadual e as secretarias, concedendo suporte para o diálogo entre estas partes. A fala do pesquisado sugere que essa mediação e esse apoio às demandas dos políticos locais se estabelecem na medida da capacidade representativa e do poder de influência que os políticos locais têm de captar apoio para o deputado.

A acessibilidade material e simbólica ao poder público também é sugerida por Kuschnir (2000) como elemento de ligação entre os representantes e os

representados. A mobilidade do político para se deslocar e traçar elos entre interesses diversos se mostra como ferramenta-chave para a atuação no cotidiano político. Por vezes as obrigações morais e as fidelidades podem entrar em conflito no decorrer do jogo político. Sobre possíveis “erros” de fidelidade que cometeu na política, Tomás Filho relata da seguinte maneira:

> T: [...] Na eleição municipal (2008), eu morei em Santa Quitéria, me dediquei a um candidato que era do PSDB e tudo, e quando entrou na prefeitura foi um verdadeiro desastre. Ele terminou sendo cooptado pelo governo e virando adversário político. Não sei, então, talvez eu não tivesse me dedicado tanto [na campanha dele].
> PJ: Qual o nome dele?
> T: Francisco das Chagas Mesquita, prefeito, está afastado, e em outros municípios também eu me dediquei muito a eleições de figuras que ganharam e que perderam, mas que a maioria delas eu que ajudei nas eleições de alguns prefeitos e que na minha eleição já não estavam mais comigo, foram cooptados pelo governo ou pelas obras e benesses trazidas por alguns parlamentares em detrimento de compartilhado de pensamentos de termos trabalhados juntos na eleição. Mesmo algumas pessoas que eu apoiei foram derrotadas, por questões meramente pragmáticas não puderam me acompanhar na minha eleição pra deputado talvez isso tenha sido uma grande derrota de ver que as pessoas não resistiram aos encantos do governo e esqueceram as dificuldades, os embates na luta da eleição contra candidatos colocados pelo mesmo governo que os cooptou mais na frente, e tenha abandonado a nossa bandeira política e deixado de ajudar, participar da eleição, de transferir, dar o seu apoio a nossa candidatura. É uma coisa que eu acho que fica como derrota, ao mesmo tempo fica também dessa experiência o ganho de... Mas eu acho que foram mais ganhos porque eu sempre, graças a Deus, tive a clareza e a lucidez de saber tirar de toda experiência o seu lado positivo e usá-lo da melhor forma possível.

Fotografia 6: Cândida Figueiredo, Tomás Figueiredo e Tomás Filho na Câmara Municipal de Santa Quitéria, dia 1º de janeiro de 2009, para a posse de Chagas Mesquita[38]. Fonte: http://www.santaquiteria.ce.gov.br/_santaquiteria2008.php?op=300&id_srv=2&id_tpc=11&nid_tpc=&id_grp=1&add=&lk=1&nti=201&l_nti=S&itg=S&st=&dst=3

No ano de 2008, Tomás Filho estava em pleno exercício do mandato legislativo, seu pai era prefeito de Santa Quitéria e Francisco das Chagas Mesquita, ou Chagas Mesquita, era o candidato apoiado pelos Figueiredo de Paula Pessoa. Segundo os relatos de informantes, os laços de que fidelidade a família do pesquisado tinham com Chagas Mesquita foram rompidos, e outros candidatos apoiados por eles não obtiveram vitória no pleito ou foram "cooptados" pela influência do grupo político do então governador Cid Ferreira Gomes (PSB). A questão do investimento feito em um candidato surge na fala do pesquisado: "[...] me dediquei a um candidato que era do PSDB e tudo, e quando entrou na prefeitura foi um verdadeiro desastre. Ele terminou sendo cooptado pelo governo e virando adversário político". Ao investir tempo, dinheiro, prestígio em um candidato ou em um político, o doador espera o retorno desse investimento não necessariamente através do mesmo bem investido, mas de algo de valor social equivalente. Marcel Mauss (1974) descreveu uma dinâmica relacional semelhante a esta através do texto *Ensaio sobre a dádiva*, no qual ele percebe que a comercialização de objetos

[38] Segundo o pesquisado, o nome do plenário da Câmara municipal de Santa Quitéria é uma homenagem a um parente que atuou na política local. Ver http://www.tre-ce.gov.br/tre/download/Eleicoes%201958.pdf .

entre os grupos sociais estabelece vínculos entre eles, e esses vínculos geram obrigações morais e fidelidades mútuas. O que está em jogo no relato do pesquisado não é somente o investimento material feito, mas também o investimento simbólico como o apoio dado na campanha, a ajuda na organização dos comícios, a "costura" das alianças com lideres locais para apoiar a eleição do candidato apoiado, o investimento do *capital político* da candidatura.

Podemos interpretar essas rupturas nas relações entre as lideranças municipais apoiadas e a família Figueiredo de Paula Pessoa a partir da lógica dos objetivos em jogo (BOURDIEU, 2007b). Um exemplo concreto dos conflitos ocasionados pelos objetivos do jogo político pode ser observado na relação entre esses dois grupos políticos, a família Ferreira Gomes e a família Figueiredo de Paula Pessoa. Em 1996, Cid Gomes venceu a disputa eleitoral contra Cândida Figueiredo pela prefeitura de Sobral e, dessa forma, é possível ter surgido uma rixa política entre eles. Devemos também avaliar as posições ocupadas no campo político pelos agentes envolvidos no momento histórico em que Tomás Filho foi deputado. A família Figueiredo de Paula Pessoa se encontrava em posição oposta ao grupo que comandava o governo do estado naquele momento, os Ferreira Gomes[39], e, pela lógica da reciprocidade na política estadual, quem apoiasse o mandatário do governo teria mais chances de conseguir que seus *pleitos* fossem atendidos (BEZERRA, 1999). O conflito entre a fidelidade aos eleitores, a fidelidade a um determinado partido, grupo político, ou a uma ideologia traz à tona os meandros no jogo político local, a capitação de recursos para efetivar obras nos municípios onde se localizam as bases eleitorais e para a manutenção da legitimidade deste modelo de representação política.

[39] Os Ferreira Gomes são uma família marcada pela tradição política no Ceará, sendo seus expoentes na atualidade os irmãos Cid, Ciro, e Ivo Ferreira Gomes. Atualmente Cid é governador do Ceará, ex-deputado estadual e ex-prefeito de Sobral, Ciro é ex-prefeito de Fortaleza, ex-deputado federal e estadual, ex-governador, ex-ministro, Ivo é ex-prefeito de Sobral, atual chefe de gabinete no governo do irmão e deputado estadual licenciado.

4.2 Entre o candidato e o anfitrião: o caráter individual e coletivo no aniversário de um político

> Na festa, o político é um entre muitos, mais um no meio do povo, com ele se mistura, sem que com ele se confunda.
> (CHAVES, 1996, p.142)

Para Kuschnir (2007), podemos interpretar que os rituais no campo político têm o poder de reforçar e atualizar os papéis sociais de seus participantes. Um dos possíveis sentidos para os rituais pode ser a certificação da identidade social do agente político como alguém digno de exercer o mandato, e esse tipo de justificação ocorre geralmente no momento em que a legitimidade do agente é posta à prova (na eleição), e, no caso de um candidato a reeleição, o ritual é usado como mecanismo de revitalização da identidade progressivamente desgastada no curso do mandato exercido. Em suma, para Kuschnir, os rituais políticos têm a seguinte dinâmica:

> Sua motivação central é certificar a identidade do candidato como político digno do exercício de um mandato, justamente em um momento em que esta identidade está ameaçada pela aproximação das eleições e pelo caráter secreto do voto (2007, p.38).

É nesse sentido que, através da observação do ritual de aniversário do candidato busco interpretar os diferentes papéis sociais estabelecidos e as relações de influência entre o político e seus apoiadores-convidados.

Em um momento especifico durante a pesquisa de campo, pude, de maneira mais clara, avaliar os papéis sociais estabelecidos dentro do grupo que apoiava Tomás Filho. Era dia 23 de agosto de 2010 quando eu recebi um convite por *e-mail* para a festa de aniversário do pesquisado. A festa ocorreu no dia 25 de agosto, quarta-feira, no Iate Club, em Fortaleza, às 20h. Eu cheguei lá as 20h25min e fiquei até as 02h30min. O local é afamado por ser palco de eventos e celebrações das camadas abastadas da cidade. Convidei um colega advogado, Breno Chaves, para me ajudar a identificar quem eram os convidados da festa. Ele tinha amplo conhecimento dos rostos e dos nomes das pessoas influentes no campo político e econômico de Fortaleza.

Havia entre 100 e 200 mesas, e a maioria das pessoas estava de traje estilo esporte fino ou terno completo. Havia três fotógrafos que registravam a presença dos convidados mais ilustres logo na entrada, tocava a banda Paulo Calado e Forró

do Bom[40], um *buffet* servia alimentos requintados e *drinks* variados, havia seguranças na entrada e uma fila imensa de carros estacionados do lado de fora. Um contraste se revelou quando observei que em frente, do outro lado da rua, estava localizada uma das comunidades mais carentes de Fortaleza, o Morro Santa Terezinha e o Bairro Castelo Encantado. Durante a festa, ouvi alguém comentando: "Parece dia de eleição", e, de fato, na festa estavam reunidos políticos, empresários, correligionários e amigos dos Figueiredo de Paula Pessoa, o que marcava a essência política daquele aniversário. O elemento mais expressivo do caráter ambíguo do evento, sem dúvida, era um bolo de aniversário coberto com os adesivos que faziam menção à campanha eleitoral[41] de Tomás Filho e a frase escrita em glacê dizendo: "Tomás, feliz tempo novo", uma referência direta ao seu slogan de campanha, que dizia "é tempo de Deputado Federal novo!". De certa forma, o bolo indicava a mistura entre o caráter público e o caráter privado da festa.

Fotografia 7: Bolo de aniversário de Tomás Filho em 2010.

[40] Paulo Calado e Forró do Bom são um conjunto de música muito conhecido por tocar em grandes eventos de forró no Ceará.
[41] Foram retirados o nome político de Tomás Filho e seu numero eleitoral dos adesivos por questões legais, pois a legislação eleitoral não permitia eventos musicais para fins eleitorais.

Figura 2: "Praguinha" da campanha eleitoral de Tomás Filho em 2010.

Figura 3: "Santinho" da campanha eleitoral de Tomás Filho em 2010.

Era *tempo da política* (PALMEIRA, 2002), ano de eleição, e Tomás Filho concorria à vaga de deputado federal. Christine Chaves descreve da seguinte forma a categoria citada:

> Trata-se de um período liminar, em que não só as divisões, mas também as ambiguidades são explicitadas, permitindo sua resolução ou regulação, de modo a que possam se manter "sob controle" no período entre eleições. É um período de conflito autorizado e com uma dimensão festiva manifesta, não só na excitação despertada e nas comemorações internas a cada facção, mas também no prazer dos embates mais ou menos simulados entre contendores e na consciência do papel da disputa no sentido de integração (1996, p.161).

O *tempo da política* em que o pesquisado se inseria pode ser caracterizado por conflitos na estabilidade e manutenção das identidades políticas dos agentes envolvidos, pode ser caracterizado também como um período político de acirramento legitimado socialmente. Neste período não só os políticos perdem progressivamente a definição clara de suas posições, como também o eleitor e a comunidade

começam a se rearranjar entre os lados da disputa[42]. Durante o aniversário, pude perceber a necessidade do posicionamento quando algumas pessoas buscavam adesivos circulares com a foto e o número eleitoral de Tomás Filho para oferecer aos convidados discretamente[43]. Aceitar ou rejeitar o adesivo significaria estar ou não apoiando o anfitrião. Esses adesivos pareciam ser oferecidos àqueles que se tinha a dúvida sobre seu apoio, para buscar definir sua posição, ou àqueles que certamente apoiavam.

A partir do relato extraído do diário de campo, pudemos avaliar determinadas características do modo de fazer política do pesquisado. O cenário do evento era composto por vários símbolos de distinção que iam desde as bebidas, os alimentos servidos, os serviços prestados (seguranças, garçons, *etc*), a reputação do local do evento, os convidados escolhidos e a apresentação do anfitrião.

Fotografia 8:Tomás Figueiredo (pai), Cândida Figueiredo, Tomás Filho e Natália Leite (sua namorada na época).

Cândida e Tomás Figueiredo pai estavam presentes juntamente com muitos parentes. Cândida parecia orientar a todos, garçons, fotógrafos, parentes e, inclusive, Tomás Filho. Eu a ouvi orientando os assessores de Tomás a “circular na festa e fazer a social”. Tomás Filho permaneceu boa parte do início do evento na entrada cumprimentando os convidados solenemente, e, depois que a maioria chegou o pesquisado começou, a circular entre as mesas e ocasionalmente conversava com convidados. Durante a maioria do tempo, ele estava cercado por pessoas que queriam sua atenção. Em determinado momento, observei a festa de um ponto distante do qual podia ver a dinâmica dos convidados em uma perspectiva

[42] Este fenômeno pode ser observado com mais clareza em comunidades pequenas.
[43] No momento, a legislação eleitoral proibia esse tipo de associação entre festejos e apoio político. Isso explica a discrição na distribuição dos adesivos.

panorâmica. Aos poucos notei que era possível delinear os grupos que compunham os convidados pela composição dos membros das mesas. Analisando a cultura balinesa, Geertz (1980) afirma que o *status*, o posto social de um agente, pode ser avaliado de acordo com sua distância da divindade cultuada durante um ritual. Da mesma forma, a proximidade entre o anfitrião e o convidado revela o lugar social e o prestígio do convidado em relação ao anfitrião e vice-versa. A luta dos convidados para se aproximar de Tomás Filho concedeu valiosas pistas sobre disposição geográfica do poder durante o festejo.

Breno Chaves identificou um antigo amigo de colégio e me convidou para sentar junto a ele à mesa. Conversando, descubro que o sogro do amigo de Breno é chefe de um comitê eleitoral de Tomás Filho em Sobral. Durante esse momento da pesquisa, observei a relação de familiaridade que Tomás Filho mantinha com seus aliados políticos e qual relação havia com sua posição social. De certa forma, a posição social dos convidados tinha muito em comum com a posição do anfitrião. O amigo de Breno disse que sua cunhada era afilhada do tio de Tomás, Alexandre Figueiredo, e os pais de sua esposa eram amigos da família de Tomás Filho. Segundo ele, daí surgiu o convite para seu sogro chefiar esse comitê eleitoral.

Conversando com Breno, ele me a ponta alguns nomes de membros influentes presentes na festa: Erinaldo Dantas, ex-candidato à presidência da OAB-CE[44], Hélio Leitão, ex-presidente da OAB-CE, Eduardo Monte, vice-prefeito de Santa Quitéria. Decidi transitar pela festa e descobri outras figuras “ilustres”, como os deputados Gony Arruda (PSDB), Hermínio Resende (PSL), Pedro Fiúza, então candidato a vice-governador do estado na chapa de Marcos Cals (PSDB), Djalma Pinto, ex-procurador-geral do estado, Oscar Costa Filho, procurador da República, Carlos Fujita, sócio na construtora Fujita, Isaías C.D. e André Camurça, donos de bandas musicais de Forró famosas no Ceará. Depois descobri que alguns dos convidados eram filiados a outros partidos políticos e até antagonistas ao ideal e à posição político do anfitrião. Este pode ser um indicativo da função do partido político em relação aos interesses e objetivos políticos para os Figueiredo de Paula Pessoa. Seguindo nesse sentido, podemos interpretar que outras relações sociais como a profissional, a familiar, a afetiva ou a econômica, podem ter um papel protagonista

[44] Ordem dos Advogados do Brasil, secção Ceará.

na lógica política de agir do pesquisado, posto que a escolha dos convidados passou pelo crivo do candidato-anfitrião.

Em meio a uma multidão de *pessoas,* eu reconheci um pequeno grupo de lideranças comunitárias do Dendê, oriundas do bairro Edson Queirós. Eles eram poucos no evento[45]. A maioria dos convidados estava trajando roupas refinadas e aparentava pertencer à elite política e econômica de Fortaleza, já as lideranças comunitárias trajavam roupas mais simples. Isso pode revelar a distinção entre as posições dos convidados apoiadores e também a própria distância geográfica entre o local do evento em relação à maioria das bases eleitorais de Tomás Filho, situadas no Interior do estado. Tal fato pode ter dificultado a vinda de boa parte dos apoiadores-convidados. Como observou Kuschnir:

> [Neste tipo de evento] Combinam-se aqui doação/hierarquia e congregação/igualdade. [...] A sociabilidade está presente na sua dimensão igualitária, assim como a não sociabilidade e as diferenças hierárquicas. [..] Não se trata simplificadamente de um ritual de celebração dos valores democráticos. Existe uma encenação da igualdade, mas essa igualdade é temporária e liminar, reforçando diferenças duradouras impregnadas nos papeis sociais em jogo (2007, p.41-44).

As distâncias entre as posições sociais neste evento parecem desaparecer "momentaneamente", mas, como sugere a autora, a encenação de igualdade é uma peça que compõe a teatralidade da igualdade na política.

A simbologia utilizada pelo político se torna um instrumento de apresentação e representação para a construção da reputação do político-candidato, portanto através dos sentidos que lhes são atribuídos, passa a ter significados sociais definidos. Os símbolos da cerimônia adquirem a característica de revelar e dissimular o poder do anfitrião ou homenageado, na tentativa de criar uma imagem para os convidados. Como sugere Geertz (1980, p.155): "A simbologia política é ideologia política, e a ideologia política é hipocrisia de classe.". Essa hipocrisia a que se refere o autor não deve ser interpretada no sentido moral, mas sim como tentativa de apresentar uma simulação ou ostentação do poder de um grupo, seja pela força de seus aliados presentes, seja pelos capitais apresentados durante a festividade.

Através dos convidados, podemos conhecer muito sobre o anfitrião. Os capitais de *notoriedade* e *popularidade* (BOURDIEU, 2007a) de Tomás Filho junto ao um

[45] Posteriormente consultei uma cerimonialista sobre os custos de um evento desse porte, fiz uma estimativa de 2500 convidados, e ela indicou um valor aproximado de R$ 30 mil. Porém, existe a possibilidade de os apoiadores terem custeado parte dos encargos do evento, pelo fato de não se tratar de um simples aniversário, mas sim de um evento com caráter também político. Tudo ali estava permeado por relações de lealdade e apoio político.

grupo socialmente definido são instrumentalizadas para a capitação de apoiadores, e essa relação constrói um pacto não verbalizado de concessão de reconhecimento recíproco entre o político-anfitrião e os apoiadores-convidados. Na lógica do jogo político analisado, Tomás Filho apresenta determinadas características especificas, como reputação, capitais e vínculos, que o qualificam a ser dignatário legítimo para o grupo que lhe apoia, na medida em que esse grupo o reconhece como um indivíduo "notável", a partir da visão de mundo e valores estabelecidos no grupo apoiador. Nesse sentido, a simbologia política pode ser interpretada como uma materialização da ideologia política de classe, pois os símbolos trazem à tona ideais e valores sociais estabelecidos.

Fotografia 9: Pedro Fiúza (candidato na época a vice-governador do Ceará pelo PSDB), Tomás Filho (deputado estadual e candidato a deputado federal pelo PSDB), Gony Arruda (deputado estadual pelo PSDB) e Tomás Figueiredo pai (ex-prefeito de Santa Quitéria, ex-membro do PSDB, atualmente no PTB). Fonte: http://www2.frontstage.com.br/evento.php?eventoId=236

No evento, encontrei boa parte dos assessores que trabalhavam na AL-CE para Tomás Filho, Gustavo Queiroz, Juliana Coelho, Roberta Arrais, Mariana[46], Kelvia Ravena[47], Jean e Seu Alderi[48]. A presença dos assessores não era uma obrigação explícita ou necessariamente verbalizada pelo político-anfitrião, mas essa obrigação se encontra na dimensão implícita das fidelidades estabelecidas entre

[46] Durante o ano em que passei visitando o gabinete, Marina não quis me dar uma entrevista formal, só conversamos de maneira informal, e ela não quis me dar seu nome completo por receio das conseqüências da pesquisa.

[47] Kelvia Ravena não era estritamente uma assessora. Ela era colega de Tomás Filho no escritório de advocacia onde Gustavo Queiroz e eles trabalhavam durante a época da pesquisa de campo, no ano de 2010. Pude observar várias vezes Kelvia Ravena indo ao gabinete de Tomás na AL-CE para resolver questões jurídicas ligadas à atuação política de Tomás Filho. No decorrer do texto irei descrever o papel dos assessores em relação ao pesquisado.

[48] Seu Alderi era funcionário efetivo da AL-CE, e guardava vínculos antigos com a Família de Tomás Filho.

assessor e político, onde a recusa de prestigiar o evento pode despertar desconfiança e sanções entre as partes.

Fui apresentado pelos assessores a uma mulher chamada “Mazé”, que afirmou trabalhar no comitê de reeleição de Tomás Filho em Sobral, ela disse ter trabalhado anteriormente nas campanhas de outros membros da família, como da mãe, do pai e do tio do pesquisado. Ela comentou que Tasso Jereissati[49] (PSDB) falou que “Tomás Filho é o seu candidato a deputado federal”[50], e que, no dia seguinte ao aniversário dele haveria também outra comemoração similar em Sobral.

Em outros momentos, observei que alguns assessores já estavam com a família Figueiredo de Paula Pessoa há algum tempo. A relação de troca entre os assessores e o político é algo diretamente ligado à fidelidade entre as parte. Essa troca se estabelece não só no salário pago aos assessores, seja com o dinheiro do próprio político ou com cargo público comissionado, mas também nos papéis que cada um desenvolve em relação ao outro. Se por um lado o assessor pode ser elo entre o parlamentar e as bases eleitorais, os órgãos públicos[51], as empresas, o político pode ser um importante aliado para resolver demandas pessoais do assessor, usando seu prestígio como um facilitador, que através de seu status pode trazer vantagens aos seus assessores.

---

[49] “Filho do senador Carlos Jereissati e de Maria de Lourdes Ribeiro Jereissati. Formado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas, foi líder empresarial e governou o Estado do Ceará em três gestões: 1987/1990, 1995/1998 e 1999/2002. Eleito Senador da República pelo PSDB, em outubro 2002, com 1.915.781 votos, Tasso Jereissati exerceu o mandato no período de 2003 a 2011. Como candidato nas últimas eleições ao Senado, não conseguiu ser reeleito, sendo a primeira vez que perde uma eleição. Na condição de uma das principais lideranças nacionais do PSDB, Tasso Jereissati foi presidente nacional do Partido em duas oportunidades: 1991 a 1993 e 2005 a 2007. No seu primeiro mandato, exerceu importante papel na consolidação da candidatura de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República. Em 28 de maio de 2011, assumiu a presidência nacional do Instituto Teotônio Vilela, órgão de formação política do PSDB.” (Verbete sobre Tasso Jereissati disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Tasso_Jereissati , acessado em 3 jul 2011).

[50] Para ver o vídeo onde Tasso Jereissati fala do seu apoio a Tomás Filho, acesse o seguinte link: http://www.youtube.com/watch?v=eZ8F3wsZF_E#t=1m38s .

[51] Caso o assessor já seja funcionário público ou funcionário de uma empresa, ele pode ter acesso a serviços e pessoas que podem ser úteis aos interesses do político.

5. Partido, Gabinete e Assembleia: três lógicas da política

/O herói dos dias úteis/Misturando-se às pessoas que o fizeram/
/ formado, reformado, engomado/Num sorriso fabricado/
Pela escola da ilusão/Tem jeito de perfeito
no defeito/Sem ter feito com proveito/Aproveita a ocasião
(Raul Seixas)

Durante as observações de campo, pude perceber que a conduta e o discurso político dos deputados eram diferentes, de acordo com o espaço social em que estava atuando. As lógicas de atuação analisadas foram: a relação com o partido do qual faz parte, a relação com os assessores parlamentares de seu gabinete e a relação com os colegas de parlamento. Apesar de serem espaços distintos e terem lógicas de ação diferentes, esses espaços se comunicam e dialogam entre si, e guardam uma estreita ligação com a lógica de atuação do deputado.

5.1 O partido político

O amigo do meu amigo é meu amigo.
O amigo do meu inimigo é meu inimigo e
o inimigo do meu inimigo é meu amigo.
(Ditado popular)

Durante a trajetória política do pesquisado pude identificar que sua relação com o partido político foi delimitada, pois ele só se engajou mais intensamente no PSDB faltando meses para a disputa eleitoral de 2006 e até então nunca havia se filiado a nenhum partido. Portanto, os dados aqui analisados remetem ao contato de Tomás Filho com o PSDB antes da campanha eleitoral de 2006 até o final de seu mandato, no final de 2010.

Além da adesão dos pais e "amigos-apoiadores" para a campanha eleitoral de Tomás Filho, também existiu a necessidade do apoio de um partido político para que sua candidatura se efetivasse. Sobre essa questão, o pesquisado narrou da seguinte forma:

> PJ: Você teve que convencer as lideranças partidárias para ser candidato?
> T: Não tive, porque o que na verdade eu tive foi que buscar, até porque eu tinha interesse de ser candidato pelo PSDB, isso era uma vontade minha, eu jamais, em momento algum, eu abriria mão de ser candidato pelo PSDB por mais difícil que fosse, porque na época que fui candidato, o PSDB era um partido que fazia parte [da base aliada] do governo [do estado], o ex-governador Lúcio Alcântara era o governador e iria para reeleição, e, como todo partido que está no governo, contava com grandes expoentes da

> política, nomes já consolidados, muitos e muitos candidatos à vaga de deputado, havia uma bancada enorme, acho que em torno de 20 deputados, e tinha muitos e iam pra muitas [reeleições e novas] candidaturas, porém eu já tinha o histórico familiar de presença na política, e aquilo interessava ao PSDB, mais eu conversei com diversas pessoas, com o próprio Senador Tasso, demonstrando meu espírito público, minha grande vontade de prestar esse serviço como deputado estadual, mais não tive maiores dificuldades.

Segundo o pesquisado, não houve a necessidade de disputar uma vaga para candidatar-se em 2006. Para ele, os dirigentes do partido lhe reconheciam potencialidades a partir das características do seu perfil: jovem, com um capital escolar alto, com capital econômico e tempo disponível para investir na campanha eleitoral, membro de uma família com tradição política. Como sugere o entrevistado, ele só precisou "buscar" esse apoio, que de pronto lhe foi dado. Seu perfil atendia aos requisitos que eram necessários para um futuro deputado estadual, na visão dos dirigentes partidários. A identidade política do pesquisado formada e reformada no decorrer de sua trajetória de vida guardava semelhança e afinidade com as características políticas do partido político.

Houve aqui o que podemos categorizar como um processo de *reconversão de capitais* (BOURDIEU, 2007b), que se dá a partir da legitimação de um determinado capital detido sob um campo (neste caso, o capital escolar, capital econômico, *capital social*) em outra espécie, que seja do interesse do agente e que seja mais lucrativa (neste caso capital político partidário). Observou-se que o PSDB buscava, naquele momento, candidatos que tivessem o perfil similar ao de Tomás Filho, e Tomás Filho buscava um partido político com o perfil similar ao do PSDB. Como sugere o próprio pesquisado: *[...] em momento algum eu abriria mão de ser candidato pelo PSDB. [...] Eu já tinha o histórico familiar de presença na política e aquilo interessava ao PSDB.* Podemos entender que existe uma homologia entre o *habitus político*, de Tomás Filho e o *habitus* político do PSDB.

De certa forma, o estilo de "fazer política" do investigado se aproximava das bases empresariais em relação ao estilo tradicionalista rural, do qual seus pais eram mais próximos. Um indicativo surge na fala do pesquisado ao narrar sua aproximação com o líder político Tasso Jereissati. Ao apresentar "seu espírito público e sua grande vontade de prestar esse serviço como deputado estadual", o pesquisado demonstra afinidade com o representante de uma elite política local, que foi expoente dos interesses empresariais e industriais no final da década de 80 até o

ano de 2010, data em que Tasso perdeu a disputa para o cargo de senador contra José Pimentel (PT-CE) e Eunício Oliveira (PMDB-CE), apoiados pelo então governador do Ceará, Cid Ferreira Gomes[52] (PSB-CE) e o presidente da Republica, Luis Inácio Lula da Silva (PT-SP). Em entrevista, perguntei ao pesquisado quando e onde foi o primeiro contato com o Tasso Jereissati, e ele respondeu o seguinte:

> O primeiro contato com intuito político [...] Eu não me lembro bem a data. Foi algo em torno do fim de 2005 e inicio de 2006. No final daquele processo de discussão que a deputada Cândida não seria mais candidata. A gente estava em dúvida de procurar um candidato ou não. [...] Após eu tomar a decisão – eu vou ser o candidato – aí eu fui até o escritório político do senador Tasso na Rua Professor Dias da Rocha, e aí foi o primeiro contato mesmo. Eu cheguei lá e disse que tinha intenção de me candidatar, e que essa intenção era pelo PSDB, apesar de que na época o PSDB era um partido grande, com muitos figurões, e que uma eleição, falando-se pragmaticamente, disputar através do PSBD uma eleição proporcional seria muito dura, muito difícil. Porque para eu ser eleito teria que ter um nível de votos muito alto, mas mesmo assim eu disse: "Só serei candidato se for pelo PSDB, porque é um partido que eu me identifico".

O pretendente a deputado estadual, Tomás Filho, antes de iniciar a campanha eleitoral procura apoio em uma liderança nacional do partido como forma de legitimar sua candidatura em relação aos colegas e conseguir apoio e prestígio para sua eleição. O papel do apoiador dentro do partido surge na fala do pesquisado como uma estratégia em relação à preocupação com o coeficiente eleitoral. No caso, um apoiador dentro do partido que esteja em uma posição política de prestígio em relação aos demais poderia fazer com que a candidatura do pesquisado se tornasse um foco para os demais colegas, poderia "afiançar"[53] o jovem candidato e conseguir mais apoiadores para sua eleição. A questão da identidade política aparece no discurso de Tomás Filho: "Só serei candidato se for pelo PSDB, porque é um partido que eu me identifico". No processo de construção de uma identidade política de Tomás Filho são acrescentadas novas referências do campo político, seja através das relações sociais estabelecidas, seja com uma liderança partidária ou com os parentes.

O cientista político Valmir Lopes faz a seguinte reflexão sobre as características do ciclo político de hegemonia do governo Tasso, pautado nos estudos de Maria Auxiliadora Lemenhe:

---

[52] Antigo opositor do grupo político da Família Figueiredo de Paula Pessoa.

[53] A palavra "afiançar" está no sentido de dar credibilidade, no sentido de ser fiador ou responsável por aquele candidato, um fiador de capitais simbólicos e (ou) materiais.

> Ao refletir sobre o surgimento do novo ciclo político, Lemenhe (1995) ressalta elementos de novidade política com Tasso, mas identifica igualmente elementos da antiga tradição oligárquica. A percepção destes traços ocorre no uso dos mesmos, mecanismos de manutenção do controle político e de práticas políticas patrimonialistas. Mesmo considerando que uma elite burguesa industrial passa a controlar e dirigir o poder público, a sua marca de distinção se aplica ao fato de serem forças urbanas e industriais, enquanto seus opositores representavam forças agrárias e o tradicionalismo na política. Embora a nova elite dirigente exija outros códigos de conduta política, pelo menos publicamente, na realidade efetiva da condução do poder, renova maneiras corriqueiras de fazer política (LOPES, 2005, p.118).

O antigo e o moderno convivem em um jogo de contradições, logo podemos compreender que há características da tradição oligárquica ruralista na atuação política de Tomás Filho ao mesmo tempo em que novas práticas vão sendo estabelecidas. Exemplos disso podem ser observados na maneira como foi formada sua base eleitoral em 2006 através das alianças com os "amigos da família" do pesquisado nas cidades do Interior do Ceará e na própria atuação política durante seu mandato de 2007 a 2010[54]. A presença desses elementos pode ser interpretada como parte do processo de formação política do próprio deputado. Devido à pouca experiência na atuação política, o modo de fazer política do investigado ainda estava dependente do *modus operandi* de sua família. De certa forma, a entrada do pesquisado na vida da política institucional significou um rito de passagem para a vida adulta. Nesta carreira política, ele ainda é influenciado pelos pais diretamente, porém com autonomia para tomar suas próprias decisões e enfrentar suas consequências.

A matéria divulgada pelo *site* do jornal Diário do Nordeste, no dia 31 de março de 2007, intitulada *Requerimento motiva novos debates na AL*, faz menção ao pesquisado na seguinte forma:

> Os deputados do PSDB para evitar uma nova derrota deixaram o plenário da Assembleia, antes da votação. O requerimento de João Jaime propõe a formação de uma comissão, composta por nove parlamentares, para acompanhar as investigações que estão sendo promovidas pelos Ministérios Público Federal e Estadual, Tribunal de Contas da União [TCU] e Tribunal de Contas dos Municípios [TCM] sobre os gastos com o réveillon. Diante de mais uma iminente derrota do PSDB em uma votação no plenário, a bancada tucana optou por obstruir a votação[55]. O anúncio foi feito pelo

[54] Posteriormente será avaliada a atuação como parlamentar estadual no tópico "Assembleia", deste mesmo capítulo.

[55] A obstrução é um mecanismo muito utilizado nos parlamentos como forma de evitar que uma votação de uma matéria contrária a seus interesses ocorra. Os parlamentares que são contrários ao tema votado se retiram em conjunto do parlamento para que não haja a quantidade legal necessária de legisladores para acontecer a votação. Desta maneira, o andamento para que a matéria seja votada é inviabilizando.

> vice-líder do PSDB na Assembleia, deputado Tomás Figueiredo Filho. Após o anúncio da obstrução, o parlamentar pediu a verificação de quórum. Embora o painel eletrônico registrasse a presença de 36 parlamentares, apenas 20 permaneceram no local no momento da conferência das presenças. Os deputados Heitor Férrer (PDT) e Ely Aguiar (PSDC), que haviam se posicionados contrários à CPI, declararam apoio ao requerimento de João Jaime. Os deputados Ferreira Aragão (PDT), Lula Morais (PCdoB), Wellington Landim (PSB), Francisco Caminha (PHS) e Augustinho Moreira (PV) reprovaram a iniciativa do tucanato, em propor a criação de uma comissão. O líder do governo Cid Gomes (PSB) na Casa, deputado Nelson Martins (PT), também se pronunciou contra o requerimento. Eles consideram uma intromissão o acompanhamento da Assembleia na investigação (DIÁRIO DO NORDESTE, 2007a) (Grifos meus).

Alguns pontos merecem destaque da matéria. 1) O fato de o pesquisado ter sido escolhido pelos colegas de partido como porta-voz do partido e vice-líder da bancada indica que ele tinha o reconhecimento em um grupo de 14 deputados, dos quais alguns já estavam na quarta legislatura como deputados estaduais. O que este jovem parlamentar tinha que o colocava em uma posição diferente entre seus colegas de partido? Sobre as distribuições de benesses pelos partidos políticos aos seus filiados, Weber (2002) assinala que no passado as retribuições materiais eram recompensas típicas para o apoio aos monarcas em troca de serviços leais, já na modernidade, a ferramenta típica utilizada pelos partidos políticos para consolidar estas fidelidades é a distribuição de cargos públicos. Nesse sentido, as lutas partidárias são também lutas pelo controle de cargos.

Uma possível interpretação é a de que os capitais acumulados na trajetória de Tomás Filho se mostravam eficazes também dentro da esfera partidária, pois seria pouco provável um novato conseguir tais distinções em troca de nada ou sem que apresentasse os requisitos socialmente construídos e valorizados para obter os cargos em questão. 2) Outro ponto a ser pensado sobre os dados obtidos no artigo jornalístico citado é o de que o partido político do pesquisado estava em uma disputa política com o governo do estado apoiado pela bancada governista, pela instalação de uma CPI – comissão parlamentar de inquérito – que investigaria irregularidades nas contas do *réveillon* promovido pela prefeitura de Fortaleza[56]. No momento em questão, a prefeita Luizianne Lins (PT), juntamente com seu partido, fazia parte da rede de apoiadores do governo estadual, e a posição política do partido político do pesquisado ainda não era clara em relação ao governo de Cid Gomes. De um lado da disputa existia o governador, a prefeita, parte considerável dos deputados da

[56] Capital do estado do Ceará.

bancada governista que estava se formando (seis se pronunciaram contra a CPI) e do outro lado havia os deputados do PSDB, a maior bancada partidária da Assembleia daquela legislatura[57]. No entanto, o partido do pesquisado estava dividido politicamente entre um grupo que simpatizava com o governo estadual e outro que estava se aproximando da oposição. Na percepção do parlamentar, seu partido passou a se configurar da seguinte forma:

> T: [...] o que aconteceu principalmente na legislatura atual, que é a que eu faço parte, é que houve um racha entre o PSDB governo e o PSDB oposição, dentro do Estado do Ceará, e que isso não funciona de uma forma muito clara, porque tem gente que a impressa e muita gente considera (alguns parlamentares do PSDB) como governista, porém muitas vezes esses parlamentares tecem criticas ao governo porque não compartilha do conceito do governo. Até porque o PSDB nunca participou como um opinador nas políticas públicas do governo que está ai. O PSDB participou operacionalmente em umas secretárias como executor dos planos que foram traçados por outros partidos. [...] Então nos fomos meros executores de uma política maior que foi traçada lá pelo PT, PSB, PMDB, e nós não colocamos nossas ideias ali, somos meros executores. Então, assim, tem gente que é considerado governista e não compartilha [das ideias do governo] e tem gente que é considerado PSDB oposicionista, adversário do governo, mas tem muito mais ligação com os pensamentos que estão lá colocados do que... [breve pausa] Então há uma mistura, mas a separação que aconteceu nos últimos tempos [final da legislatura[58]] foi exatamente de quem ficou com o governo e de quem não ficou com o governo, que não é uma separação clara, não tem nada claro.

Logo no início dessa legislatura, o governador Cid Gomes convidou alguns dos candidatos mais bem votados à vaga de deputado estadual e membros de alguns partidos (PSB, PT, PMDB, PRB, PDT, PSDB) para comporem as secretarias do estado. Dentre os convidados para os cargos estavam dois membros do PSDB, o deputado Marcos Cals e Bismark Maia. Estas concessões de postos em secretárias de estado feitas pelo governador revelam a lógica da sua estratégia política, que através de uma doação de cargos públicos, visava conseguir o apoio para conservar aliados os demais agentes políticos e construir governabilidade e governança.

Poucos meses depois do término da 27ª legislatura, os dirigentes nacionais e estaduais do PSDB iniciaram sanções institucionais e ameaças de expulsão contra os membros que apoiaram políticos de partidos adversários ao PSDB nas eleições

[57] Eram 14 deputados na bancada do PSDB, mas este número variou um pouco no decorrer da 27ª legislatura.

[58] Este trecho foi extraído de uma entrevista concedida no dia 27 de janeiro de 2011, data em que fazia pouco menos de um mês em que o mandato do pesquisado havia acabado e iniciado uma nova legislatura.

de 2010[59]. No decorrer de uma das entrevistas, Tomás Filho afirma sua posição dentro do seu partido.

> T: Eu estou no campo do PSDB oposição. Mesmo durante o período do governo Cid Gomes em que o PSDB esteve lá na base aliada, eu sempre fui da base aliada; acompanhei as votações de acordo com o partido. Muitas vezes nos posicionamos de forma muito firme para que o governo recuasse, revisse suas posições e pudesse corrigir rumos e que, assim, a gente pudesse acompanhá-lo na votação. Praticamente não houve votações que a gente votasse contra, mas sempre coloquei o meu ponto de vista de forma muito clara, inclusive tecendo críticas quando necessária à política adotada pelo governo. Então, por esse comportamento pautado na realidade, pautado no dia a dia na vida de verdade das pessoas e com a visão clara das coisas, aqueles que não estavam dispostos a mostrar a verdade das coisas ao governador, ao secretário de estado, me taxaram logo de oposição, mesmo sendo situação, mesmo sendo aliado. Então, a partir do momento que o PSDB lança um candidato próprio[60] [para governador do estado em 2010] nas eleições estaduais por enxergar que aquela política que o governador vinha adotando não era a mais benéfica para o estado do Ceará, eu facilmente me enquadrei naquele grupo defensor da nossa própria candidatura. O senador Tasso Jereissati, apoiador da primeira hora aos nossos candidatos ao governo, ao senado, inclusive candidato à presidência da república também do nosso partido, hoje continua acreditando que o PSDB tem um papel muito importante e tem que assumir (o compromisso), mais do que fazer oposição, de mostrar a verdade, de mostrar a realidade para a sociedade (Grifos meus).

Podemos entender que o investigado se define como pertencente ao grupo PSDB oposição, tanto pela sua perspectiva ideológica como parlamentar, como pelo histórico familiar anteriormente citado de disputa entre seu grupo político familiar em relação ao grupo do então governador[61]. Outro ponto relevante na fala do entrevistado é a forma como ele narra a definição dos papéis dentro do seu partido. Depreende-se do texto que os agentes políticos vinculados ao grupo governista definem os demais agentes como “oposição”. Nesse momento, entende-se que surge um processo de bipolarização no parlamento cearense, e a ideologia governista categorizará aqueles que questionavam seus interesses, no sentido a que se refere Pierre Bourdieu em sua obra *Coisas ditas*:

> [...] ao nível da luta de classes cotidiana que os agentes sociais travam de maneira isolada e dispersa, estão os insultos, enquanto tentativas mágicas de categorizar (kathegoresthai, de onde vêm as nossas “categorias”, significa, em grego, “acusar publicamente”). [...] Ao nível coletivo, mais propriamente político, há todas as estratégias que visam impor uma nova construção da realidade social rejeitando o velho léxico político, ou que

[59] Ver em: http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2011/06/04/noticiapoliticajornal,2252699/comissao-do-psdb-pede-expulsao-de-gony.shtml

[60] O candidato escolhido pelo partido foi o então deputado estadual Marcos Cals, que estava licenciado para o cargo de secretário na Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará.

[61] Como já o foi anteriormente citado, em 1996, Cid Gomes venceu a disputa eleitoral contra Cândida Figueiredo pela prefeitura de Sobral, dessa forma é possível ter surgido uma rixa política entre eles.

> visam conservar a visão ortodoxa conservando as palavras, que muitas vezes são eufemismos, [...] destinadas a designar o mundo social (BOURDIEU. 2004, p.162).

Obviamente, dentro desta lógica de aparente bipolaridade, podemos perceber outras facetas, no caso de parlamentares que se engajam em determinados momentos ou não em um dos lados da disputa ou até fingem estarem aliados a um grupo para obter vantagens.

A distinção categórica de PSDB oposição, feita para aqueles que discordavam das ações do governo, foi um instrumento de transformação da percepção da realidade política. Esse mecanismo de distinção marca a trajetória do deputado no parlamento. Surge na fala do parlamentar a questão da fidelidade ao partido. Tomás Filho segue as orientações do partido nas votações sobre matérias de interesse público. Ele vota de acordo com as orientações do diretório partidário, porém faz discursos que criticam e apontam sua discordância ao modelo de fazer política do governo Cid Gomes. No dia 16 de junho de 2010, o pesquisado fez um pronunciamento emblemático no plenário da AL-CE. Ele inicia o discurso se referindo à história política e à trajetória de um líder do seu partido político, Tasso Jereissati[62].

> Tasso Jereissati! O Ceará inteiro acompanhou, naquele ano de 1986, a luta de todo um Estado, através de um líder contra três coronéis. Todos os três, os três coronéis juntos contra o Ceará, contra um Ceará de joelhos. Não que os coronéis, que eram donos do poder do Estado, à época, fossem pessoas más. Até porque ninguém é 100% mal e nem 100% bom. [...] Somos humanos, somos feitos de contradições. Um dia estamos certos, um dia estamos errados. E errar é humano.
> Em 1986, no Ceará, o senhor Senador Tasso Jereissati não lutava contra pessoas, mas contra uma mentalidade que se instalou no Estado do Ceará.
> [...] E, hoje, essa mesma mentalidade que um dia dominou o Estado do Ceará, essa mesma mentalidade que tomou conta das pessoas, dos coronéis, toma conta, novamente, daqueles que governam o Estado do Ceará. [...] Quantas e quantas vezes reclamamos aqui dos desperdícios, do provincianismo, das viagens, da improvisação, da falta de gestão, da politicagem, do apadrinhamento de um governo voltado para agradar uma corriola de muitos poucos, enquanto a grande maioria, o povo, a população sofre. Faltou sensibilidade, faltou o governante de ouvidos abertos para escutar o povo e sentir o sofrimento e os anseios da sociedade. E um governante surdo não pode governar o Estado do Ceará.
> Tasso Jereissati, o desafio de governar o Estado do Ceará, mais uma vez, o chama. Aceite! (Ata da 67ª sessão ordinária da 4ª sessão legislativa da 27ª legislatura do dia 16 de junho de 2010)

[62] As atas das sessões plenárias com os pronunciamentos foram cedidas pelo Departamento Legislativo da AL-CE.

Na data do pronunciamento, faltavam menos de seis meses para as eleições de 2010, boa parte dos acordos políticos já haviam sido feitos com os aliados para a busca de votos. No decorrer da fala do pesquisado, surge como uma figura heróica o ex-senador Tasso Jereissati, dotado de bravura e coragem por ter lutado contra o poder de uma elite política dominante[63]. Vale salientar que Tasso Jereissati é filho do ex-senador Carlos Jereissati, líder político no Ceará nas décadas de 1950 e 1960. Carlos Jereissati era um empresário, industrial e banqueiro. Em 1950, hospedou o candidato Getúlio Vargas em sua fazenda na cidade de Guaramiranga, no Interior do Ceará. Depois deste contato, Getúlio Vargas foi eleito Presidente e deu o controle do PTB cearense para Carlos Jereissati, que dessa forma inicia a carreira política institucional. Em 1963, Carlos Jereissati faleceu. Já em 1986, Tasso Jereissati foi eleito governador do estado do Ceará. Apesar de não ter sido apoiado diretamente pelo seu pai em sua carreira política, recebeu apoio do movimento empresarial CIC (Centro Industrial do Ceará) do qual foi presidente (ALMEIDA, PONTES, 1999).

O Parlamentar constrói sua imagem pública em contraposição aos "agentes do atraso" quando afirma que, assim como os "coronéis" representaram uma ameaça ao estado do Ceará por serem forças contrárias ao seu crescimento, o então governo do estado estava tomado pelas "forças do atraso" naquele momento. A maneira como foram feitas as críticas ao então governador do estado e os elogios ao ex-governador Tasso Jereissati revela o distanciamento e a proximidade no campo político destes agentes em relação ao pesquisado. Segundo o documento citado, os colegas de partido não esboçaram um discurso de apoio naquele momento. A matéria *Deputados do PSDB admitem uma reversão* do jornal Diário do Nordeste, publicada dois dias depois do pronunciamento do pesquisado, afirma que:

> Ontem, na Assembleia, em meio aos comentários sobre o pronunciamento do deputado Tomás Figueiredo [Filho], na última quarta-feira, alguns dos tucanos diziam, sobre o silêncio que fizeram no curso da fala do correligionário, que a manifestação de Tomás não refletia o pensamento da bancada. (DIÁRIO DO NORDESTE, 2010)

A falta aparente do apoio dos colegas marca a intensidade dos vínculos que os colegas de legenda do pesquisado tinham com o governo estadual na época. Provavelmente, nenhum deles gostaria de ter sua imagem política vinculada a

[63] Para mais detalhes sobre o governo Tasso Jereissati no Ceará ver: PARENTE, J., ARRUDA, J.M. (orgs.). **A era Jereissati**: modernidade e mito. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.

críticas em um momento próximo às eleições para deputado estadual, visto que até então o cenário político indicava que o governo teria forte apoio para reeleição, e as eleições seriam o momento onde o poder de influência do governador poderia ser tanto nocivo como benéfico para suas candidaturas.

Aos poucos, a proximidade entre o investigado e Tasso Jereissati se notabiliza. Tal proximidade pode ser compreendida através da lógica da construção do *habitus* do pesquisado. Tomás Filho vai se distanciando do modo de fazer política de seus pais na medida em que começa a ter autonomia. Isto faz parte do processo de construção de uma identidade política do parlamentar, onde novas referências são acrescentadas e outras "adormecidas"[64]. Podemos observar isso na forma como Tomás Filho usa a figura do avô Chico Figueiredo como um referencial, fazendo uso das heranças simbólicas adquiridas para justificar sua posição no campo político e buscar dar sentido para as suas ações através delas.

> PJ: Qual foi o seu primeiro contato com o campo político?
> T: Meu primeiro contato [pausa] foi desde muito novo, meu pai ainda não era político na época, porém com meu avô... Em virtude do desempenho dele empresarial e também do setor público ele foi funcionário do Banco do Brasil junto à carteira de crédito agrícola, ele terminou entrando na política, ele foi secretário de agricultura e desenvolvimento econômico e infraestrutura do estado do Ceará na época do Governador Parsifal Barroso, era uma super secretaria que envolvia essas três áreas importantes da administração pública, terminou candidatando-se a deputado, quando eu era pequeno...

Ao ser questionado em relação ao seu primeiro contato com o campo político, o pesquisado elege o avô Chico Figueiredo como sua referência. Ele ressignifica a imagem política do avô através de elementos que lhe são familiares, como a *disposição* para o tino empresarial, o comércio, o serviço público. Algo similar ocorre na relação do pesquisado com Tasso Jereissati, um líder empresarial local, ex-administrador público. Durante uma das entrevistas, o deputado descreve o papel social, a afinidade com seus colegas de partido e Tasso Jereissati.

> PJ: Como é sua relação com seus colegas de partido?
> T: Eu tenho uma boa relação com meus colegas de partido.
> PJ: Quem você diria que são seus principais aliados no partido?
> T: Hoje, com quem eu tenho mais afinidade, sem dúvida, com o deputado Marcos Cals que foi candidato a governador pelo PSDB, sem dúvida alguma, deputado João Jaime. [pausa reflexiva]
> PJ: E Tasso Jereissati?

[64] Utilizo o termo "adormecido" no sentido que afirma Lahire (2003) ao descrever as disposições adquiridas socialmente que por um motivo ou outro não são mais desenvolvidas e permanecem como que adormecidas no patrimônio disposicional do indivíduo até que sejam utilizadas novamente.

> T: Senador Tasso sem dúvida nenhuma. Até porque ele é o grande norteador e de qualquer forma, continua sendo a bússola nossa do PSDB no estado do Ceará, mas tratando de colega deputados... (pausa reflexiva)
> PJ: De iguais?
> T: É. Porque o Tasso está em outro patamar, ele extrapola pra nós e para mim inclusive até o patamar de senador. Ele está além do cargo.
> PJ: Ele seria uma referência para você?
> T: É uma referencia política, mas em termos de colega, o deputado Marcos Cals, o deputado João Jaime, o deputado Nenêm Coelho. Mesmo ele [deputado Nenêm Coelho] divergindo de pensamento. Nesse processo [de divisão interna] do PSDB, ele se aproximou muito mais ao governo, se aliou muito mais ao governo, e eu já era de uma linha que já vinha em uma critica ao modelo implantado pelo governador atual, que já está em um novo mandato. Mesmo com essa divergência eu também tive uma boa relação de proximidade com ele [deputado. Nenêm Coelho] e uma boa relação com todos. Com alguns divergindo mais ou menos, mas a gente sempre teve uma relação de muito respeito e de muito companheirismo com os colegas de partido, mesmo sendo tantos. O PSDB tinha 15 deputados se não me engano, e a gente sabe que, quanto maior [o grupo], maiores as diferenças, maiores as individualidades de cada um, mais difícil de você ter uma relação próxima de todos. Como é muito grande [a bancada], geralmente, formam-se os pequenos grupos (Grifo meus).

Dentre os colegas de partido, Tomás Filho avalia sua proximidade com três parlamentares: deputado João Jaime, deputado Marcos Cals e deputado Nenêm Coelho. Os colegas citados pelo pesquisado eram líderes políticos com trajetórias que se caracterizavam pela instrumentalização das relações familiares no campo político e representavam um estilo de fazer política que misturava as relações de parentesco, o poder de oligarquias rurais e a classe moderna de empresários. Quando indagado sobre sua proximidade com Tasso Jereissati, o investigado descreve Tasso como alguém que se encontra em uma posição superior dentro do campo político partidário em relação a si. “Tasso está em outro patamar”, ele não está no campo dos “iguais” do ponto de vista político do parlamentar: “ele está além do cargo”. Esse diferencial nas posições entre Tomás Filho e Tasso pode ser entendido a partir da lógica dos *capitais* acumulados. Devido ao tempo empregado na política, às variações no acúmulo de *capital político*, seria como se Tasso se encontrasse em outro nível de competição, distinto de espaço social de disputa política onde Tomás Filho se encontrava. Tanto as diferenças como as semelhanças entre estes políticos operam dentro de uma lógica própria cujas regras podem ser analisadas na fala. Tasso já trazia em si uma experiência acumulado pelo tempo de embate na política e pelos postos de destaque que alcançou dentro deste campo.

Observando pelo ponto de vista das proximidades entre os “iguais”, todos os colegas citados guardam em suas trajetórias afinidades entre si e com Tomás Filho.

João Jaime tem uma relação estreita com o próprio Tasso Jereissati. Antes de ser eleito em 2006, tinha sido chefe de gabinete do governador no segundo governo de Tasso no Ceará, onde passou de 1995 a 2002. João Jaime também é casado com Márcia Jereissati, prima de Tasso Jereissati. Tanto a posição política como a familiar faz surgir cruzamentos nas trajetórias de João Jaime e Tasso Jereissati. No posto de chefia de gabinete do governo do estado, ele pôde acumular conhecimento sobre o jogo político, as estratégias de acesso, a negociação e o prestígio. Assim são descrito em seu perfil, no *site* da AL-CE, suas funções durante o período em que ocupou o cargo de confiança: "ali cuidava principalmente daqueles assuntos que requerem contatos diretos com o Chefe do Executivo Estadual, bem como de receber deputados, prefeitos, vereadores e políticos em geral." (CEARÁ, 2009a). Além disso, tanto João Jaime, Marcos Cals como Tomás Filho podem ser categorizados, no período pesquisado, dentro do grupo PSDB-oposição e também guardavam semelhanças profissionais e familiares: eles são empresários e instrumentalizaram uma tradição política de família como ferramenta no campo política. Marcos Cals é filho de César Cals, ex-ministro de Minas e Energia, ex-senador da República e ex-governador do estado do Ceará. Marcos Cals, assim como Tomás Filho, foi eleito deputado estadual relativamente jovem, com 22 anos em 1986.

Na fala do investigado pode-se interpretar a existência de uma preocupação em aparentar estabilidade e harmonia entre ele e os colegas. Entretanto podemos entender a descrição desse "companheirismo" como sendo uma espécie de corporativismo ou *esprit de corps.* Os deputados têm uma ferramenta importante que seria uma rede de simpatia, que, por exemplo, caso alguém acuse publicamente um deputado ou os grupo de parlamentares, eles têm nessa rede de simpatia uma ferramenta de defesa de suas reputações ou de seus interesses, composta entre os companheiros de oficio e apoiadores. Exemplos mais palpáveis desta relação são a APRECE (Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará) e a Associação dos Ex-Deputados Estaduais do Ceará (Assedec). Tais organizações têm agido no sentido tanto de proteger e apoiar políticos que estão exercendo ou já tiveram mandato eletivo, como também de servir como base para reuniões para a efetivação de alianças e como mecanismo de regulação da própria conduta política

dos membros[65]. Funcionam muito parecidos com a dinâmica dos sindicatos, mas, como legalmente não existe a categoria trabalhista "político"[66], não podem atuar legalmente como tal, entretanto atuam de maneira similar.

Em outras palavras, este "companheirismo" pode surgir tanto para defender a reputação do deputado como para defender os próprios interesses da classe política. Nesse sentido, afirma Christine Chaves:

> [...] Esse sentido político da identidade, embora não substitua, sobrepõe-se sociológica e ideologicamente ao papel dos partidos, às vezes com ele competindo. Como forma de referir a ação política a um contexto coletivo, a identidade assume um papel concorrente com o desempenhado por eles, seja como fundamento de associação, seja como instância de legitimação (1996, p.150).

Teoricamente, os partidos políticos são um dos mecanismos que representam a sociedade civil junto ao Estado, entretanto o que foi observado no caso, é que o partido adquire um contorno de veículo político, no sentido de se tornar um meio para atingir um fim, ou, como sugere Weber (2002, p.62) "para seus adeptos, os partidos se tornam cada vez mais um meio para alcançar o fim de ser beneficiado dessa maneira". Entretanto, todo veículo seja ele material ou imaterial, exige algo que lhe dê energia, e a energia que move a relação candidato e partido é a fidelidade[67]. A contrapartida do apoio concedido ao pesquisado pelo partido foi exemplificada por ele durante uma das entrevistas.

> PJ: Quais são os seus deveres para com o partido? Que fidelidade você devia ao partido na época de deputado estadual?
> T: Principalmente em acompanhar a linha adotada pela executiva partidária, pensamento. A executiva é uma composição que envolve diversas figuras da vida partidárias, envolve prefeito, vereador, gente que não tem mandato como deputado é aquela coisa toda, é um mix, e desse mix é que sai um pensamento do partido.

No discurso do pesquisado, surgem elementos como, a fidelidade para as orientações do partido e a composição das lideranças partidárias, de onde são emitidas essas orientações. No caso estudado, as orientações do partido tendem a ser harmônicas aos interesses do seu corpo diretivo como um todo. Através da

---

[65] Um exemplo do papel exercido pelas corporações de políticos e ex-políticos está descrito no artigo *Prefeituras investigadas: MP prepara as ações judiciais*. Disponível no seguinte endereço eletrônico: http://blogs.tvdiario.tv.br/robertomoreira/prefeituras-investigadas-mp-prepara-as-acoes-judiciais/

[66] Na prática podemos dizer que sim, existem pessoas que sobrevivem da política (WEBER, 2006).

[67] A expressão da fidelidade entre política e partido é trabalhada na seção "Assembleia" do presente trabalho.

competição pelo discurso legítimo entre as lideranças os rumos das ações do partido são traçados. A executiva partidária tem composição heterogênea, entretanto guarda em si uma regularidade latente, boa parte de seus membros são políticos experientes e de certa maneira isso influência na orientação do partido, fazendo com que os interesses de classe sejam mantidos e reproduzidos pelos políticos que atuam pela legenda.

5.2 O gabinete

> Além dos funcionários e das autoridades mais elevadas, o príncipe cercava-se de pessoas de confiança puramente pessoal – "o gabinete" e através delas tomava suas decisões [...]
> (Max Weber)

A base de dados desta sessão foi obtida nas observações diretas feitas na AL-CE, no gabinete do parlamentar estudado, em conversas informais com os assessores, no período de 23 de março de 2010 a 14 de outubro do mesmo ano. Essa sessão compreende uma análise das relações de poder entre os assessores, o público e o deputado, a forma como opera a estrutura por trás da figura do político e os mecanismos de representação que utiliza.

Busquei chegar ao prédio da AL-CE sempre às 8h, pois era o horário em que começava a movimentação de funcionários, e saia por volta de 17h. Eu frequentava os gabinetes em média quatro vezes na semana, cinco horas por visita em média. O gabinete político é composto por um espaço físico e pelo conjunto de relações sociais e agentes envolvidos no seu funcionamento.

Os papéis desempenhados pelos assessores e a dinâmica do gabinete estão diretamente ligada ao modo de atuação do político. Durante a pesquisa, eu frequentei quatro gabinetes de diferentes deputados na AL-CE. Cada um desses gabinetes tinha uma lógica própria de funcionamento pela relação entre os principais agentes envolvidos: os políticos, os assessores e a população atendida. Conforme o recorte da pesquisa foi se tornando mais claro para mim, fui priorizando a permanência no gabinete do político pesquisado, mas sem deixar plenamente de frequentar os demais por acreditar e que a observação direta da lógica de funcionamento dos outros gabinetes poderia ser útil como um contraponto

comparativo para a análise posterior. Inicialmente avalio de maneira geral os papéis comuns no espaço social do gabinete político e em seguida descrevo e analiso seus significados.

O próprio papel desempenhado pelo gabinete no jogo político é algo relevante. O gabinete representa um ponto geográfico determinado para o atendimento das demandas dos apoiadores e das demais pessoas e também uma organização. No caso, simboliza o vínculo material da relação de poder entre o eleitor, o político eleito e o Estado. Um exemplo do significado deste elo pode ser avaliado na fala de um assessor que disse o seguinte quando eu o indaguei sobre a importância do gabinete: “É aqui que a gente atende o povo, é aqui que a gente organiza o serviço do deputado, é aqui que a gente ajeita a campanha. O nome que está na porta é o dele!”. O gabinete funciona como a coxia do teatro da política, é lá onde os atores esperam e se preparam para a hora certa de entrar em cena, onde os discursos são escritos, ensaiados, e as estratégias são traçadas para a entrada no plenário. As demandas e os pedidos[68] feitos ao deputado passam por um rigoroso sistema de seleção e distribuição. Para esclarecer o fluxo das solicitações feitas ao político, desenvolvi uma infografia baseada na planta baixa do gabinete do pesquisado:

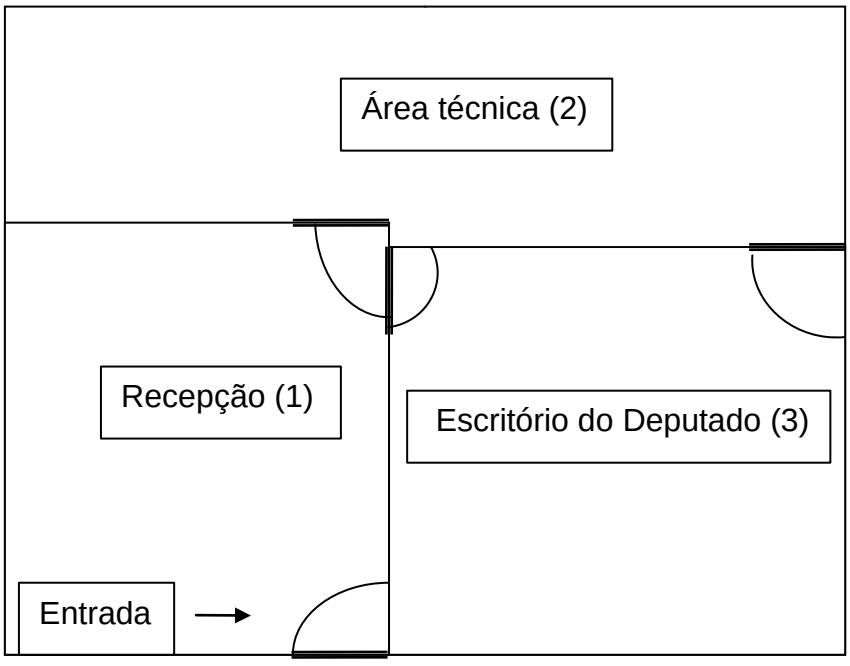


Figura 4: Fluxo de pleitos dentro do gabinete político.

[68] Ou pleitos como sugere Bezerra (1999).

Quando uma pessoa buscava a ajuda do deputado, ela poderia ligar para a recepção (1) ou ir diretamente fazer seu pedido no gabinete. A recepcionista anotava o pedido ou, se o caso só pudesse ser tratado diretamente com o deputado, ela analisava a agenda do deputado e avaliava se poderia ou não agendar uma reunião. Em seguida, geralmente ela pedia os dados da pessoa atendida como o número de telefone para contato, *e-mail*[69]*.* Após esta avaliação da recepção, o pleito seguia para as mãos de um segundo assessor na área técnica (2), que tratava de selecionar os pleitos possíveis de serem feitos dos esdrúxulos. Por sua vez, o pedido era encaminhado ao parlamentar (3), e este decidia a melhor forma de despachá-lo. Os critérios de escolha dos pleitos são aparentemente subjetivos, porém, após um olhar hermenêutico é possível traduzir a lógica empregada no processo. A prioridade das demandas está ligada à relação de fidelidade entre o político e o requerente. Sobre essa lógica, Bezerra afirma o seguinte:

> O atendimento desses pleitos é um elemento significativo na relação dos parlamentares com suas *bases* na medida em que contribui para a criação e consolidação de uma rede política do parlamentar na localidade. Uma distinção central em relação aos *pleitos* é a estabelecida entre os *pleitos* de eleitores individuais e das lideranças políticas dos municípios onde se obteve uma votação expressiva. [...] o que define o atendimento [prioritário] é a suposição por parte do parlamentar e de seus assessores de que a pessoa que o procura é "seu eleitor" (1999, p.103).

É possível que muitos pedidos de outras pessoas com maior prestígio junto ao parlamentar[70] não passassem por todo este processo, bastando no caso fazer uma ligação ou mandar um *email* diretamente ao deputado para que seu pleito seja atendido. Sobre esses pleitos, o pesquisado afirmou em entrevista o seguinte:

> T: Muitas vezes a pessoa vinha e tinha uma falta de compreensão do que é a função do deputado.
> PJ: Quais os pedidos que você recebia?
> T: Tem de tudo. Esse caso foi até pelo Orkut. A menina tinha um terreno e só faltava construir a casa e queria o material. Tinha um que queria montar uma lanchonete, mas faltava o equipamento. Quando é desse jeito, não a questão da casa que é mais complicado, o cara quer montar um negocio e tá precisando de uma ferramenta, está precisando de um instrumento para trabalhar, a gente fica com vontade de dar uma força. Mas muitas vezes as

[69] Por vezes, o número do título de eleitor também era solicitado aos eleitores atendidos em diversos gabinetes. Com isso o deputado junto com seus assessores poderia posteriormente verificar os locais de votação onde tivessem pessoas que foram ajudadas por ele e avaliar se o compromisso de reciprocidade foi cumprido pelo eleitor na hora do voto. Certamente esta estratégia não se caracteriza como "voto de cabresto", no entanto guarda similitude, pois funciona como ferramenta de monitoramento político no período eleitoral.

[70] Um pedido que venha de uma liderança de uma localidade onde o político obteve uma votação expressiva terá preferência em relação às outras onde ele não obteve tantos votos, exceto no caso do político querer expandir sua área de atuação, então ambas terão prioridade em relação às demais.

> pessoas não entendem que a força que a gente tem que dar é fazendo um *link*, informando que existe o "Cred Amigo" do Banco do Nordeste, que é um programa de microcrédito que pode viabilizar a você comprar essa máquina. Esse é o nosso papel, de levar informação, de mostrar informação que possa ajudar a concretizar o que ele procura. Às vezes, existe um imediatismo, ele quer que a gente dê o dinheiro para que ele compre a máquina para que possa funcionar. Muitas pessoas acham que é esse o papel do político, de comprar a máquina. A grande maioria acha isso, a não ser pessoas extremamente esclarecidas. Eu já recebi pedido de todo jeito, passagem de ônibus, passagem de avião para ir trabalhar fora ou para ver um doente, até mesmo uma pessoa que está doente, e me pedem um exame. Então o máximo que a gente podia a gente fazia. Quem precisasse de um exame que precisasse apenas de amizade para conseguir o exame, de interlocução política para ajudar, tirar uma pessoa do corredor de um hospital isso a gente procurava fazer. A gente tentava ajudar entrando em contato com a direção do hospital, com algum médico. Às vezes um exame mais caro que tinha que ser feito, a gente ligava para algum amigo que tivesse um laboratório e pedia para dar um desconto, ou então "faz essa caridade" e atende a pessoa, faz essa filantropia, e a gente ia se virando de todo jeito. Tem uma coisa que a gente aprende na política que para pedir para os outros é muito fácil, o constrangedor é pedir para si ou para algum familiar, mas quando a gente vai pedir para alguma pessoa necessitada, a gente fica meio sem vergonha. A gente começa a quebrar essa barreira e pede mesmo, e a gente sabe quando a pessoa está precisando. Aprende também a dosar e saber que tem coisas que não dá para fazer e também filtrar.

O investigado aponta a falta de compreensão popular sobre o papel legal do deputado estadual como sendo algo que dá margem para os pleitos individuais e pedidos de ajuda individuais. Nesse sentido podemos entender que o próprio papel do político adquiriu significados no decorrer dos anos. Foram construídas representações coletivas sobre o que um deputado poderia fazer e sobre o que ele deve fazer em relação aos eleitores. A narrativa do pesquisado aponta para a figura do político como alguém que detém um poder, e pode ser um "benfeitor" local, e, dessa forma, este papel social foi institucionalizado na história da cultura política nacional (HOLANDA, 1995; LEAL, 1975).

Essa representação social talvez esteja ligada às antigas condições materiais e simbólicas impostas pelo Estado para quem quisesse se candidatar no início da história do voto no Brasil, condições estas que ultrapassavam em muito o patamar da população comum, que na maioria das vezes nem sabia ler e escrever, tão pouco teria uma renda que atingisse o parâmetro legal para ser um candidato (NICOLAU, 2002; FAORO,1989). No decorrer da história, estes significados e papeis foram institucionalizados junto à função de deputado, que aos poucos passou a incorporá-los às suas funções cotidianas de maneira a estabelecer fidelidades com os representados através do mecanismo de dar, receber e retribuir (MAUSS,1974).

As próprias pessoas que procuram a ajuda de um deputado estadual geralmente buscam que o deputado faça algo mais do que somente a sua função. Os eleitores querem uma ajuda para limpar um terreno, querem uma ferramenta para poder trabalhar, querem material de construção para fazer suas casas, *etc*, e tais pedidos fogem das funções formais do político. Dessa maneira, o político e o eleitor se tornam reféns da própria cultura política em que atuam. Caso o deputado não "ajude" ou deixe de fazer o seu "trabalho de benfeitor local", ele corre o risco de atrair a própria inimizade dos eleitores e demais apoiadores para si.

Durante a pesquisa, pude observar que as funções dos assessores eram similares entre os gabinetes. Havia uma lógica na formação e dinâmica dos gabinetes. As funções comuns eram de chefe de gabinete, conselheiro, articulador, assessoria de impressa, assessoria jurídica, secretária, "faz-tudo". O chefe de gabinete tinha a função de gerente e segundo em comando, ele era quem encaminhava as ordens do deputado para os demais assessores e representava o político quando esse não poderia ir a algum evento. Foi observado que a posição de chefe de gabinete se caracterizava pelo vínculo de intimidade e confiança com o deputado. Sobre a relação com o chefe de gabinete, o deputado expressou o seguinte:

> T: O Gustavo que foi meu chefe de gabinete, uma figura que eu dividi meus anos de faculdade, advogado atuante, [eu o escolhi] pelo conhecimento jurídico e também pela afinidade veio integrar a equipe, bem como outros [...] O Gustavo eu conheci durante a faculdade, formou-se antes que eu ainda...
> PJ: Em que ano?
> T:Formou-se em 2003, eu fui formado na turma de 2004, conheci desde o inicio da faculdade, coincidentemente ele também tem familiares lá em Santa Quitéria assim como a Juliana [assessora de imprensa]. Foi pela faculdade mesmo que nós nos conhecemos durante o período do curso de Direito, inclusive não só durante o período do Direito, quando eu passei em Administração ele também passou em Direito e Administração, e nós cursamos juntos o Direito na UNIFOR e a Administração na UECE durante um certo período. Então eu acho que por sermos colegas de duas faculdades concomitantemente foi um fato importante para a gente estreitar relacionamento. A gente estava presente nas mesmas faculdades de manhã, de tarde e a noite, então isso foi um fator que trouxe muita afinidade e que, consequentemente depois de formado como advogado e tudo, a gente teve a oportunidade de trabalhar junto e compartilhar uma vida profissional junto. Esse foi um dos fatores que levou essa proximidade e a ele vir trabalhar na equipe [do gabinete], e também pelo fato de saber que ele tinha capacidade de sobra para atender aquela demanda de trabalho político.
> PJ: Ele me contou que trabalhou em uma campanha com o seu pai e você para prefeitura, em que ano foi?
> T: Foi em 2004. Em 2004, o meu pai Tomás Figueiredo era candidato à reeleição, e ele [Gustavo], advogado recém-formado, ajudou lá na coordenação e também no jurídico dessa campanha. Campanha de interior

> é sempre acirrada, então foi mais uma oportunidade de identificar que ele poderia dar conta do recado.

No caso de Tomás Filho, o seu chefe de gabinete era um ex-colega de faculdade e amigo íntimo, que iniciou os trabalhos na política por convite do pesquisado na campanha do pai. Essa proximidade trouxe afinidades que propiciaram o envolvimento de Gustavo na vida política do amigo. A assessoria de comunicação é outra função que permeia grande parte dos gabinetes políticos da AL-CE. A relação entre a impressa e a política já foi destacada por Max Weber:

> A demagogia moderna também faz uso da oratória, em proporções extremas, mesmo se considerarmos os discursos eleitorais que um moderno candidato tem pronunciado. Mas o uso da palavra impressa é mais duradoura. O publicista político, e acima de tudo o jornalista, é hoje o representante mais importante da espécie demagógica. (2002, p.67)

Um exemplo da relevância da comunicação social no mandato de um parlamentar é o fato de que tanto o pesquisado como os demais parlamentares recebiam verbas para fazerem assinaturas de diversas revistas, periódicos diversos, como também para imprimir, publicar os seus próprios periódicos onde eram divulgadas as ações do deputado em que se envolveu no período, obviamente sempre enaltecendo sua própria figura e ocultando o que não lhe era conveniente. A construção da imagem pública nos diferentes meios de comunicação se apresenta como uma preocupação constante para o deputado, e pude perceber isso em várias ocasiões. Um exemplo disso ocorreu quando estava fazendo uma observação no gabinete, e um parlamentar estava prestes a discursar. De repente o esse deputado ligou para o gabinete e solicitou imediatamente que o assessor de comunicação redigisse um texto sobre um determinado tema que outro deputado acabou de citar em discurso no plenário. Rapidamente a assessoria de comunicação pesquisou o tema na internet, redigiu e enviou o testo pronto para ser lido em plenário diante das câmeras e dos microfones da TV Assembleia e Rádio Assembleia. Sobre a forma como conheceu a assessora de comunicação, Tomás Filho relatou o seguinte:

> T: [Juliana] foi relações públicas nossa durante esses quatro anos. A família do pai dela é de Santa Quitéria, mas pura coincidência, e terminou isso misturando um pouco com a política, mas ela particularmente ingressou no gabinete pelas qualificações. Juliana foi indicação também, eu não a conhecia antes, eu fiz uma seleção colhendo alguns nomes com amigos ligados ao jornalismo e, dentre os vários currículos e varias entrevista que a gente fez, chegamos ao nome dela, que posteriormente por afinidade e pela disposição passou a ser mais uma relações públicas do que outra coisa, ela fazia toda minha agenda, ela que fazia todas averiguações quando eu precisava fazer determinadas aparições. Então ela passou a ser mais uma relações públicas do que uma assessora de imprensa.

Em uma conversa informal, Juliana me contou como começou a trabalhar no gabinete do pesquisado. Ela relatou que estava em um evento social quando recebeu uma ligação de um colega perguntando se ela tinha interesse em trabalhar como assessora de comunicação de um deputado e ela disse que sim. Então este amigo em comum de Juliana e do pesquisado a indicou como uma possível candidata à vaga. As qualificações iniciais para pleitear a vaga não foram pautadas nas qualificações profissionais da assessora, mas sim no capital social que ela dispunha, as redes sociais das quais ela pertencia foram a via de acesso à vaga. Foi necessário primeiro a indicação, alguém que a afiançasse como sendo "qualificada" para a vaga, para que então ela pudesse participar da seleção proposta pelo deputado. A coincidência que afirma o investigado pode ser questionada pelo fato de que ele poderia nem ter vínculos diretos com a futura assessora, no entanto a participação dela na "seleção" só foi possível a partir dos vínculos de proximidade já estabelecidos entre ela e o futuro chefe. Em outras palavras, a probabilidade de que os candidatos fossem pessoas próximas a ele (vinculo com Santa Quitéria e amizades em comum) é grande pelo fato do primeiro critério de escolha ter sido a "indicação" por alguém de "confiança", que pertencia a rede social do parlamentar.

A função da assessoria de imprensa geralmente era exercida por um comunicólogo. No cotidiano, ele tratava da forma como a imagem pública do deputado era exposta na mídia e traçava estratégias de como aperfeiçoar essa imagem e reverberá-la dentro deste campo. Outra função é a de assessoria jurídica, mesmo que o pesquisado tenha capital escolar e cultural necessários para operar nesse campo, a assessoria jurídica se faz presente como ferramenta auxiliar, deixando assim o deputado com mais tempo para investir em outras atividades, entre elas a relação com as bases. Sobre a assessora jurídica, o deputado informou o seguinte:

> T: [...] e tinha a Kelvia na assessoria jurídica, que dava assessoria para mim na questão do processo legislativo junto ao movimento interno da Assembleia, elaboração de projeto de lei... Ela veio por indicação de outra advogada que trabalhou conosco lá, a Lia, que já foi também indicação do Gustavo. Através do nosso meio [Direito], dos nossos colegas advogados que recebemos a indicação dela, e a Kelvia veio da Lia que estava sobrecarregada, e aí a gente precisava chamar uma pessoa, aí chamamos a Kelvia que ficou lá não como estagiária, porque não existe essa figura dentro do quadro da grade do gabinete, mas como ela não era formada, a gente tratava ela como estagiária, auxiliava os trabalhos da Lia, aí ela ficou.

Mas uma vez a confiança e a amizade surgem como fator de influência nas escolhas ditas objetivas. Os critérios de escolha dos assessores passam indubitavelmente pelo espectro da “fidelidade”. Sobre os critérios de escolha de seus assessores, o parlamentar descreveu da seguinte maneira:

> T: [...] [Os] critérios profissionais na escolha dos assessores? É difícil porque você recebe muita pressão. Um vereador quer colocar uma indicação, um prefeito quer indicar alguém, então você tem que ter muito desprendimento e muita coragem para assumir [sua posição]. Até a própria [breve pausa], meus próprios pais por estarem ativamente participando da política queriam ali direito de indicar algumas pessoas, mas graças a Deus eu tive a perspicácia de me manter firme de perseverar nessa vontade de ter um gabinete mais técnico do que político dessa questão.

O nível de complexidade da divisão social do trabalho dentro do gabinete revela a própria complexidade das relações entre os assessores, os deputados e as pessoas atendidas.

A amizade e a política são dois campos que se entrecruzam constantemente na narrativa do pesquisado, a cordialidade (HOLANDA, 1995) permeia as relações políticas de maneira que se torna difícil diferenciar aliados políticos de amigos íntimos. A questão da influência dos pais na atividade política do deputado surge mais uma vez. Podemos observar elementos de ruptura com os paradigmas antigos, mas mesmo assim esses elementos continuam ativos em sua ação política. Tomás Filho afirmou durante as entrevistas que buscou utilizar os critérios profissionais na escolha dos membros do gabinete, entretanto a pressão social exercida pelos seus principais apoiadores (os pais) influiu na sua atividade política desde o início. No trecho a seguir, o pesquisado descreve a escolha e a relação com alguns dos seus assessores, cujas funções ele narrou durante entrevista:

> PJ: Já que você não comentou, eu queria te perguntar um pouco dessa relação com seus assessores. Eu estou com a lista dos seus assessores que peguei no RH da AL-CE. Aqui tem alguns nomes que eu sinceramente, não me lembro de ter visto na AL-CE.
> T: É porque tem muita gente que mora em Santa Quitéria ou não fica efetivamente lá no gabinete. Tem o Antonio Carlos, o Francisco, moram no Interior, lá em Sobral, outro em Santa Quitéria.
> PJ: Calma, vamos um por um. O Francisco Neves Araújo Neto, ele trabalhava como e aonde?
> T: O Francisco trabalhava diretamente comigo e fazia um papel de trabalho estratégico, de [...] posicionamento estratégico, de posicionamento político estratégico mesmo fazendo nossa presença nos municípios, avaliando como é que estava essa presença...
> PJ: É um secretário pessoal?
> T: Um secretário pessoal, mas, além disso, ele tinha a função bem mais estratégica, de pensar a logística, e como se posicionar aqui, como a gente

vai viabilizar isso, coisa de diretriz. A gente sentava e fazia um conselho, ele era meu conselheiro.
PJ: E o Antonio Carlos Assmar?
T: O Antonio Carlos é de Santa Quitéria.
PJ: O Francisco é de Santa Quitéria também?
T: Não, o Francisco tinha uma relação mais direta comigo mesmo. Ele fica aqui em Fortaleza comigo.
PJ: E como foi que você o conheceu?
T: Eu já conhecia o Francisco, amigo da família há muito tempo.
PJ: Ele já era um conselheiro da família?
T: Era, então, digamos que ele continuou. O Antonio Carlos também é lá de Santa Quitéria, lá da região, fazia o apoio por lá. Ele fazia esse elo, se alguém precisava de algo por lá, ele resolvia.
PJ: Por você?
T: É. Ele era uma espécie de Alexandre, só que o Alexandre era mais aqui, [ele gesticula como se focasse em Fortaleza]. O Alexandre era o elo, ele fazia o vínculo. Tinha algumas pessoas que davam o suporte, e ele fazia o vínculo.
PJ: Está muito subjetivo.
T: É porque tipo assim: tinha gente com quem eu não tinha muito contato, e quem tinha o contato era o Alexandre. O Alexandre era quem vinha, ia ao gabinete, fazia relatório, sentava comigo e despachava comigo. O Francisco já despachava comigo direto, ele sentava, e resolvíamos as coisas nós dois. Quando não, eu, ele, papai, mamãe, quando havia decisões mais de eleição. “E em Santa Quitéria, qual o candidato?...” Aí sentava todo mundo.
PJ: Então, o Antonio Carlos era? Ele fazia o que, por exemplo?
T: Ah vai de arrumar uma ambulância para levar um doente não sei pra onde. Então arranja a ambulância. Ele arrumava a ambulância. Precisa de um ônibus para transportar uns estudantes não sei para onde. Ele vai lá e desenrola. Era uma coisa mais assim, prática.
PJ: E tudo isso com o teu respaldo?
T: Tudo isso com o meu respaldo, lógico, mas eu não tinha uma ligação muito direta com ele, o meio de ligação mais direto era com o Alexandre.
PJ: O Alexandre resolvia com ele?
T: Às vezes era direto, porque Santa Quitéria é uma coisa diferente. Porque como é base... Por exemplo, uma coisa é como eu trato em Ubajara. Em Ubajara tem os vereadores, tinha o Zezinho [de Ubajara], e o Zezinho lidava com o Alexandre e comigo, e a gente ia resolvendo as coisas de lá. Em Santa Quitéria tinha meio que uma estrutura própria, tinha algumas pessoas, tipo a Luiza. Ela meio que secretariava lá em casa, em Santa Quitéria. Atendia todo mundo, organizava o evento, ela ia à frente e arrumava tudo.
PJ: Como organizadora do evento?
T: Ela era uma espécie de organizadora do evento. Assim, era uma coisa [estrutura] que só tinha em Santa Quitéria e nos outros cantos não tinha, porque tinha que ter uma atenção especial lá, só lá eram 10 mil votos. A segunda melhor votação minha era em Fortaleza, que tinha 6 mil. E depois na outra votação [localidade mais votada] caia para 3 [mil]. Então você vê o peso de relevância. Então lá tinha toda uma estrutura..
PJ: A relevância está ligada ao voto?
T: Está ligada ao voto, e que vai mudando no decorrer dos anos. Vai tendo uma atenção maior para Fortaleza, o discurso vai se tornando mais importante. Na primeira eleição ninguém me conhecia, não havia discurso. Qual é o discurso do Tomás? Ninguém conhece, nessa segunda eleição não, as pessoas já conheciam. E qual é o posicionamento do Tomás? Isso já mudou o perfil na eleição. Mas, na primeira, eu fui eleito em Santa Quitéria pela tradição, se não fosse isso eu ia ser mais um que estava no meio daquela leva de gente que se candidatou, mas não ia ter voto suficiente para chegar lá.

> PJ: Como você conheceu o Antonio Carlos?
> T: Por lá. É aquela história das ligações que a gente tem ao longo do ano. Ele já trabalhava com papai. Trabalhava em Santa Quitéria e já fazia parte do pessoal que trabalhava com a gente.
> PJ: A Luiza também?
> T: Luiza também.
> PJ: O Gustavo a gente já comentou.
> T: O Gustavo era uma coisa mais minha. Esse ai fui eu quem trouxe.
> PJ: A Juliana.
> T: A Juliana, o Gustavo, o Matheus também era uma pessoa mais minha como o Gustavo.
> PJ: E o Alexandre de Lima?
> T: O Alexandre conheci na eleição de 2006. Foi indicado por uma pessoa, começou a trabalhar conosco, e a gente gostou do trabalho dele.
> PJ: E a função dele? Cabo eleitoral?
> T: Não chegava a ser cabo, era um articulador político.
> PJ: Você faz distinção do tipo: "essa pessoa aqui trata disso" entre estrategistas e pessoas que vão atuar em campo?
> T: Não, acho que era questão de afinidade mesmo e de como a pessoa chegou.
> PJ: E então, como ele chegou?
> T: O Alexandre é porque veio da campanha. Ele foi indicado por uma pessoa na campanha.
> PJ: Indicado por quem?
> T: Por um cara que trabalhava no governo na época, Roberto Matoso, ex-secretário estadual do Trabalho, me ajudou na época da campanha e me indicou algumas pessoas para trabalhar. Uma dessas pessoas chamou o Alexandre para fazer parte da equipe que a gente estava montando para a campanha. Acabei que não trabalhei mais com a pessoa que foi indicada e o Alexandre terminou ficando. Por afinidade e porque gostei mais do trabalho.
> PJ: E ele fazia especificamente o que?
> T: Essa interlocução minha com todo mundo. Ele terminava sendo o meu "geralzão", ele não era o chefe de gabinete, mas era o articulador político que ia pra Sobral, para Santa Quitéria. Ele dava aquela rodada geral, fazia os contatos, me mantinha informado de como estavam as coisas.
> PJ: Quais são os outros que você não comentou? A Roberta [Arrais]
> T: A Robertinha, a Mariana...Tem algumas pessoas que não estão aí que a gente fazia através de assessoria.

O trecho da entrevista faz menção à lista de assessores que solicitei no departamento de recursos humanos da AL-CE. Documento este que informava os nomes de todos os assessores que faziam parte da folha de pagamento do deputado. Vale informar que assim que consegui que quatro dos possíveis pesquisados assinassem um termo que dizia que eles estavam cientes da pesquisa e concordavam que eu desse início a ela, fui neste setor do parlamento estadual solicitar a lista de assessores. Para ter acesso ao referido documento, basta fazer uma solicitação formal por escrito, pois, por lei, o público tem acesso garantido aos dados nesse documento. Entretanto, ao fazer essa solicitação, fui indagado pela funcionária sobre qual era o propósito do pedido dos dados, e eu a informei. Em seguida ela foi conversar com um colega, depois com outro, e eles iniciaram uma

breve discussão olhando vez por hora para mim. Para tranquilizá-los das minhas intenções, apresentei a declaração de consentimento dos deputados para obter seus dados. Após isso, ela me entregou a lista e me informou de que não poderia deixar o valor dos salários dos assessores, entregando-me os documentos constando somente os nomes de cada um deles referente à folha de pagamento de 22 de abril de 2010.

No inicio do dialogo citado acima, Tomás Filho comenta sobre o papel do “trabalho estratégico”. O gabinete não é somente uma estrutura física alocada nas dependências da AL-CE, ele ultrapassa esse espaço e funciona como mecanismo de representação entre o político e os eleitores. Os assessores que não estão alocados no gabinete fisicamente estão estabelecidos nas cidades que compõem a base eleitoral, representando o deputado e recebendo os pleitos das lideranças políticas que o apoiam. Dessa forma, podemos perceber o gabinete como uma rede de contatos que auxilia o político a se fazer “presente” para os eleitores.

O “faz-tudo” desempenha a função mais próxima do eleitorado, de forma a representar o deputado no cotidiano das pessoas, facilitando o acesso ao serviço público: “vai de arrumar uma ambulância para levar um doente não sei pra onde”. O “faz-tudo”, assim como o vereador ou a liderança política local funciona como elo entre o deputado e o eleitorado, entretanto os vínculos de fidelidade entre o deputado e o líder local e o deputado e o funcionário são distintos.

A forma como o deputado se relaciona com o seu assessor é pautada, prioritariamente, pela lógica do capital econômico, logo se torna uma relação marcada pela dinâmica empregador/empregado, portanto terá uma hierarquização explícita dos papeis sociais desempenhados. A relação entre o deputado e as lideranças se torna por vezes algo mais complexo, pois algumas dessas lideranças políticas já estão estabelecidas institucionalmente e têm um salário já mantido pelo Estado (vereadores, prefeitos, etc). Dessa maneira, essa relação não irá se basear propriamente na econômica material. A fidelidade entre o político e os apoiadores pode operar através de trocas de favores, seja através de doação de cargos, de ajuda para acionar “redes de amizades”, de facilitação de vínculos, de desembargamento e negociação do bem público, e terá uma hierarquização velada dos papéis sociais.

É importante dizer que nada impede que o deputado preste favores ao seu assessor e que “pague” um prefeito ou vereador para lhe apoiar. A dimensão

material das relações sociais não exclui de forma alguma a dimensão das trocas simbólicas, pois ambas atuam em determinados momentos em diferentes intensidades. Exemplo disso é apresentado na narrativa do pesquisado através da relação que mantinha com um de seus assessores, Alderi.

Senhor Alderi era funcionário da AL-CE e, em conversa informal, disse-me que trabalhava no parlamento estadual desde a década de 80. Ele foi “colocado” lá por um antigo deputado que foi “seu padrinho”, através de uma indicação. Essa indicação foi uma contrapartida a favores que na época Alderi havia feito para um político. Nos idos dos anos de 1980, a legislação era mais complacente com esse tipo de ação política personalista, e, com a publicação da Constituição Federal de 1989, os funcionários que tinham mais de 5 anos, aproximadamente, de serviços prestados em tempo ininterrupto adquiriram o direito de serem efetivados. Assim como Alderi, uma parcela considerável dos funcionários que também foram “colocados” lá por indicação de algum político foram efetivados. Durante a pesquisa de campo, pude conversar com diversos assessores de alguns gabinetes. Eles eram parentes e apoiadores de políticos que passaram pelo parlamento estadual, e em todos os gabinetes que frequentei havia um assessor que era funcionário efetivo do Legislativo Estadual e tinha como função “agilizar” e facilitar o trâmite das ações do parlamentar na casa. Essa função exigia o conhecimento profundo do funcionamento do processo legislativo, e um funcionário que tivesse vínculos e fidelidades já estabelecidas dentro da instituição favorecia tal intento.

Alderi também não foi escolhido por acaso, entre ele e o deputado já existiam laços de fidelidade estabelecidos. Anos antes, durante o período em que a mãe do pesquisado ocupou o cargo de deputada, Alderi já havia trabalhado exercendo a mesma função como “facilitador interno”, e foi dessa maneira que os vínculos entre o parlamentar e o assessor se estabeleceram.

O ordenamento estabelecido da função de “assessor estratégico”, “geralzão”, “faz-tudo”, no caso do pesquisado, segue uma lógica burocrática, através de relatórios periódicos, e pautas sobre demandas especificas. Bernard Lahire (2002; 2003; 2004) argumenta sobre a possibilidade de um *habitus* interferir no outro, ou seja, um determinado saber prático que possa ser reutilizado ou reelaborado, e passe a ter uma função em outro campo de ação. Sendo assim, podemos sugerir que a lógica da atividade burocrática aprendida e praticada pelo pesquisado na carreira de administrador e advogado passou a ter uma função relevante na forma

como ele desempenhou o papel de político. Podemos perceber isso também na forma como ele narrou a escolha dos assessores buscando salientar os critérios técnicos e o valor dos currículos dos candidatos. Já os apoiadores e a família tiveram um papel de peso na escolha dos membros do gabinete.

A relação entre a "estrutura" ou "suporte" que havia na cidade onde foi construída a base política de sua família e a quantidade expressiva de votos obtidos na localidade é um tema que necessita de reflexão. Essa estrutura social que havia em Santa Quitéria (e não havia em outros locais) à disposição do pesquisado é explicada por ele através da lógica dos votos: "Porque tinha que ter uma atenção especial lá, só lá era 10 mil votos". A estrutura a que ele se refere é caracterizada por uma rede de apoio e lealdade construída pela família e instrumentalizada por ele na forma de capital social herdado, uma rede de contatos que foram passados entre gerações se tornava patrimônio eleitoral. Entretanto, havia mais do que uma troca de apoio entre o político e os apoiadores, havia uma "história de confiança" construída simbolicamente entre a família do pesquisado e a comunidade que lhe apoiava. A história do "vínculo de fidelidade" construído socialmente se materializa na expressividade dos votos obtidos pelo político na localidade e *vice-versa* ou, como Bourdieu se referiu, trata-se da história incorporada e reificada:

> A história objetivada, instrumentalizada, só se torna "atuada" e atuante se o posto [...] encontrar, como se de um fato ou de uma casa se tratasse, alguém que o ache interessante e nele veja vantagens, alguém que nele se reconheça quanto baste para se responsabilizar por ele e o assumir (2007a, p.87).

5.3 A Assembleia

O período de atuação do deputado no parlamento vai de 1º de fevereiro de 2007 até 31 de janeiro de 2010. Os dados utilizados nesta sessão são oriundos das entrevistas com o pesquisado, os assessores e os apoiadores e são informações registradas no diário de campo e no recorte de jornais. A análise do comportamento legislativo do investigado se faz necessária pela hipótese de que a atuação dele no parlamento está diretamente ligada à atuação de sua família na cidade de Santa Quitéria e aos vínculos políticos construídos em torno de sua trajetória. Os dados são apresentados e analisados de acordo com a ordem cronológica em que aconteceram.

Foi a primeira vez que Tomás Filho se candidatou e foi eleito para um cargo político institucional. Na perspectiva de seus colegas de parlamento ele foi caracterizado como um neófito, ou um aprendiz, embora tenha obtido mais votos que alguns deles. Observando os discursos dos deputados percebi que o voto parece ser a medida utilizada por eles como uma ferramenta de distinção e de demonstração de poder – obviamente não sendo a única –, bem como o poder de influência junto às camadas populares, ao poder executivo, etc. Desta maneira, nenhum deputado entra no parlamento, necessariamente, em situação de igualdade entre os colegas. Algumas peculiaridades trazidas “de fora” são utilizadas como instrumentos de classificação e reclassificação na disputa pelo discurso legítimo.

Como todo novato em um determinado campo, por mais que tenha conhecimentos previamente adquiridos sobre como deve agir, o pesquisado aos poucos vai tateando e descobrindo na prática quais são as regras de comportamento e os códigos de conduta específicos do campo legislativo em que vai atuar. Sobre esse momento, o pesquisado informou o seguinte:

> No começo eu contei muito com a ajuda dos meus pais que já estavam na vida política, não só na vida pública de mandato mas também na vida política, contei com o conselho da deputada Cândida, contei com o trabalho e orientação do meu pai, Tomás Figueiredo, prefeito, isso também facilitou muito porque eu tive condições de ter suporte. [...] Então tive aquele suporte necessário para aprender com calma para ir desvendando todos as nuances políticas de mandato com muita tranquilidade. E o que me ajudou bastante também foi a formação no Direito. Ela me ajudou bastante a entender rapidamente o processo legislativo, o funcionamento do processo legislativo, e acho que a sorte também de estar em um momento diferente da Assembleia, em que a Televisão Assembleia fez com que a gente tivesse muito mais exposição, e assim eu tivesse uma oportunidade de expor esse momento do meu pensamento. Eu lembro demais conversando com a deputada Cândida, ela me contando assim: olha não tenha pressa, não

> fique ansioso para usar a tribuna, muitos deputados que hoje já estão no seu segundo, terceiro mandato demoraram 6 meses para usar a tribuna pela primeira vez, só que a dinâmica na época era diferente com o advento da TV Assembleia, da rádio Assembleia, isso agilizou mais rápido, então eu terminei usando a tribuna no primeiro mês de Assembleia e entrando em discussões mais acirradas já desde o inicio, então isso foi extremamente importante para o meu desenvolvimento, essa aceleração das coisas lá dentro.

O apoio dos pais é uma peça-chave para a efetividade da ação do pesquisado como parlamentar. As pistas sobre quais caminhos ele deveria seguir, o cuidado na fala durante os discursos, a cautela sobre quais temas devem ou não ser tocados, todo um conjunto de saberes práticos aos poucos foi passado para o investigado poder atuar no campo político. A exposição na mídia através da TV ASSEMBLEIA é mostrada como um ponto a ser refletido na ação parlamentar. A publicização através da mídia tem efeito potencializador das consequências e dos efeitos dos discursos proferidos no plenário. Sobre o poder do discurso, Bourdieu faz a seguinte reflexão:

> [...] a tendência para a fissão tem seu limite no fato da força de um discurso depender menos das suas propriedades intrínsecas do que da força mobilizadora que ele exerce, quer dizer, ao menos em parte, do grau em que ele é *reconhecido* por um grupo numeroso e poderoso que se reconhece nele e de que exprime os interesses (em forma mais ou menos transfigurada e irreconhecível) (2007a, p.183).

Durante as visitas aos gabinetes e conversas informais com assessores, ouvi uma frase ilustrativa do poder do discurso na carreira de um político: “em boca fechada não entra mosca”. Uma frase propositalmente construída pode ser ferramenta para atacar ou defender algo ou alguém que ocupa uma posição de rivalidade no campo político. Entretanto, uma frase colocada de maneira não refletida pode fazer com que novos ou velhos conflitos sejam trazidos à luz. A questão da reputação pelo discurso entra em jogo como sendo um dos objetivos da arena política parlamentar: conquistar e conservar uma reputação perante aos demais colegas, apoiadores e eleitores.

O “suporte” de conhecimento político adquirido é de certa maneira um conhecimento pragmático sobre aquilo que “deve ser feito” para atingir os objetivos construídos socialmente. Sobre os desafios enfrentados pelo pesquisado na sua passagem pelo parlamento estadual, ele expôs que a busca pela própria identidade política foi seu grande desafio. Dessa forma, a ruptura com o modo de fazer política aprendido com os pais começa a surgir, e um conflito de gerações é vivenciado pela busca de uma identidade política. A identidade política do investigado em relação à

família passa antes de tudo pelos objetivos políticos socialmente construídos e herdados simbolicamente dos pais. Podemos observar a construção social dos objetivos políticos através dos dados sobre a atuação política do pesquisado, suas bandeiras de reivindicação, suas questões apresentadas na tribuna e seu foco temático de seus projetos de lei. Um dos principais temas levantados durante o mandato do pesquisado foi a instalação de uma mina na cidade de Santa Quitéria. A expressividade da questão da mina de Santa Quitéria para o mandato do pesquisado se deve pelo fato do próprio elencar esse tema como algo relevante na sua trajetória pelo parlamento. Questionado sobre quais foram suas principais realizações durante o mandato, Tomás Filho assim informou:

> Acho que essa questão da mina avançou bem, fico feliz por ter defendido isso e continuar defendendo, em quebrar o estereótipo. [...] Eu tive condição de fazer isso, impactar a sociedade de forma positiva.
> Acho que foi importante também, o contraponto com as questões do governo. Isso tudo em um momento em que ninguém tinha coragem de falar, tinha coragem de colocar a verdade para que o próprio governador pudesse enxergá-la.

Sobre o tema da mina de Santa Quitéria, o pesquisado narrou o seguinte:

> PJ: Como surgiu na sua vida a importância da mina em Santa Quitéria?
> T: Primeiro, foi influência familiar [...] quando eu era menino, meu pai era prefeito, isso foi em 94, 95 e houve no Brasil a necessidade de um novo sítio para se explorar matérias primas, porque uma mina importante nacionalmente estava em vias de ser fechada porque já estava se esgotando a possibilidade de mineração lá. Assistindo a isso, meu pai que sempre foi um visionário, e isso veio do meu avô. Nesse caso, não foi nem uma visão do meu pai, foi um resgate. No meu caso já foi um resgate também da visão do meu avô, da década de 70. Em 76 se descobriu a jazida, em Santa Quitéria. Inclusive foi ele quem viabilizou o açude local, que é um dos grandes açudes do estado, veio através da grandeza de família, uma família rica do estado que doou boa parte das terras em que o açude está localizado hoje. Tanto que o açude leva o nome dessa família por conta disso. Esse açude foi criado para dar água para que já fosse usado nessa mina, na década de 80. Já na década de 90, 94, 95, surgiu essa possibilidade, e o Tomás Figueiredo pai [meu pai], na época prefeito de Santa Quitéria pela primeira vez, começou a se mobilizar na Câmara Federal, fez inclusive audiências públicas e teve contato com a INB [Indústrias Nucleares do Brasil], e foi a primeira grande movimentação em torno da mina que eu presenciei. Então foi uma coisa que sempre me chamou a atenção, essa história de ter minério em Santa Quitéria. [...]. Na década de 90, veio essa questão, e antes de me tornar deputado, ele [pai] já vinha nesse processo. Eu fui candidato em 2006, e, no inicio de 2000, o preço do minério no mercado internacional disparou. Nessa época, o Brasil tinha uma produção “X” nas minas da Bahia, que foi a mina que acabou sendo escolhida lá na década de 80 quando foi feito todas aquelas audiências públicas que o Tomás pai tentou levar pra Santa Quitéria. Mas naquela época, a conjuntura não era favorável, porque a nossa mina [não era plenamente adequada para a produção maciça de minério]. [...] Já em 2000, mina da Bahia produzia “X” de minério que atendia à necessidade brasileira, mas algumas vezes o minério tinha que ser até importado. Aí você imagina, importar minério a um preço de 10 dólares a libra é uma

> coisa, e importar a 130 dólares a libra é outra coisa. Foi nesse contexto que cresceu a relevância da mina de Santa Quitéria. Além de [outros fatores econômicos nacionais]. Essa questão fez parte disso, como eu já vinha vivenciando isso, vi a evolução disso, vi a evolução desse preço, acompanhei esse processo acontecer dentro da minha casa, com meu pai era prefeito preocupado com essa questão e vendo nisso uma possibilidade de redenção para o município. Vislumbrando a possibilidade de fazer uma revolução econômica eu enxerguei nisso um novo ciclo de desenvolvimento para o nosso estado do Ceará. Então, ao invés de trazer empreendimentos de fora para dentro, esse empreendimento já está aqui e é só questão de ser explorado. Ele tem uma relevância para o estado da maior grandeza, que vai desde a movimentação de carga, de geração de riqueza para a região.
> PJ: A quem pertence o terreno da mina em Santa Quitéria?
> T: à União, da INB. Ela pertenceu a minha família, a algum parente, porque aquela faixa de terra toda pertenceu a nossa família. Mas foi desapropriado na década de 70. Desde 70 pertence à União.

Em janeiro de 2009, foi publicada uma matéria em uma revista local que afirmava que o deputado havia concretizado “um sonho da sua família” e “do povo cearense” que já durava 30 anos, pois haviam sido dados passos importantes com relação à exploração da mina de Santa Quitéria, sua base eleitoral. Pela aliança das forças políticas do pesquisado (deputado) e de seu pai (então prefeito de Santa Quitéria), “esse sonho” se tornou algo viabilizado junto ao estado. O sonho que foi herdado do avô, que passou para o pai e que hoje resvala no filho. A partir da conjuntura econômica, a família enxergou uma possibilidade de crescimento para a sua cidade onde estava a maior parte da sua base eleitoral. A própria maneira de enxergar em uma conjuntura econômica uma oportunidade política é parte de um modo de fazer política, um *habitus* herdado. Estes temas eram discutidos em casa durante as rotinas diárias e ressignificados através da linhagem familiar, de maneira que adquiriram novos significados e novas maneiras de ser interpretado. Mais uma vez o olhar empreendedor do administrador se apresenta na fala do parlamentar através do desejo de fazer uma “revolução econômica” na localidade gerando empregos e renda e desenvolvimento material. Obviamente todo esse esforço não é gratuito, em contrapartida a população possivelmente iria perceber o esforço da família e iria lhe eleger como benfeitora local.

As próprias condições para ser tornar o “benfeitor local”, nos moldes do fazer político do pesquisado, exigem uma carga alta de capital econômico e simbólico, um investimento de tempo e dinheiro que passa por gerações, cujo resultado só é obtido após décadas de articulação política e econômica. Os investimentos não se deram somente no plano material, e outros tipos de capitais tiveram que ser articulados em prol da viabilização da mina. Certa vez, eu estava assistindo a um dos discursos do

pesquisado na TV ASSEMBLEIA para o estudo dos seus discursos, quando ele falou sobre a necessidade de trazer a construção de um ramal via Transnordetina[71] para próximo da mina de Santa Quitéria a fim de viabilizar as remessas de carga. Sobre isso o pesquisado assinalou o seguinte em entrevista:

> Seria interessantíssimo se a gente conseguisse que um ramal da transnordestina chegasse até a mina de Santa Quitéria para poder facilitar aquela extração de minério, não só a extração de minério como também a produção de fertilizante, do produto fertilizante que será fabricado lá na região. Aí quando a gente identificou isso o doutor Tomás Figueiredo, meu pai, que era prefeito de Santa Quitéria na época, começou uma luta incansável para formular um novo projeto incluindo esse ramal, aprovar esse projeto e conseguir que ele incluísse definitivamente no projeto da transnordestina, e ele conseguiu, inclusive com a ajuda de um ex-ministro federal, que é meu tio casado com a irmã do meu pai, e ele foi ministro no primeiro governo do Lula e ele ajudou muito nesse processo por intermediar e facilitar as negociações, pois ele tinha contato com os outros ministros, e essa abertura toda que teve foi importante para que a gente conseguisse consolidar isso, e hoje ainda é um processo, mas já faz parte de todo desenrolar da construção dos ramais e das passagens da transnordestina.

Outras ferramentas foram usadas no processo de articulação política e viabilização das benesses do estado para a base eleitoral. A família se tornou ferramenta política e instrumento de obtenção de capital social.

No decorrer da trajetória do investigado no parlamento, o "sonho" da família foi tendo seu desfecho provisório. Houve problemas em relação ao licenciamento ambiental e às questões burocráticas, e a família e o pesquisado tentaram reverter o quadro, mas não houve sucesso. Nesse processo, Tomás argumentou o seguinte:

> Até que eu toquei sobre esse assunto na Assembleia, o governo não ligou muito. Na verdade ele nunca ligou muito pra mina. Ele se incomodou porque a gente tocou nesse assunto.
> O assunto avançou. Na época isso estava dentro do plano do presidente da República e isso naturalmente aconteceu. E o governo teve que tomar alguma atitude, mas eu continuo achando que sempre foi negligenciado. Apesar de o governo ter tomado algumas atitudes com relação a isso, sempre foi menos do que precisava.

No curso das entrevistas, Tomás Filho demonstra que sua posição é de oposição ao governador da época, e de certa forma acredita que houve má vontade política do governo em facilitar a instalação da mina, seja pelas críticas feitas pelo pesquisado no púlpito, seja pelos antigos atritos entre as famílias dos dois, em outras palavras, pelo fato do governador não querer que um adversário tirasse proveito de uma conquista de tal porte.

---

[71] A transnordestina é uma ferrovia brasileira de grande porte, que estava em processo de implantação e cruzaria boa parte dos estados do nordeste brasileiro.

Outras questões foram tratadas pelo deputado durante sua passagem no parlamento. Foi noticiado em um *site* local que o pesquisado se reuniu com o perito-geral do Instituto Médico Legal (IML), acompanhado de um vereador de Santa Quitéria, para tratar da melhoria no atendimento do órgão à população do município de Santa Quitéria. Em uma ocasião, o deputado estadual tomou a tribuna para discursar sobre a falta de segurança pública no interior do Ceará, especificamente na região próxima a uma barragem de um açude localizado nas imediações da cidade de Santa Quitéria. Dias depois, solicitou junto ao secretário de segurança pública medidas para diminuir os assaltos que estavam acontecendo na localidade de sua base eleitoral. No mesmo período, o pesquisado se reuniu com o secretário adjunto de infraestrutura, solicitando a instalação da iluminação e proteção nas paredes do açude. Vale salientar que na teoria legal estas práticas não fazem parte das atribuições formais de um deputado estadual. Entretanto, as regras da política local agem de maneira coercitiva sobre os agentes envolvidos, influenciando aquele que ocupa o papel de representante político a realizar tais ações, que acabam fazendo parte do bojo de tarefas do deputado pesquisado. Sobre as "obrigações" extralegislativas o pesquisado narrou o seguinte:

> Teve uns cem números de praças de esporte que a gente ajudou a implantar, apesar deste não ser o papel do deputado. Por que a gente sabe que na verdade, na verdade o nosso papel é defender o interesse da população e fazer essa interlocução entre o executivo e a população. Eu fiz isso, graças a Deus, eu tenho consciência de que fiz, mas também a gente sabe que na realidade conjuntural [...] as pessoas não tem a clareza do que é o papel do deputado. Elas querem ver algo concretizado através de alguma ação, e eu tive oportunidade de fazer isso também. Eu pude fazer, não só o papel legislativo, de discurso, mas também o papel de concretização, de apoio aos municípios com obras físicas.

Através da fala de Tomás Filho, observamos que o papel do deputado é acrescido de outras atribuições que se estendem além do que a lei determina. Ele acaba sendo mais que um legislador e atua também como um executor de benfeitorias públicas junto às bases eleitorais. Existe uma barreira legal na ação do parlamentar estadual no que diz respeito ao acesso do orçamento público. Diferentemente dos deputados federais que podem fazer projetos de lei que destinem verbas públicas para determinadas localidades e determinados órgão públicos, o deputado estadual não tem esse poder[72]. Entretanto, durante a gestão de Cid Gomes, foi feito um acordo informal através de um instrumento governamental

[72] O que na prática não torna ilícito que o governador acate as observações dos deputados para a administração do orçamento público.

chamado pacto de cooperação federativa, que, através de um convênio entre o governo do estado e as prefeituras, o governo pode encaminhar para determinados município de interesse verbas para desenvolvimento de políticas públicas.

Nessa gestão, o governo estadual convencionou informalmente que cada deputado estadual teria direito a indicar no início de seu mandato 500 mil reais em obras e depois 800 mil reais para conveniar com as prefeituras de sua base eleitoral. Essa ferramenta se tornou algo similar às emendas ao orçamento público federal, porém eram regidas por convenção política feita pelo governador e os deputados estaduais. Por outro lado, esta ferramenta passou a ter uma função de revitalizador e gerador de fidelidade política entre o governo e o parlamento estadual, na medida em que os deputados que apoiassem o governo teriam mais condições de terem financiamento para projetos de políticas públicas em suas bases eleitorais. Os deputados estaduais tiveram a função de interlocutores entre as secretarias de Estado e as prefeituras na liberação de recursos, uma liberação de recursos com face política.

Outro ponto de importância para a análise da ação política do pesquisado no parlamento são as proposição feitas por ele nesse período. O deputado teve alguns de seus projetos aprovados, e outros foram rejeitados. Abaixo segue um quadro com os dados das proposições feitas pelo parlamentar durante o mandato:

Tabela 4: Proposições feitas pelo pesquisado entre 2007 a 2010

Nº Projeto	Ano	Lei	Ementa	Status
222 -	2008		DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE DIVULGAÇÃO EM RÁDIOS E TVs PÚBLICAS DE CURSOS TÉCNICOS OFERECIDOS PELO ESTADO E PELAS ENTIDADES PARAESTATAIS A DISPOSIÇÃO DA SOCIEDADE.	Rejeitado
83 -	2008	14.164/08	INSTITUI A SEMANA DO JOVEM EMPREENDEDOR NO ESTADO DO CEARÁ.	Aprovado
113 -	2008		ESTABELECE A IMPOSSIBILIDADE DE MUDANÇA DE NOMENCLATURA DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS, CASO NÃO HAJA NELES ALTERAÇÕES SUBSTANCIAIS.	Rejeitado
44 -	2009		ALTERA A LEI Nº 12.023, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1992, QUE DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - IPVA.	Rejeitado
156 -	2008	14.737/10	CONCEDE TÍTULO HONORÍFICO DE CIDADÃO CEARENSE AO SENHOR LUÍZ DJALMA BARBOSA BEZERRA PINTO.	Aprovado
36 -	2009		REGULAMENTA O REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS, REALIZADO ATRAVÉS DO SERC - SISTEMA ESTADUAL DE REGISTRO CIVIL, NO ÂMBITO DAS UNIDADES DE SAÚDE, PÚBLICAS E PRIVADAS, SITUADAS NO ESTADO DO CEARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Rejeitado
143 -	2010	14.782/10	DENOMINA DE JOSÉ FIGUEIREDO DE PAULA PESSOA A QUADRA POLIESPORTIVA DO DISTRITO DE LISIEUX.	Aprovado

Entre as proposições, estão a concessão de titulo de cidadão cearense para Djalma Pinto, um professor de Direito e ex-procurador-geral do estado[73], a nomeação de um estabelecimento público localizado em um distrito de Santa Quitéria com o nome de um de seus antepassados e a inclusão de uma data comemorativa referente ao jovem empreendedor. Tais proposituras não foram de difícil trâmite no processo legislativo, pois não envolveram questões que exigissem grandes debates, tão pouco elas foram de encontro aos interesses de outros parlamentares. No caso, são proposições de baixo impacto no jogo político, todavia elas estão diretamente ligadas à trajetória de vida de Tomás Filho, seja através da formação acadêmica (titulo de cidadão para um colega do Direito), profissão (data comemorativa referente ao empreendedor), família e tradição (nomeação de estabelecimento público com o nome de parente falecido). Houve outras propostas feitas pelo pesquisado, como estabelecimento de normas para a realização de concursos públicos no âmbito da administração direta ou indireta do estado do Ceará. Essa proposta pretendia tornar estes cargos aptos à seleção pública, mais

[73] Ele esteve presente no aniversário de Tomás Filho, onde estive fazendo estudo de campo.

próxima da lógica burocrática e imparcial interiorizada pelo pesquisado através da formação acadêmica. Entretanto, a aplicação desta lei ia de encontro aos interesses de manusear esses cargos como bens de troca política e não encontrou adesão suficiente junto aos membros do parlamento. Outro projeto de autoria do pesquisado foi o estabelecimento da impossibilidade de mudança de nome de Programas governamentais caso não houvesse neles alterações substanciais. Esse projeto buscava fazer com que novos governantes não pudessem utilizar programas sociais criados por outras gestões alterando o nome e buscando trazer para si a autoria dos mesmos projetos. Tal prática é comum no jogo político, pois, através da luta pelo prestigio, os agentes se tornam mais ou menos os “representantes legítimos do povo”. Esse e mais outros projetos foram rejeitados pelo parlamento, que justificou motivos técnicos, entretanto o principal motivo era político.

6. Conclusão

"Se a liberdade significa alguma coisa, será sobretudo o direito de dizer às outras pessoas o que elas não querem ouvir." (George Orwell)

A relação entre indivíduo e sociedade vem sendo discutida em diversos estudos sociológicos desde o início da formação desta ciência. O estudo aqui desenvolvido vem colaborar com a perspectiva *sociologia em escala individual* (LAHIRE, 2002), cooperando, dessa maneira, com a noção da falsa antinomia entre o individual e o social proposto por Bourdieu (2007a).

A pluralidade de *disposições* adquiridas durante as etapas de socialização do indivíduo fazem de cada um a mistura das velhas formas de ver o mundo com as novas maneiras de se relacionar com os desafios do presente. Nesse sentido, somos o passado materializado tentando interagir e se adaptar ao presente. A análise do caso de Tomás Figueiredo Filho foi a tentativa de mostrar como a forma de fazer política se transforma em seu cotidiano. As práticas aprendidas com agentes políticos mais experientes tomam novos significados diante da conjuntura dos novos saberes adquiridos e da relação entre representantes e os representados. Refletir sobre essas transformações em escala individual pode trazer pistas relevantes para o entendimento dos rumos da política moderna.

A relação entre os legisladores estaduais e a sociedade cearense sofreu grandes transformações no decorrer do século XX, especialmente no final do século com o fim da Ditadura Militar e o advento constitucional, onde novas regras foram introduzidas na rotina dos representantes e dos representados. O que era válido passou a ser visto como ilegítimo, e é neste contexto que ocorreu a formação social do indivíduo. O pesquisado carrega em si a velha maneira de fazer e ver a política, entretanto este velho *habitus* se combina, de maneira mais ou menos coerente, às novas práticas diretamente relacionadas e aprendidas no percurso de socializações diversas, sejam elas nas relações profissionais, acadêmicas ou pessoais. O estilo de fazer política do investigado surge na dinâmica do conflito entre os padrões mais antigos e os aprendidos em outras socializações, mais novas, em ascensão. Quando

questionado sobre as diferenças no modo de fazer política entre ele os seus parentes, o parlamentar respondeu o seguinte:

> Eu acho que é uma questão mesmo de geração, de mudança de época, do modo como às coisas aconteciam e como acontecem. E até mesmo pela migração do voto do interior para Fortaleza. [...] Tenho também um posicionamento de discurso diferenciado, apesar de resgatar os princípios que foram colocados pelo meu avô. Por que eu acho que os princípios são os básicos, são os mesmos, a questão do desenvolvimento, de querer um desenvolvimento local mais forte e sustentável. Apesar de adotar o mesmo discurso [do meu avô], eu busco fazê-lo de forma mais presente, mais contundente. Eu busco fazer política independente da minha proximidade com o governo ou não. Eu passei por isso, porque apesar do PSDB apoiar o governo, eu era uma figura crítica. Não que eu não apoiasse, porque eu também apoiei. Votei favorável a tudo que o PSDB indicava que era importante ser votado a favor, embora muitas vezes questionar, mas terminei votando favoravelmente. Então, não deixo de ter sido um deputado que acompanhou o governo, mas eu tenho a tranquilidade de saber que não fui cego. Que não fui subserviente, e que não foi sem perguntar, sem questionar, sem me colocar. Acredito que fiz da melhor forma que poderia ter sido feita dentro das circunstâncias. [...] Porque uma coisa é você se eleger junto com o seu governador, que você apoiou na eleição e que você dividiu um projeto, dividiu um pensamento. Como foi o caso do deputado Alexandre [tio], a deputada Cândida [mãe]. Outra coisa é você se eleger, e seu candidato a governador perdeu, e você ser inserido dentro de um projeto que não é aquele que você compartilhava. Isso é muito mais difícil de compatibilizar.
> É nisso que afloraram as maiores divergências entre um modo e outro de fazer política. Além do fato da mudança de gerações, a implementação de tecnologias, mudança de conceitos. Na época do meu avô, o sujeito era deputado e dava uma "carteirada"[74], era muito natural e era uma coisa até importante. Aquilo fazia parte do contexto. O deputado chegava em uma blitz e apresentava sua identidade parlamentar. Às vezes era necessário ser feito para que outra pessoa não fosse feita vítima do abuso de uma segunda autoridade e também para que você evite que os outros também sofram. [...] A divergência que acontece é uma coisa que é natural da mudança de geração, mas conceitualmente meus pais são meus nortes, os faróis.

A migração do voto do interior do estado para a capital, a instrumentalização do discurso do avô para si, a posição política (situação ou oposição ao governo), foram alguns dos fatores apresentados pelo pesquisado para justificar as diferenças entre a maneira de fazer política dos seus antepassados e a dele. Todavia, a própria legislatura à qual ele pertenceu era composta por deputados de longa trajetória, parlamentares que já vinham de quatro a cinco mandatos. Esse indicativo colabora com a ideia de que o deputado estava imerso em uma realidade política pautada por velhos paradigmas. Outro fator que coaduna com esta explicação é o fato de os

[74] "Carteirada" é uma prática ilegal, entretanto comum, a qual alguém que tivesse um capital simbólico utilizava para obter vantagens em determinadas situações. Exemplo disso é a apresentação de um documento oficial, carteira, que informasse a posição de destaque que ocupava seu portador.

projetos de lei elaborados pelo pesquisado que modificavam ou rompiam com velhas práticas políticas terem sido rejeitados pelo colegiado da Assembleia Legislativa.

A migração do voto da zona rural para os grandes centros urbanos pode ser um indicativo na mudança das práticas políticas e, portanto no tipo de representação política almejada pelo eleitor. Entretanto essa relação entre a migração dos eleitores para os centros urbanos e um novo tipo de representação política ainda deve ser alvo de estudo complementar para que possa ser justificada plenamente.

A instrumentalização do discurso político do avô é algo corrente em toda a trajetória parlamentar do pesquisado. Essa instrumentalização ocorreu de maneira seletiva e mais ou menos reflexiva. Os elementos do discurso político do avô foram selecionados, reelaboradas e ressignificadas de acordo com a valoração que tinham em relação ao novo instrumental simbólico adquirido pelo pesquisado no decorrer de suas socializações. Em outras palavras, podemos deduzir que os elementos discursivos da representação política do avô foram reelaborados segundo a lógica moderna do neto e instrumentalizados como ferramentas de legitimação da tradição política. De certo, outras práticas políticas que faziam parte do instrumental do avô (deputado) do pesquisado não entraram nesse conjunto de elementos apresentados pelo investigado, e nesse caso as ausências dessas práticas na fala do pesquisado revelam mais do que a sua presença.

A diferença na ação política de Tomás Filho em relação aos parentes passa pela posição que ocuparam dentro da estrutura política em que atuaram. Por um lado, estar em oposição ao governo vigente torna difícil o acesso a serviços e bens do Estado, por outro lado, estar em situação de oposição viabiliza uma série de possibilidades de articulação política com as bases que não compactuam com o grupo político governista. O parlamentar estudado era de certa maneira um “estranho no ninho”, na medida em que não demonstrava desarmonia com o plano político de seu partido (PSDB) e ao mesmo tempo tinha divergências aparentes com o governador e o seu plano administrativo. Dessa maneira, ele passou a ocupar uma posição desconfortável em relação aos dirigentes executivos estaduais.

O paradoxo conhecido como o “navio de Teseu” é notório para a compreensão da construção da identidade política no caso estudado. Esse paradoxo tem origem nos escritos de Plutarco onde ele descreve como o navio que Teseu utilizou para voltar de Creta foi renovado por centenas de anos pelos constantes reparos dos atenienses. Assim que uma peça ficava velha ou podre era substituída, até que as

parte originais do navio não existissem e tivessem sido trocadas por novas. O questionamento que surge é se esse navio ainda é o mesmo navio de Teseu ou um é um novo navio, pois todas as peças são novas. No caso pesquisado, a forma de fazer política é diferente, mas a estrutura que deu suporte à ascensão política do pesquisado era a mesma utilizada pelos pais.

Na origem grega, a palavra política *πολιτεία* (politeía) significa os assuntos da gestão da cidade, a gestão daquilo que está próximo a nós, ou do que diz respeito à comunidade. No caso estudado, podemos observar algo diferente. A noção de política adquiriu outro significado e se tornou um "bem familiar", no sentido de algo que deve ser ocupado por alguém da família, e que pela força da tradição se torna um posto que deve ser ocupado (o deputado da família). A política, que em essência é algo que deve ser da alçada de todos, passa a ser vista como algo que, por força da tradição, fica a cargo de alguns. A tradição acaba se tornando uma ferramenta pra manter as pessoas no lugar onde as outras querem que ela fique.

Durante a pesquisa, pôde ser identificada a existência de um distanciamento entre a realidade social do pesquisado e o da maioria da população representada por ele. Em certa medida, isso pode ser um indicativo do próprio distanciamento simbólico que existe entre o representante e o representado. Pela diferença simbólica e material da realidade social vivenciada pelos representantes em relação aos representados, surge uma maneira própria de agir, o *habitus* político local, e dentro desse *habitus* estão certas práticas socialmente recriminâveis pela "opinião pública[75]".

A forma distinta como o representante percebe a política revela, em contrapartida, que o grupo social ao qual pertence tem um conjunto de valores e de formas de perceber a política diferente do resto da população que não participa desse jogo político diretamente. Por isso os representantes atuam de acordo com regras distintas dos demais campos sociais, o que para os "de fora" passa a ter um contorno negativo, "imoral, ou corrupto", entretanto para esses representantes são práticas cotidianas da política. Vale ressaltar que tal relação entre o *habitus* político do representante e o *habitus* político do representado ainda carece de estudo aprofundado. A tradição familiar de ter algum membro como agente político

[75] Utilizo o termo "opinião pública" por não encontrar sinônimo adequado para substituí-lo.

institucional (deputado, prefeito, *etc*) carrega em si uma força de fato social sobre o indivíduo, fazendo surgir um efeito de vocação para a inserção na política.

O mundo social onde o agente se desenvolve dá o suporte para a construção dos valores e objetivos sociais deste agente. No decorrer do tempo as afinidades construídas e ressignificadas passam a ter força de predestinação sobre os agentes sociais, mas ainda assim passíveis de serem contrariadas (burocrático X oligárquico, técnico x personalista). Os valores que orientam a ação do agente político não são os mesmos que orientam os demais campos de atuação, seu *habitus* político é distinto dos que não participam deste campo específico. Sobre a tradição política de sua família o pesquisado assim afirmou[76]:

> Digo que a minha responsabilidade é triplicada por ser representante de um povo que já tem na bagagem as experiências bem sucedidas do meu avô, do meu tio e dos meus pais. Todos eles se destacaram na vida pública, o que me coloca na obrigação de realizar um trabalho relevante, digno do meu sobrenome.

[76] Trecho da fala de Tomás Filho retirado do *site da* AL-CE. Disponível em http://www1.al.ce.gov.br/clipping/noticia_completa.php?tabela=clipping&codigo=2009&pagina=1. Acessado em 9 de abril de 2011.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Assis; PONTES, Fernando. **Enciclopédia da política cearense 1947-1998 A-Z**. Fortaleza: Ed Premius, 1999.

ARISTOTELES. **Políticas.** São Paulo: Ed Martim Claret, 2006.

BACHELARD, Gaston. **O novo espírito científico**. 2a. Ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**. 2ª Edição. Petrópoles: Vozes, 1974.

BEZERRA, Marco Otávio. **Em nome das bases**: políticas, favor e dependência social. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / NuAP - Coleção Antropologia da Política, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero LTDA, 1983.

_____. **Lições de Aula**. São Paulo: Ática, 1988.

_____. A ilusão biográfica. In: AMADO, J; FERREIRA, M.M. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996a.

_____. **Razões práticas.** Sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1997.

_____. O *capital social* – notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). **Escritos de Educação**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

_____. **Coisas Ditas.** São Paulo: Brasiliense, 2004a.

_____. **Os usos sociais da ciência**: Por uma sociologia clínica do *campo* científico. São Paulo: Unesp, 2004b.

_____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007a.

_____. **A Distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007b.

BOURDIEU, Pierre. PASSERON, J.C. **A reprodução**. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

CHAVES, Christine de Alencar. Eleições em Buritis: a pessoa política. In: PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Márcio (orgs.), **Antropologia, Voto e Representação Política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 1996.

CHAVES, Christine de Alencar. TEIXEIRA, Carla Costa (Org.). **Espaços e tempos da política**. Rio de Janeiro: Relume-dumará / Nuap, 2004.

DUTRA, G. ALVES, **P. Prós e contras de um Legislativo governista**. O POVO, Fortaleza, 23 set. 2010, p. 22.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

_____. **Mozart**: sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

ELSTER, Jon. **Peças e engrenagens das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Relume-dumará, 1994.

FAORO, Raymundo Faoro. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. vol.1, 8ª ed. rev. Rio de Janeiro: Globo, 1989.

FIGUEIREDO, Daniel Caetano de. **A Família Paula Pessoa**: Esboço de Genealogia 1726-2010. Sobral: s.n, 2010. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/55997890/A-Familia-Paula-Pessoa>. Acesso em: 2 abr. 2011.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 30ª ed, Rio de janeiro: Record, 1995.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. **Negara**. O Estado Teatro no Século XIX, Lisboa: Difel,1980.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 17ª ed., Petrópolis: Vozes, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KUSCHNIR, Karina. **Antropologia da Política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

_____. **O cotidiano da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

KOFES, Suely. **Experiências sociais, interpretações individuais**: histórias de vida, suas possibilidades e limites. Cadernos Pagu, Campinas, v. 3, p.117-141, 2004.

_____. **História de vida, biografias, trajetórias**. Campinas-SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2004.

LAHIRE, Bernard. **Homem plural**: as determinantes da ação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002

_____. **Do *habitus* ao patrimônio individual de disposições:** Rumo a uma sociologia em escala individual. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v.34,n,2,p.7-29, 2003.

_____. **Retratos Sociológicos**: Disposição e variações individuais, São Paulo: Artmed Editora, 2004.

_____. **Patrimônios individuais de disposições**: para uma sociologia à escala individual. Sociologia**.** set. 2005, nº49, p.11-42. Disponível em: http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292005000300002&lng=pt&nrm=iso . Acesso em: 23 set. 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Família tradição e poder**: O (caso) dos coronéis. (Selo universidade 44). São Paulo: Annablume/ Edufc, 1995.

LOPES, Valmir. **As lógicas da representação política**: O processo de mudança de lideranças políticas em Fortaleza, 2005. 281f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In : _____. Sociologia e Antropologia. v. II. São Paulo : Edusp, 1974.

NICOLAU, Jairo. **História do voto no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

PAIVA MORORÓ, Antonio Mauro. **História de Santa Quitéria**. Santa Quitéria: Editora Artegráfica Ltda, 2006. Disponível em: <hhttp://www.paivamororo.com.br/livros/livro_sq_historia_p1.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2010.

PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN, Marcio (orgs.). **Antropologia, Voto e Representação Política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

_____. Política e tempo: nota exploratória. In: PEIRANO, Mariza (org.) **O dito e o feito**. Ensaios de Antropologia dos rituais. Rio de Janeiro, Relume DUmará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

PALMEIRA, Moacyr & HEREDIA, Beatriz. Política ambígua. In: BIRMAN, Patricia et.al. (org.). **O Mal à Brasileira**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

PARENTE, J., ARRUDA, J.M. (orgs.). **A era Jereissati**: modernidade e mito. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.

SANTOS, Arnaldo; LEITÃO, Juarez. **Verbo Cívico**: Visão histórica-sociológica da Assembleia Legislativa do Ceará. Fortaleza: Expert Editora, 2002.

SCOTTO, Gabriela. Campanha de Rua, Candidatos e Biografias. In: PALMEIRA, Moacir & GOLDMAN, Márcio. (Org.). **Antropologia, Voto e Representação Política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. **A teoria do *Habitus* em Pierre Bourdieu**: uma leitura contemporânea. Revista Brasileira de Educação – ANPEd, maio/ jun/jul/ago, 2002. Disponível: http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE20/RBDE20_06_MARIA_da_GRACA_JACINTHO_SETTON.pdf. Acesso em 15 nov. 2009.

SOARES, G. A. D. . **O Calcanhar Metodológico da Ciência Política no Brasil**. Sociologia, Problemas e Práticas, Lisboa, v. II, n. 48, p. 27-52, 2005.

WEBER, Max. **Economia e sociedade,** Brasília, v.1, Ed. UnB, 1991.

_____. **Ensaios de sociologia,** Rio de Janeiro, Ed. LTC, 2002.

_____. **Ciência e política**: Duas Vocações. São Paulo: Martin Claret, 2006.

_____. **Ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DOCUMENTOS:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Barueri, São Paulo: Edições Jurídicas Manole, 2004.

CEARÁ. Assembleia Legislativa. **Constituição o Estado o Ceará 1989** - Atualizada até a Emenda Constitucional n° 56, de 7 de janeiro de 2004. Fortaleza: INESP, 2004.

CEARÁ. Assembleia Legislativa. **Consolidação do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Ceará e Código de Ética e Decoro Parlamentar**: Resoluçãon. 389, de dezembro de 1996.- Fortaleza: INESP, 2009.

CEARÁ. Assembleia Legislativa. **Deputados - Por Nome**. Disponível em: <http://www.al.ce.gov.br/Deputados/pornome.php>. Acesso em: 6 mar. 2009a.

CEARÁ. Assembleia Legislativa. **Consolidação do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e Código de Ética e Decoro Parlamentar**: Resolução n. 389, de dezembro de 1996. – Fortaleza: INESP, 2009b.

CEARÁ. Assembleia Legislativa. **Ata da 67ª sessão ordinária da 4ª sessão legislativa da 27ª legislatura do dia 16 de junho de 2010**.

CEARÁ. Tribunal Regional Eleitoral. **Manual de legislação eleitoral e partidária**: eleições 2010: Atualizado e anotado. 8. ed. Fortaleza: 2010.

Publicações Periódicas:

Anuário do Ceará 2007-2008. Fortaleza: Jornal O POVO, 2007.

Anuário do Ceará 2008-2009. Fortaleza: Jornal O POVO, 2008.

Anuário do Ceará 2009-2010. Fortaleza: Jornal O POVO, 2009.

Anuário do Ceará 2010-2011. Fortaleza: Jornal O POVO, 2010.

Diário do Nordeste. **Requerimento motiva novos debates na AL**. Fortaleza, 31 mar 2007a. Disponível em: http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=419872 . Acesso em: 9 abril 2010.

Diário do Nordeste. **Deputados do PSDB admitem uma reversão**. Fortaleza, 18 jun 2010. Disponível em: http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=801970. Acesso em: 18 de jun 2010.

SILVA, M. M. L. **Crimes da era digital**. .Net, Rio de Janeiro, nov. 1998. Seção Ponto de Vista. Disponível em: <http://www.brazilnet.com.br/contexts/brasilrevistas.htm>. Acesso em: 28 de nov. 1998.

JORNAL O POVO (Ceará). Tiago Coutinho**. De pai para filhos, irmão, sobrinho..**. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/www/opovo/politica/899951.html>. Acesso em: 6 de mar. 2009.

TERRA. Agência Nordeste. **Família elege quatro Deputados em eleições no Ceará**. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/eleicoes2006/interna/0,,OI1181161-EI6664,00-Familia+elege+quatro+Deputados+em+eleicoes+no+Ceara.html>. Acesso em: 6 mar. 2009.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Declaração de concordância do pesquisado com a pesquisa.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
CEARÁ
A Cidadania em Destaque

DECLARAÇÃO

Eu, Tomás Antônio Albuquerque de Paula Pessoa Filho – **Deputado Estadual Tomás Figueiredo Filho**, declaro para os devidos fins, ter conhecimento do projeto de pesquisa de Pedro Jorge Chaves Mourão, e que o referido pesquisador tem permissão para freqüentar o gabinete, acompanhar reuniões, audiências públicas, fazer gravações, filmagem e quaisquer outros eventos que sejam pertinentes à minha vivência parlamentar.

Fortaleza, 06 de abril de 2010.

Dep. Estadual Tomás Figueiredo Filho
Vice-Líder do PSDB